

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Educação

Faculdade de Educação



Dissertação

**O RESGATE HISTÓRICO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA, À LUZ DO
DECRETO 2.208/97: UM ESTUDO DO PERFIL
SOCIOECONÔMICO DO ALUNO DO CEFET-RS.**

EDELBERT KRÜGER

Pelotas, 2007

EDELBERT KRÜGER

**O RESGATE HISTÓRICO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
BRASILEIRA, À LUZ DO DECRETO 2.208/97: UM ESTUDO DO PERFIL
SOCIOECONÔMICO DO ALUNO DO CEFET-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Elomar Antônio Callegaro Tambara, Dr.

Pelotas, 2007

Catálogo na fonte: CRB 10/926

K94r Krüger, Edelbert

O resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz do decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do Cefet-RS / Edelbert Krüger ; Revisor de Português: Lucia G. Rizzolo. – Pelotas, 2007. – 369 p.

Dissertação (mestrado)–Universidade Federal de Pelotas, 2007.

1. Educação profissional 2. Educação profissional, história da 3. Educação profissional – CEFET-RS 4. Educação profissional – Políticas públicas 5. Decreto 2.208/97. I. Título.

CDD: 370.733
373.246

Banca examinadora:

Dr. ELOMAR ANTÔNIO CALLEGARO TAMBARA – FaE/ UFPEL

.....
Dra. ELIANE TERESINA PERES – FaE/ UFPEL

.....
Dra. GIANA LANGE AMARAL – FaE/UFPEL

.....
Dr. JORGE ALBERTO ROSA RIBEIRO – FAGED/UFRGS

.....
Dra. MARIA CIAVATTA FRANCO – UFF

DEDICATÓRIA

A minha mãe ZILDA, primeira educadora de minha vida, pelas orientações dadas, pelos ensinamentos de vida, pelo zelo e pela ética com sempre pautou a sua e nossa vida, minha eterna e saudosa gratidão;

Para RUTH REJANE, esposa, companheira, parceira e mãe de nossos filhos, com muito amor e carinho;

Aos nossos filhos HANNAH e HERMANN, com muito amor, na expectativa que tenham em suas vidas uma escola pública de qualidade como eu tive;

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador professor Dr. ELOMAR TAMBARA, que acreditou na proposta, mostrou os caminhos a serem percorridos, permitindo-nos chegar ao final;

A todos os Professores integrantes da banca de qualificação e examinadora: meus sinceros agradecimentos pelas sugestões e contribuições dadas que com toda a certeza engrandeceram o nosso trabalho;

A professora VERA DAMÉ, Supervisora Pedagógica do CEFET-RS, companheira de jornada profissional, pela leitura e crítica dos primeiros rascunhos da escrita: meu reconhecimento pelo profissionalismo e competência: muitíssimo obrigado;

A professora LUCIA RIZZOLO, pelas inúmeras vezes que nos auxiliou na correção e revisão da escrita, meus agradecimentos.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo mostrar as transformações do perfil do alunado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS, decorrentes dos modelos implementados pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB nº. 9.394/96 e o Decreto 2.208/97. Também se utilizou, como fonte de pesquisa, os Censos Educacionais do MEC/INEP anos 2001 a 2006, para a Educação Profissional no Brasil, cruzando-se os dados dos mesmos com os levantados no CEFET-RS. O texto também discorre sobre a História da Educação Profissional Brasileira, abrangendo desde o Período Colonial; as questões Jesuítica e Pombalina; o Período Monárquico e o Período Republicano; a Primeira República; Era Vargas; Nacional Desenvolvimentismo; Governo Militar e a Transição Democrática de 1984 até os dias atuais. Também são abordadas algumas considerações a respeito das políticas públicas para a Educação Profissional brasileira, focando principalmente a reforma da Educação Profissional na virada dos séculos XX-XXI. São ainda apresentadas, em considerações finais, as principais deduções decorrentes da implantação da Reforma da Educação Profissional Brasileira, concluindo-se que houve novos perfis se configurando tanto no aspecto demográfico como socioeconômico e que, durante a vigência do decreto 2.208/97, a instituição CEFET-RS passou a receber dois grupos de alunos totalmente distintos: Os que procuraram o Ensino Técnico, pertenciam a uma faixa etária mais elevada, oriundos de famílias de nível socioeconômico mais baixo e eram procedentes da escola pública. Os alunos do Ensino Médio, de faixa etária mais baixa, de nível socioeconômico mais elevado, tinham como finalidade cursar a universidade.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Ensino Médio. Decreto 2.208/97

ABSTRACT

This Master's Dissertation discusses the changes in student demographics at the Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS that resulted from LDB nº. 9394/96 de 1996 and Decree 2208/97. This study took into account statistics published by the Census on Professional Education (Censos Educationais) conducted by MEC/INEP from 2001 through 2006. That data was cross-referenced with similar surveys conducted locally at the CEFET-RS. This work also discusses the History of Professional Education in Brazil from Colonial to Present days, including the Jesuit and Pombalina issues, Monarchy and Republic, the First Republic, the Vargas Era, the National Developmentism, the Military Government and the Democratic Transition in 1984. It also discusses public policies for professional education in Brazil, focusing on the Brazilian Professional Education Reform at the turn of the XX-XXI centuries. The major finding of this work is the substantial shift in student demographics and socio-economic profile as a result of the Brazilian Professional Education Reform. It's characterized by a growing number of students with low-income backgrounds. Since Decree 2.208/97, two major distinct groups of students emerged: (a) the ones enrolled in technical education, typically of low-income backgrounds, from public schools, more mature and ultimately seeking to enter the skilled labor job market and (b) the ones enrolled in non-technical education, younger, from higher-income families, seeking preparation for college education.

Keywords: Professional Education, Secondary Education, Decreto 2.208/97

ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Teste de qui-quadrado relativo à idade dos alunos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000-2006.....	92
Figura 2 - Teste de qui-quadrado relativo à idade dos candidatos ao processo seletivo do CEFET entre os anos de 2000-2006.....	94
Figura 3 - Teste de qui-quadrado relativo à renda familiar dos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000- 2006.....	96
Figura 4 - Teste de qui-quadrado relativo à origem escolar dos alunos de nível médio e de cursos técnicos de nível médio.	101
Figura 5 - Teste de qui-quadrado relativo à frequência de cursos preparatórios para o ingresso no CEFET.	102
Figura 6 - Teste de qui-quadrado relativo à frequência do número de vezes que os alunos prestaram exames para ingresso no sistema CEFET-RS.	103
Figura 7 - Renda Familiar.....	110
Figura 8 - Faixa Etária.....	111
Figura 9 - Alunos Trabalhadores.....	112
 Gráfico 1 - Relação entre a faixa etária dos alunos ingressos no Ensino Médio do CEFET-RS e os anos do período de realização da pesquisa (%).....	 93
Gráfico 2 – Faixa etária dos candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS	94
Gráfico 3: Distribuição de renda familiar (em salários mínimos) da Zona Sul do Rio Grande do Sul (%).....	97

TABELAS

Tabela 1 - Número total de alunos avaliados que participaram dos processos seletivos do CEFET-RS – Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e número de questões dos instrumentos de avaliação, por ano de aplicação - Período de 2000 a 2006.....	19
Tabela 2 - Renda familiar por classes econômicas	22
Tabela 3 - Crescimento populacional da cidade de Pelotas de 1970-2004.....	37
Tabela 4 - Taxa de crescimento populacional da cidade de Pelotas de 1970-2004 (%).....	38
Tabela 5 – Evolução do Quadro Funcional dos servidores Docentes e Técnicos Administrativos, do CEFET-RS, período de 2000 a 2006	52
Tabela 6 – Qualificação do Quadro Docente do CEFET-RS, período de 2000 a 2006	53
Tabela 7 - Evolução orçamentária (Orçamento Geral, Outros Custeios e Capital) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, período de 2000 a 2006.	53
Tabela 8 - Número de candidatos aos processos seletivos do CEFET-RS nas modalidades de Ensino Técnico e Ensino Médio, período de 1998 a 2006.	88
Tabela 9 - Relação Candidato/Vaga nos processos seletivos do CEFET- RS na modalidade Ensino Técnico, período de 1998 a 2006.	89
Tabela 10 - Relação Candidato/Vaga nos processos seletivos do CEFET-RS na modalidade Ensino Médio, período de 1998 a 2006.	89
Tabela 11 - Número de candidatos ao processo seletivo do CEFET-RS, ingressos e não ingressos, período de 2000-2006 (FA).....	90
Tabela 12 - Idade dos alunos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000-2006 (%).....	91
Tabela 13 - Renda familiar dos alunos ingressos no CEFET-RS (%)	96
Tabela 14 - Distribuição dos dez maiores municípios do RS em relação ao PIB total, 2004.	98
Tabela 15 - Origem escolar dos alunos antes de ingressar no CEFET-RS (%).....	100
Tabela 16 - Grau de frequência em curso preparatório dos alunos ingressos no CEFET-RS (%).....	101

Tabela 17 - Número de vezes que o aluno prestou exame para ingresso no CEFET-RS (%).....	102
Tabela 18 – Número e Percentual de matrículas da Educação Profissional de Nível Técnico, por faixa etária, no Rio Grande do Sul e Brasil Anos 2001 - 2006.....	105
Tabela 19 - Número e Percentual de Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, por Dependência Administrativa, nos seis Estados com maior concentração.....	107
Tabela 20 – Número de Estabelecimentos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, número de cursos oferecidos e número de matrículas por Dependências Administrativas – 2006	117

LISTAGEM E SIGNIFICADOS DE SIGLAS UTILIZADAS

ABA – Associação Nacional de Anunciantes
ABE – Associação Brasileira de Educação
ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANDES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
ANEP – Associação Nacional de Empresas de Pesquisa de Mercado
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASPHE – Associação Sul Riograndense de pesquisadores em História da Educação
CBAI – Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial
CCEB – Critério de Classificação Econômico do Brasil
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIHE – Centro de Estudos e Investigação em História da Educação
CENTEC – Centro de Educação Tecnológica
CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNE – Conselho Nacional de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CEB – Câmara de Educação Básica
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DOU – Diário Oficial da União
ETFs – Escolas Técnicas Federais
FEE – Fundação de Economia e Estatísticas
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDESE – Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei Diretrizes Básicas da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTb – Ministério do Trabalho e Emprego

PDS – Partido Democrático Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIPMOI – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial

PREMEM - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem Transportes

SEMTEC – Secretária de Educação Média e Tecnológica

SETEC – Secretária de Educação Tecnológica

SENETE – Secretária Nacional de Educação Tecnológica

TSLaD – Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para a Internet a Distância

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UDN - União Democrática Nacional

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A METODOLOGIA E AS FONTES DA PESQUISA	16
2.1 A Pesquisa Socioeconômica	19
3. ALGUNS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA..	23
3.1 Educação Profissional	24
3.2 Educação Profissional Básica ou Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	26
3.3 Educação Profissional Técnica de Nível Médio	28
3.4 Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.	29
4. AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES – A implantação oficial do ensino de ofícios no Brasil - Origem das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica	
5. O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS – CEFET-RS: SEU CONTEXTO E SUA HISTÓRIA	
5.1 O Município de Pelotas	36
5.2 O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas	38
6. A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO XX – XXI.....	54
6.1 O Aparelho Ideológico do Estado	55
6. 2 Marx e Engels e a Educação Profissional	56
6.3 As Políticas Públicas Brasileiras para a Educação Profissional.....	60
6.4 O Ensino Profissionalizante nas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.....	66
7. A LDB Nº. 9.394/96 E O DECRETO Nº. 2.208/97	74
7.1 O Descolamento do Ensino Médio da Educação Profissional	79
8. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO CEFET-RS NO PERÍODO DE 2000 A 2006.	86
8.1 Os Processos Seletivos	87
8.2 A faixa Etária	91
8.3. A Renda Familiar	95
8.4 A Origem Escolar.....	100
8.5 O Grau de Frequência a “Cursos Preparatórios” ou “Pré-Vestibulares”	101

9. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL, SÃO PAULO E BRASIL	104
9.1 A Evolução da Matrícula da Educação Profissional no Rio Grande do Sul e do Brasil	104
9.2 A Reforma da Educação Profissional na Rede Paula Souza	106
9.2.1 Do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.....	108
9.2.2 As Mudanças do perfil socioeconômico dos candidatos aprovados no vestibulinho dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, período de 1995 a 2004, no Centro Paula Souza.....	108
9.2.3 Renda Familiar	109
9.2.4 Faixa Etária.....	111
9.2.5 Aluno trabalhador	112
10. CONCLUSÕES	113
11. REFERÊNCIAS.....	125

1. INTRODUÇÃO

A responsabilidade social do historiador é uma marca forte dos tempos atuais, atravessados pela necessidade de dar sentido aos percursos do passado e aos acontecimentos do presente. A compreensão crítica substitui o esforço de mera sistematização ou explicação, devolvendo ao historiador a sua função de pensar as continuidades e as rupturas em espaços-tempos tão diferentes e, às vezes, tão iguais (NÓVOA, 1998).

No final da última década do século XX e primeira do século XXI, principalmente depois de promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/96 e o Decreto Federal 2.208/97 que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da LDB, que tratam exatamente da Educação Profissional, essa modalidade de educação, volta a ser objeto e foco de grandes discussões no contexto educacional brasileiro. Tendo como cenário a globalização em decorrência do panorama internacional, o resultado de novos arranjos econômicos, a conseqüente mudança nos padrões de produção industrial, o desemprego, a exclusão social, a questão da empregabilidade, a formação do trabalhador, trazem a necessidade dessa temática ser rediscutida nos meios acadêmicos e políticos brasileiros.

Como conseqüência, percebe-se nestes últimos anos um interesse deveras acentuado pela educação profissional, que retorna a ter prestígio para praticamente todos os candidatos a cargos do executivo, inserido nos programas de governo dos nossos candidatos à Presidência da República como também à Governança do Estado do Rio Grande do Sul. O debate corrobora a instalação de uma opção educacional para a população, como um caminho para alcançar um modelo de desenvolvimento social sustentado, garantindo uma maior equidade social, como também focada no desenvolvimento regional e nacional.

Na realidade, a discussão da educação profissional brasileira perpassa toda a nossa história. Principia no século XVI, quando da descoberta do Brasil, estende-se no Brasil Colônia de Portugal, revigora no Brasil Império, ganha acuidade no Brasil República, e chega ao século XXI, envolta de grandes esperanças, mas também cercada ainda de muitas incertezas e dúvidas de seu futuro.

Neste estudo, pretende-se versar a trajetória da educação profissional brasileira, este importante “capítulo” da História da Educação no Brasil, ainda pouco explorado, pesquisado e desconhecido para a maioria da sociedade brasileira, abordando a importância dessa modalidade educativa ao longo de toda a nossa história, as discussões que se fizeram presentes, as mudanças, a legislação e as suas implicações. Nesta abordagem explanaremos um pouco da História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS, cenário empírico da segunda parte desta pesquisa, identificando-o no contexto regional e, por fim, também mostrar as transformações socioeconômicas, decorrentes da implantação da LDB nº. 9.394/96 e do Decreto 2.208/97, por que passaram os alunos ingressos e as modalidades de Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio nessa Instituição, no período compreendido entre 2000 e 2006.

2. A METODOLOGIA E AS FONTES DA PESQUISA

O Historiador escolheu um tema, formulou uma pergunta, construiu seu tema como objeto a partir dessa questão e dos pressupostos teóricos com os quais pensou resolvê-la, foi aos arquivos, selecionou fontes e com elas armou uma rede de significados que expôs por meio de um texto, onde buscou dar a ver o passado numa versão, plausível, possível, que aspira a ser tomada como a mais próxima possível do real acontecido. Ele buscou traduzir como as pessoas de outro tempo agiam, pensavam e se expressavam (PESAVENTO, 2003, p. 61).

“O RESGATE HISTÓRICO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA, À LUZ DO DECRETO 2.208/97: UM ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ALUNO DO CEFET-RS.”

Com esse tema pretendemos escrever nossa dissertação de mestrado, realizada na linha de História da Educação, do Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado -, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, sob a orientação do Professor Doutor Elomar Antonio Callegaro Tambara. Temos como objetivo principal investigar, analisar e examinar as transformações socioeconômicas, decorrentes da implantação da LDB nº. 9.394/96 e do Decreto 2.208/97, nos alunos ingressos, nas modalidades de Ensino Médio e Educação

Profissional Técnico de Nível Médio no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, no período de 2000 a 2006.

Segundo Lopes e Galvão (2001) para se fazer a história temos de estar prontos para ler, ouvir, ver e contar. Questionar, o quê? Por quê? Quem? Como? Para quê? Essas interrogações deverão estar sempre presentes no momento da nossa pesquisa e na redação do nosso trabalho.

A questão central, então, passa a ser a de entender e contextualizar as possibilidades trazidas pela legislação, que provocou uma mudança no perfil dos alunos que tiveram acesso ao sistema CEFET-RS, tanto para o Ensino Médio como para o Ensino Técnico, no período de análise. Segmentos sociais menos favorecidos economicamente, para os quais as instituições públicas e federais, entendido aqui como as Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, historicamente foram criadas, voltam a freqüentar seus bancos escolares. Jailson Alves do Santos, em *“A trajetória da Educação Profissional”* vem corroborar a nossa afirmação quanto à tese do público alvo, para o qual se destinavam as escolas profissionalizantes, ao aludir aos debates travados na Assembléia Constituinte de 1823, buscando uma nova orientação para o modelo educacional a ser implantado na sociedade da época.

Porém para a educação profissional ou ensino de ofícios, não houve nenhum progresso, para elevar o seu status. Permaneceu, nos primórdios do Império, a mentalidade conservadora que havia sido construída ao longo dos três séculos de duração do período colonial: Destinar tal ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos, continuando, portanto, o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente aos escravos. (SANTOS, 2003, p. 208)

Uma pesquisa levada nessa perspectiva visa a uma interlocução dos dados coletados com os dados do referencial teórico que servirá de apoio, podendo ser incorporados a essa investigação outros referenciais que se mostrarem necessários.

Algumas questões que poderão ajudar a orientar a pesquisa: O que ocorreu com o estudante do Ensino Médio e o estudante da Educação Profissional Técnico de Nível Médio? Diminuiu ou aumentou a procura por estas duas modalidades de ensino ofertado pela instituição CEFET-RS, após a reforma? Qual o perfil socioeconômico destes estudantes? Qual a origem escolar destes estudantes? Escola pública ou privada? Qual é a faixa salarial familiar deste estudante? Qual a sua intenção, o que quer, o que pretende? O CEFET-RS voltou a atender um estudante há muito excluído e, para o qual, foi criada, em 1909, pelo então

presidente da República Dr. Nilo Peçanha que a destinava “aos pobres e desfavorecidos da sorte”?

Lopes e Galvão nos ensinam que uma das marcas da História da Educação atualmente é precisamente seu diálogo constante com a produção historiográfica, propriamente dita, e seus arcabouços teóricos e metodológicos. Quanto mais o pesquisador for capaz de unificar as informações que surgem nas diversas fontes com que trabalha, com estudos já realizados sobre o tema, com teorias que estudou, com outros documentos que não necessariamente faziam parte do seu corpus documental original, mais condições tem ele de autenticar, com rigor, o conhecimento que construiu e aproximar-se da verdade – sempre incompleta - que busca (LOPES & GALVÃO, 2001, p. 44).

Para isso optou-se, em fazer uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida através de uma releitura de algumas obras da História da Educação Brasileira, com enfoque na Educação Profissional de autores como Celso Suckow da Fonseca, Jorge Nagle, Luiz Antônio Cunha, Luiz Alves de Mattos, Maria Lucia Hilsdorf, Nelson Piletti, Otaiza Romanelli, Silvia Maria Manfredi, entre outros; Com Caio Prado Junior e Fernando Azevedo, apropriamo-nos da formação e constituição da cultura do Brasil contemporâneos, de aspectos da sua formação econômica desde o período Brasil Colônia até os anos 30, perpassando estes conhecimentos com a própria História da Educação Profissional; De publicações mais recentes, de autorias de Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco, Mirian Grinspun, Lucília Machado, etc, procedemos a análise da questão da Educação Profissional Brasileira sob uma ótica mais política.

Ragazzini (2001, p. 19) instrui que, para discutirmos a história da escola e da educação devemos considerar também como fontes de pesquisa a análise dos debates parlamentares, a legislação, as normas e a jurisprudência, a administração pública, os balanços econômicos, enfim, um conjunto de fontes oriundas da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do estado, dos partidos políticos.

Por essa razão, optamos também em questionar, analisar e reler a legislação que regulamentou a educação profissional, ao longo de nossa história. Se a nova legislação, os decretos, os atos normativos, as portarias promulgadas no final dos anos 90 do século passado, e início dos anos 2000, propõem um novo marco para a educação profissional e, principalmente, para o CEFET-RS, na sociedade

contemporânea. Assim, tomamos também, além da literatura existente, importantes fontes de pesquisa os documentos legais (antigos e atuais).

2.1 A Pesquisa Socioeconômica

Na dissertação, procuramos também analisar uma seqüência de dados, - **Pesquisa Socioeconômica**¹ (anexos 1 a 14) - coletados durante os anos de 2000 a 2006, entre todos os alunos que se inscreveram nos processos seletivos do Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio² do CEFET-RS.

Nesse censo foram avaliados 45.017 candidatos (Tab.1) nos dois processos seletivos da instituição, Ensino Médio e Ensino Técnico de Nível Médio, oferecidos no período de 2000 a 2006, sendo que destes foram aprovados 2.198 para o ensino médio e 6.420 para os cursos técnicos, totalizando 8.618 estudantes ingressantes no sistema CEFET-RS, dos quais procuraremos demonstrar o perfil socioeconômico.

Tabela 1 - Número total de alunos avaliados que participaram dos processos seletivos do CEFET-RS – Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e número de questões dos instrumentos de avaliação, por ano de aplicação - Período de 2000 a 2006 (FA).

Anos	Ensino Médio			Ensino Técnico		
	Total avaliados	Total Ingressos (aprovados)	Nº. Questões do instrumento de avaliação	Total avaliados	Total Ingressos (aprovados)	Nº. Questões do instrumento de avaliação
2000	2.465	349	11	2.309	615	19
2001	1.901	252	26	2.565	786	29
2002	1.773	364	27	4.132	1.147	35
2003	1.929	280	18	5.752	1.011	28
2004	1.781	392	18	4.993	1.070	28
2005	1.913	281	18	5.295	725	28
2006	2.097	280	18	6.112	1.066	28
TOTAL	13.859	2.198	-	31.158	6.420	-

Fonte: Pesquisa Socioeconômica

Tambara (1998, p. 84) justifica que, em História da Educação, a questão não é produzir como um amontoado de fatos. Há uma necessidade de resgate da base

¹ O levantamento Socioeconômico, constituído em média com 28 questões para o ensino técnico e em 18 questões para o ensino médio, é com respostas de múltipla escolha. Em alguns anos chegou a ter 35 questões, na modalidade de ensino técnico. Em sua aplicação muitas questões, a maioria, se repetem ao longo dos anos, outras são acrescentadas como também algumas foram simplesmente retiradas.

² A denominação “Educação Profissional Técnica de Nível Médio” é decorrente do Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, onde neste, a denominação equivalente era “Educação Profissional de Nível Técnico”.

empírica das investigações. Tem-se observado certo pudor em relação à utilização de procedimentos estatísticos o que, sob certo prisma, seria imprescindível, mormente em relação a determinados objetos. A pesquisa em História da Educação está a dever no Brasil de uma tradição alicerçada em “séries uniformes e seqüenciais”, que permitam interpretações de mais longo curso e com maior inserção nos processos sociais da sociedade. Obviamente, deve estar atento à pretensa “soberania do dado”, o que levaria como sobejamente demonstrado no passado, a um reducionismo da relação sujeito-objeto.

O CEFET-RS, no início da reforma da Educação Profissional Brasileira, como consequência da LDB 9.394/96 e do Decreto Federal 2.208/97, optou por consultar, através de vários questionários aplicados a todos os candidatos que se inscreveram nos processos seletivos da instituição ao longo desses anos, uma série de questões referentes à situação socioeconômica do candidato, como renda familiar, número de pessoas que vivem dessa renda na família, formação acadêmica dos pais, residência própria ou alugada, origem escolar, escola pública ou privada, município de origem, se tem computador ou não, faixa etária, razão de ter procurado o CEFET-RS etc.

Quando da aplicação desse censo, não havia a intenção de usá-lo em uma dissertação de mestrado, mas sim, havia o objetivo de conhecer o perfil do aluno que ingressava, para novas tomadas de decisões, necessárias no momento de implantação da reforma. Importante também esclarecer que o levantamento socioeconômico foi aplicado para todos os candidatos de todos os processos de seleção para ingressos oferecidos pelo CEFET-RS, entenda-se aqui como, o vestibular para os cursos superiores de tecnologia, nos processos seletivos dos cursos técnicos de nível médio e do ensino médio. Neste trabalho, pretende-se analisar e examinar somente os levantamentos socioeconômicos referentes aos candidatos do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, fazendo-se uma leitura dos dados coletados entre todos os candidatos que preencheram o instrumento de pesquisa socioeconômica e mais detalhadamente daqueles que ingressaram, ou foram aprovados no processo seletivo, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS.

Importante salientar que o instrumento utilizado na Pesquisa Socioeconômica foi o questionário, o mesmo era de autopreenchimento obrigatório, sem identificação nominal. O questionário estava disponível no site da instituição, juntamente com os

documentos de inscrição do processo seletivo escolhido. A inscrição ao processo seletivo só se efetivava, após o preenchimento do questionário da Pesquisa Socioeconômica.

O questionário estruturado e padronizado utilizado foi composto por questões fechadas (dicotômicas ou de múltipla escolha), estas questões utilizaram escalas nominais, empregando números como rótulos para identificar e classificar respostas. Algumas questões deste questionário sofreram ajustes entre os anos de 2000 e 2006, entretanto, a maior parte das questões se mantiveram, permitindo para este trabalho, uma análise longitudinal dos resultados.

Os dados provenientes do questionário foram tabulados e avaliados estatisticamente com o auxílio do software SPSS®, versão 11.0 (*Statistical Package for Social Sciences*), disponível na Georgia State University (USA) e com a planilha de cálculo Microsoft Excel®, versão 2002. Para o tratamento estatístico dos dados houve assessoria técnica do IPO - Instituto Pesquisas de Opinião.

Além da análise e apresentação dos dados da Pesquisa Socioeconômica através de estatística descritiva em tabelas e gráficos foi considerada oportuna a realização de um teste de hipótese utilizando o Qui-quadrado (χ^2). Segundo Babbie (1999, p. 401) o teste de Qui-Quadrado é um teste de significância muito usado nas Ciências Sociais e o mesmo baseia-se na hipótese nula, ou seja, a suposição de não haver relação entre duas variáveis na população em estudo. Hair Jr. (2005, p. 293) afirma que o teste de Qui-quadrado pode ser utilizado para analisar dados categóricos de questões como gênero, escolaridade e outras variáveis nominais a serem analisadas. A opção pela análise através do Qui-Quadrado foi limitada pelas escalas nominais utilizadas no questionário. Como o questionário não contava com escalas intervalares ou de razão, não foi indicada a análise estatística de testes paramétricos.

Os testes de hipóteses realizados utilizaram um nível de significância de 0,05. Para análise de rejeição de hipótese do Qui-quadrado crítico foi empregada a tabela de Graus de Liberdade (d.f = *degrees of freedom*). (anexo 15).

Na análise dos dados referentes à questão da renda familiar, presente em todos os anos e em todos os questionários aplicados, irá se utilizar a metodologia e

os critérios de classificação econômica Brasil, utilizados pela ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.³

O Critério de Classificação Econômica Brasil, segundo a ABEP, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”.

A renda familiar classifica as famílias nas seguintes classes econômicas, associados às faixas de renda familiar, segundo dados oficiais do IBGE (ABEP, 2005, p. 3).

Atualmente, para classificar o poder de compra do consumidor, utiliza-se o Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB, baseado em um sistema de contagem de bens. O CCEB foi concebido em 1997 pela Associação Brasileira de Anunciantes – ABA e pela Associação Nacional de Empresas de Pesquisa de Mercado – ANEP, para estabelecer critérios de segmentação em função do poder aquisitivo dos consumidores (ABEP, 2005, p. 1).

Tabela 2 - Renda familiar por classes econômicas

Classe	Pontos	Renda média familiar (R\$)
A1	30 a 34	7.793,00
A2	25 a 29	4.648,00
B1	21 a 24	2.804,00
B2	17 a 20	1.669,00
C	11 a 16	927,00
D	6 a 10	424,00
E	0 a 5	207,00
Fonte: ABEP (2005, p. 3)		

³ Disponível em: < <http://www.abep.org/codigosguias/ABEPCCEB.pdf> > Acessado em: 27 de ago. de 2007, 16h 30min.

3. ALGUNS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Maior problema para a história é o de que seu objeto de investigação, isto é, as ações humanas ressignificam as experiências vividas, e, ao mesmo tempo, imprimem determinados significados aos eventos, que nem sempre são apreendidos pelos quadros referenciais de nossa cultura. A história tem uma concepção cumulativa do tempo. Por isso, o presente tem melhor condição de entender o passado, do que este mesmo passado teve condições de entender a si mesmo. A história trabalha no campo dos sentidos e das significações e, por esta razão, existem filosofias da história capazes de avaliar as diferentes tendências e significados dos eventos humanos (DECCA, 1998, p. 19).

Na História da Educação Profissional Brasileira, a nomenclatura “educação profissional”, “educação tecnológica”, “ensino tecnológico” são terminologias bastante contemporâneas, que se inseriram na nossa linguagem do dia-a-dia bem recentemente. Há, por parte de diversos estudiosos, pesquisadores, historiadores, um uso muitas vezes inadequado de uma ou outra terminologia, para designar modalidades de educação profissional, o que se justifica tendo em vista que ao longo de nossa história educacional, muitas foram as formas usadas, para apontar a mesma modalidade educativa.

Ao longo da cronologia, dos episódios que permeiam essa modalidade de ensino, ela era conhecida por designações do tipo “educação técnico-profissional”, “ensino técnico”, “ensino profissionalizante”, “formação profissional”, “ensino de artes e ofícios” etc.

É imperativo apresentarmos alguns conceitos do que seja educação profissional e seus múltiplos recortes e de como esta modalidade de educação nos é apresentada na literatura e legislação correntes no país, para um melhor entendimento da proposta deste trabalho. Propusemos usar como subdivisões deste capítulo/seção as terminologias decorrentes da atual legislação educacional ainda em vigor, a qual regulamenta esta modalidade de ensino.

O Decreto Federal 5.154/04 que Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, elucida que a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
 - II - educação profissional técnica de nível médio;
 - III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.
- (DECRETO 5.154/04, Art. 1º).

O Art. 3º da Resolução nº. 1/2005 trata da terminologia dos cursos e programas de Educação Profissional, assim os caracterizando:

- I. “Educação Profissional de nível básico” passa a denominar-se “formação inicial e continuada de trabalhadores”;
 - II. “Educação Profissional de nível técnico” passa a denominar-se “Educação Profissional Técnica de nível médio”;
 - III. “Educação Profissional de nível tecnológico” passa a denominar-se “Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”.
- (RESOLUÇÃO Nº. 1/2005, Art. 2º)

Fundamentado nesta legislação, arrazoamos então alguns conceitos encontrados.

3.1 Educação Profissional

A modernização do País exige cada vez mais a elevação dos níveis de competitividade, o que pressupõe a atualização dos processos produtivos, emprego de novas tecnologias e equipamentos, o desenvolvimento dos recursos humanos capazes de acessar, dominar e criar formas avançadas de melhoria constante dos produtos, serviços e bens colocados à disposição da sociedade. Neste sentido, a educação profissional adquire contornos diferenciados, que abrangem também a educação formal e a não formal. Surge, assim, a necessidade de se pensar de forma global, intersetorialmente, a educação profissional apoiada em políticas, diretrizes e práticas integradoras dos esforços nas áreas de educação saúde, meio ambiente, trabalho e outros setores.

A educação profissional deve estar voltada para a relação entre a teoria e a prática. Na medida em que se busca manter uma visão mais completa e dinâmica do processo de geração, transferência e aplicação dos conhecimentos, aproximando-se assim do mundo do trabalho e da produção.

De forma mais abrangente, a Educação Profissional é entendida como aquela que alguém recebe através de uma instrução e uma formação prática para o exercício de uma ocupação meramente manual, sem a exigência de muitos conhecimentos; ou uma atividade mais complexa, já demandando conhecimentos mais técnicos e científicos de grau médio; ou mesmo elevar-se ao grau superior,

para atividades extremamente intrincadas. De acordo com a recomendação da Unesco, de 1962, a educação profissional deve ser parte integrante dos sistemas de educação, dando-se, dentro dela, atenção particular a seu valor cultural, não devendo limitar-se ao simples exercício de uma profissão, mas conjuntamente com o ensino geral, assegurar o desenvolvimento da personalidade, do caráter e das faculdades de compreensão, de julgamento, de expressão e de adaptação do educando (ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, 1977).

Outro conceito de Educação Profissional diz respeito a todo processo educacional que torne acessível ao seu educando a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, tanto os relacionados à teoria, quanto os vinculados a sua operacionalização, referentes “à produção de bens e serviços” de modo que esse processo educacional pode acontecer em uma instituição de ensino, bem como em uma instituição empresarial (CATANI, 2002, p. 128).

Ainda segundo o autor, “formação profissional é uma expressão que designa processos históricos que digam respeito à capacitação para o trabalho” (CATANI, 2002, p. 128). Distinto conceito de educação profissional no país, visto ser exarado na atual Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, é aquele que a conceitua como sendo a modalidade da educação brasileira “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (LEI FEDERAL nº. 9.394/96, art. 39). Já a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE -, Câmara de Educação Básica - CEB - complementa o conceito de educação profissional previsto na LDB, incluindo a palavra **social**:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e **social**. (CNE/CEB nº. 04/99, Art. 1º Parágrafo único).

O Termo Educação Profissional é contemplado na atual LDB, dentro do Título V, “*Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino*” integrando um capítulo exclusivo - Capítulo III - “*Da Educação Profissional*”, sendo considerado como uma modalidade de ensino, a exemplo da educação de jovens e adultos e educação especial.

Fidalgo e Machado (2000, p. 136) se referem à educação profissional como sendo aquela “relativa a uma profissão e ao ofício”, tendo como sentido mais

universal a “preparação de especialistas, de profissionais, de diferentes campos e níveis de atuação”. Observa-se que essa definição é abrangente e aberta, e coincide com as descrições anteriores. Ainda os mesmos autores elucidam que:

Atualmente no Brasil, o conceito de formação profissional tem sido substituído pelo de educação profissional. Tal flexão visa, pelo menos em tese, realçar a necessidade de substituir a ênfase no “saber fazer” e a concepção subjacente de modelar indivíduos, dando-lhes uma forma determinada pelo objetivo fundamental de educar, de desenvolvimento integral do profissional. O desafio está na efetivação dessa educação, que possibilite equalização de oportunidades, formação do sujeito histórico e produção do conhecimento (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 133).

Dáí se pode deduzir, então, que educação profissional é a modalidade de educação designada à preparação para o desempenho de função ou profissão de atividades laborais, nos segmentos agrícola, industrial, comercial e serviços, nos mais diversos setores da economia.

3.2 Educação Profissional Básica ou Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

Essa terminologia surge com a regulamentação da atual LDB – Lei Federal 9.394/96, através do já revogado Decreto Federal 2.208/97 e do Decreto Federal 5.154/04 – hoje em vigor, como sendo o nível básico da educação profissional, “destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia” (DECRETO FEDERAL 2.208/97, Art. 3º, inciso I).

No Decreto Federal 5.154/04, Art. 3º, tais cursos são destinados à capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização, em “todos os níveis de escolaridade, podendo ser ofertados segundo itinerários formativos⁴, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

É o nível de educação profissional acessível a qualquer cidadão brasileiro, independente de sua escolarização, com o objetivo de sua reprofissionalização e/ou atualização, ampliando as suas oportunidades do mundo do trabalho, objetivando o acesso às novas tecnologias como outras atividades inerentes a sua atividade profissional. Os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores deverão “articular-se, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do

⁴ Itinerários formativos são as etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado de estudos (DECRETO FEDERAL 5.154/04, Art. 3º, § 1º).

trabalhador”. (DECRETO FEDERAL 5.154/04, Art. 3º §2º). Também estão disponíveis aos alunos das redes públicas e privadas da educação básica, como também a estudantes de nível universitário, sendo considerados como uma forma de educação “não-formal” com duração variável.

A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular básica (DECRETO FEDERAL 2.208/97, Art. 4º).

Importante não confundir Educação Básica, prevista na LDB, no artigo 22, com a Educação Profissional Básica, que passa a denominar-se a partir do parecer nº. 1/2005 - CEB/CNE, em “formação inicial e continuada de trabalhadores”.

Conveniente também é outro conceito apresentado por Fidalgo e Machado (2000, p. 136) para “educação profissional de base”, como sendo a que de fato conta no mundo do trabalho, já que ela deve ser a “base sólida”, “durável” e de “grande alcance”, propiciando o desenvolvimento de habilidades efetivas e duráveis em qualquer formação profissional.

Formação profissional de base, diz-se dos fundamentos teóricos e práticos que servem como ponto de partida para a organização curricular da educação profissional, sobre os quais se apóia e repousa o processo de ensino/aprendizagem, vindo, portanto, a se constituir no principal ingrediente do percurso formativo dos indivíduos. (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 135).

Nesse sentido, pode-se afirmar, então, que os cursos profissionais de nível básico, ou de formação inicial e continuada de trabalhadores são cursos especiais abertos à comunidade, tendo por fim ampliar, aprofundar e desenvolver conhecimento teórico-prático em determinada área do saber, sendo o pré-requisito de sua matrícula independentemente do nível de escolaridade, mas condicionada sim à capacidade de aproveitamento. Esses cursos podem ser tanto para um jovem ingressar no mercado de trabalho, como de requalificação ou reprofissionalização de um trabalhador que ambiciona ou é compelido a trocar de ocupação. São cursos sem regulamentação, de livre oferta e organização. Aos que concluírem os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores – educação profissional de nível básico – ser-lhes-á conferido certificado de formação inicial ou continuada para o trabalho.

3.3 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como finalidade proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia a alunos egressos do Ensino Fundamental, na modalidade integrada; matriculados no Ensino Médio, na modalidade concomitante; ou pode também ser destinado a alunos egressos do Ensino Médio, na modalidade subsequente.

O Decreto Federal 5.154/04 também esclarece que o desenvolvimento e a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Ensino Médio se dará das seguintes formas:

A educação profissional técnica de nível médio [...] será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares [...];
- II - as normas complementares [...] e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõem a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino [...]; b) em instituições de ensino distintas [...];
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (DECRETO FEDERAL Nº. 5.154/04, Art. 4º).

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é considerada como educação profissional formal, estando, portanto, sujeita à regulamentação, conforme estabelecem a atual LDB e o Decreto Federal nº. 5.154/04.

Em obra de 1970, Vianna afirma que o conceito de educação técnica

[...] designa, genericamente, as atividades sistemáticas de formação e aperfeiçoamento de pessoal para as ocupações existentes na agricultura, indústria, comércio e serviços, em cursos de nível médio ou pós-médios, que não se incluem necessariamente, nos padrões universitários clássicos. É quase sempre realizado em conjugação com as próprias atividades ocupacionais, ensejando o aperfeiçoamento pela seqüência dos estudos e promovendo a integração do ensino com a realidade da vida social e econômica (VIANNA, 1970 *apud* LAUDARES, FIÚZA, ROCHA, 2005, p. 64).

Toda a pesquisa socioeconômica apresentada na segunda parte deste trabalho terá como universo os alunos deste segundo segmento, previsto no art. 3º da Resolução 1/2005, inciso II “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Essa formação faz-se em Escolas Técnicas e Agrotécnicas, sejam elas da esfera pública federal, estadual ou municipal, nos Centros Federais de Educação Tecnológica, em escolas do Sistema “S” ou outras redes. Estas instituições deverão propiciar ao educando oportunidades de construir conhecimentos relativos “a ética, à criatividade, à autonomia no aprender sempre, à liderança e a outros papéis no trabalho em equipe, além do espírito empreendedor” (PUCCI, 2004, p.23).

3.4 Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

Ao explicitar o conceito de instrução nas “Instruções aos Delegados ao I Congresso da Internacional de Trabalhadores”, realizado em Genebra, 1866, – Marx (2004, p. 68) defendia a combinação entre trabalho produtivo e educação, definindo a instrução em três situações: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica. Esta última fica assim explicitada:

Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX & ENGELS, 2004, p. 68).

Esse documento, assumido pela I Internacional dos Trabalhadores, é o primeiro documento oficial do proletariado moderno sobre o ensino da educação profissional (LOMBARDI, 2005, p. 13). Observa-se também aqui que essa forma de ensino já surge entre e para os trabalhadores.

É importante esclarecer que, atualmente, o termo “Educação Tecnológica” ou “Educação Profissional Tecnológica” fundamentado na legislação em vigor, no caso o Decreto Federal nº. 5.154/04, corresponde àquela que é considerada como cursos de graduação e de pós-graduação. Do mesmo modo, o Decreto Federal nº. 2.208, de 17 de abril de 1997, revogado pelo Decreto Federal nº. 5.154/04, conceituava como educação profissional tecnológica, aquela “correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.” (DECRETO Nº. 2.208/97, Art. 3º, INCISO III). Observa-se, portanto, que o conceito definido por Marx para “educação tecnológica” é totalmente desfocado e

descontextualizado do que se usa no país para esta mesma modalidade e nível de ensino.

Bastos (1998), ao se referir à educação tecnológica, entende que o termo provém de uma concepção ampla de educação, que preenche os estágios formativos construídos nos processos básicos da formação humana, privilegiando as vertentes do trabalho, do conhecimento universalizado e da inovação tecnológica. Em outros termos, ainda segundo o autor:

A Educação Tecnológica está baseada numa concepção ampla e universal de educação, que transcende aos conceitos fragmentários, pontuais ou direcionados de ensino, aprendizagem e treinamento, pela integração renovada do saber, do fazer, do saber fazer e do pensar e repensar o saber e o fazer, enquanto objetos permanentes da ação e da reflexão crítica sobre a ação (BASTOS, 1998, p. 40).

Em 1994, quando da criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, através da Lei Federal nº. 8.948, com a possível transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, o Ministério da Educação - MEC - através da sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC - publicou uma coletânea de leis, onde conceitua Educação Tecnológica, como sendo uma vertente da educação que se assenta em uma constante e estreita interação com os setores agrícola, industrial e de serviços, tanto em termos de formação propriamente dita, como em termos de extensão e pesquisa tecnológica ou aplicada. Explicita, ainda, educação tecnológica como sendo:

a vertente da educação voltada para a formação de profissionais em todos os níveis de ensino e para todos os setores da economia, aptos ao ingresso imediato do mercado de trabalho [...] a educação tecnológica assume o papel que ultrapassa as fronteiras legais das normas e procedimentos a que está sujeita, como vertente do sistema educativo indo até os outros campos legais que cobrem setores da produção, da Ciência e da Tecnologia, da capacitação de mão-de-obra, das relações de trabalho e outros exigidos pelos avanços tecnológicos, sociais e econômicos que têm a ver com o desenvolvimento (BRASIL - MEC/SETEC, 1994).

Vê-se aqui, novamente, o uso do termo “educação tecnológica” com outro enfoque. Neste caso, podendo abranger todos os atuais níveis da educação profissional vigentes no Brasil.

Grinspun esclarece que não há um consenso quanto ao significado do termo *educação tecnológica*, já que se pode direcionar mais para os aspectos inerentes à educação e ao ensino técnico, podendo também se referir aos mecanismos e processos advindos do desenvolvimento científico e tecnológico. “Quando a ela se

refere, há uma tendência ou em associá-la à educação técnica ou à educação profissional” (GRINSPUN, 2001, p. 56).

Ainda segundo a autora, a educação tecnológica incorpora as dimensões correlatas da questão do trabalho e das práticas sociais onde vai ocorrer, indo além dos conhecimentos das técnicas ou de um ensino técnico para comprometer-se com uma visão de mundo que contempla os valores que o fundamentam e determinam.

O Conceito de Educação Tecnológica prende-se evidentemente, aos conceitos específicos de sua expressão, mas a sua interação e integração diz respeito ou à formação do indivíduo para viver na era tecnológica, de uma forma mais crítica e mais humana, ou à aquisição de conhecimentos necessários à formação profissional (tanto uma formação geral como específica), assim como às questões mais contextuais da tecnologia, envolvendo tanto a invenção como a inovação tecnológica (GRINSPUN, 2001, p. 57).

Ao repassar alguns conceitos de educação profissional, fica-se com a certeza da importância desta modalidade de ensino, independente do nível abordado, para toda a sociedade humana. Para bons resultados, a educação profissional deve ser permanente, desenvolvida ao longo de toda a vida, permitindo-nos a interação constante com as novas tecnologias em todas as suas dimensões, sem esquecer que essas novas tecnologias devem estar comprometidas e a serviço do ser humano, que é capaz de produzi-la e transformá-la. Nunca estaremos prontos como homens. Somos seres em constantes e permanentes mudanças, submetidos aos rápidos avanços tecnológicos, que tanto ajudam a caminhada humana como também a consomem. A educação profissional, nos seus três níveis aqui abordados, deve estar fundamentada na concepção de uma educação transformadora, progressista, que vai muito além de uma proposta de ensino. Grinspun (2001, p. 65) explica que a sua fundamentação resume-se no “saber-fazer, saber-pensar e criar, que não se esgota na transmissão de conhecimentos, mas inicia-se na busca da construção de conhecimentos que possibilitem transformar e superar o conhecimento ensinado”.

Claude Pair, no artigo “*A Formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanha*”, chama nossa atenção através do questionamento transcrito abaixo. Fica, então, a citação, como reflexão, para todos os educadores, e muito especialmente para aqueles que se dedicam à educação profissional, como uma provocação sobre a necessidade de um repensar essa educação em termos de um futuro mais promissor para o trabalhador brasileiro.

Após ter sido proclamado o direito à alfabetização para todos, que assegura o domínio da escrita, instrumento indispensável da reflexão, será que o século XXI não deveria assegurar o direito a uma formação profissional, instrumento para a ação, para todos e durante toda a vida, não apenas para ajudar na solução do problema do emprego, mas também como dimensão da identidade das pessoas e da vida social? (PAIR, 2005, p. 185).

4 – AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES – A implantação oficial do ensino de ofícios no Brasil - Origem das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica.

O presente liga-se ao passado e o passado ao presente de tal forma que o passado se torna presente e o presente imuniza-se contra a sua sorte que é tornar-se passado. Presente e passado ligados, abole-se a sua diferença e o que esta representa: a temporalidade (REIS, 1998, p.32).

Embora tenham ocorrido no Brasil inúmeros eventos e iniciativas para a implantação e instalação de um sistema de Ensino Técnico-Profissionalizante no período Brasil-Colônia de Portugal e Brasil-Império, é somente no século passado, com o início do regime republicano que surgem de fato ações efetivas para a implantação oficial desta modalidade de ensino no Brasil.

Todas as ações que ocorreram anteriormente, sempre se referiram a essa modalidade de ensino como necessária e destinada a um segmento social mais desassistido: aos pobres, aos humildes e aos desvalidos. Celso Suckow da Fonseca, em sua obra sobre a História do Ensino Industrial Brasileiro, assim se refere a este segmento.

O ensino necessário à indústria tinha sido inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender também a outros desgraçados. (FONSECA, 1986, p.147).

As primeiras tentativas surgem no ano de 1906, quando a questão da educação profissional faz parte dos planos de governo do Presidente Afonso Pena. Ao assumir a Presidência da República em 15 de novembro de 1906, em seu discurso de posse, Afonso Pena assim se expressa: “A criação e a multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (Apud. MACHADO, 1982, p.25).

A sociedade organizada também pressiona o Governo Federal no sentido de implementar essa modalidade de ensino. Segundo Magela Neto (2002), no ano de 1906, ocorre no Rio de Janeiro um Congresso de Instrução. Este delibera e encaminha ao Senado Federal através do Senador Barata Ribeiro, uma moção, propondo a implantação nos Estados e nas Capitais do País, do ensino prático industrial, agrícola e comercial. A manutenção dessas instituições seria feita com dois terços dos gastos custeados pela União. Esse mesmo documento propõe também a criação, a nível estadual, de instituições profissionais, com cursos diurnos e noturnos, de ensino elementar de comércio e indústria, sendo a preparação dos alunos em ofícios não determinados, mas somente no manejo dos instrumentos de trabalho.

Com o falecimento do Presidente Afonso Pena, em 14 de julho de 1909, assume o Vice-Presidente, Dr. Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha já tinha experiência nesta modalidade de ensino, considerando que, três anos antes, quando então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, criara, através do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo, as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

Logo após assumir a Presidência da República, em 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha cria o, então, ensino profissional industrial, público e federal, através do Decreto 7.566/1909. Tal data, segundo Fonseca (1986), é apontada como início da preocupação nacional com o problema da formação profissional. Foram criadas naquela ocasião, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, distribuídas pelas diferentes Unidades Federativas da União. A criação dessas escolas estava voltada às classes menos favorecidas, pois a formação de uma mão-de-obra técnica, em nível médio, lhes possibilitaria condições de inserção no mercado de trabalho, ajudando, assim, a aquisição de melhores condições financeiras.

O Decreto 7.566/09 que criou e sistematizou o ensino técnico-profissional enfatiza que:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isto se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação.

O Estado do Rio Grande do Sul não é contemplado, pois já tinha sua Escola Profissionalizante na cidade de Porto Alegre, vinculada à Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul. Tratava-se do Instituto Technico-Profissional de Porto Alegre, depois denominada Instituto Técnico Parobé. Meireles (2002) explica que, através do Decreto Federal nº 7.763, de 23 de dezembro de 1909, o estado do Rio Grande do Sul recebeu uma subvenção de recursos financeiros do Governo Federal, em cota igual à dos demais estados, para as atividades de instalação e custeio da Escola de Aprendizes Artífices. Também o Distrito Federal não fora contemplado.

Em 1914, O Presidente da República Venceslau Brás, ao assumir a presidência, expressa sua concepção sobre a formação profissional brasileira. Preocupado com o aumento da criminalidade e a vagabundagem no país e ainda a questão do alcoolismo, assim se expressa:

[...] que ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime (Apud. MACHADO, 1982, p.26)

Em função destes problemas o Presidente Venceslau Brás propõe que:

Dê-se, porém outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos se povoarão de alunos e uma outra era se abrirá para o nosso País (Apud. MACHADO, 1982, p.26)

As escolas profissionalizantes, criadas por Nilo Peçanha, trabalharam inicialmente de modo informal na educação, apenas profissionalizando artífices. Somente mais tarde é que agregaram à formação profissional de artífices os estudos regulares comuns às escolas dos sistemas estaduais e municipais. Em 1942, três outras foram criadas: Ouro Preto-MG; Química - Rio de Janeiro e Pelotas-RS.

A partir desse momento, segundo Peil (1995), esta rede ministrava ensino regular de Primeiro Grau e mais a qualificação profissional correspondente. Era então o Ginásio Industrial Básico. No ano de 1959, o Presidente Juscelino K. de Oliveira, sancionou uma lei, elevando essas escolas à categoria de autarquias educacionais, o que lhes dava autonomia didática, administrativa e financeira. Também as autorizava a ministrarem ensino técnico em nível de 2º Grau, embora algumas já ministrassem essa modalidade de ensino desde a primeira década de 1950, com autorização especial do MEC.

Em 1978, algumas dessas Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, antevendo-se, assim, uma necessidade futura quanto à formação de técnicos de nível superior. Em 1986, o Governo Federal lançou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC, com a finalidade de expandir a rede de educação profissional, pública, federal, em mais duzentas novas unidades, surgindo, dessa forma, as chamadas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, como se fossem “campus” avançados das Escolas Técnicas e Centros Federais então existentes.

Em 1994, foi promulgada a Lei 8.948, de 08 de abril, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, permitindo que as demais Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, por projeto institucional próprio, pleiteassem sua transformação em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Atualmente, a rede de educação profissional, pública, federal, que estará completando cem anos de existência no ano de 2009, é formada por 144 instituições, assim distribuídas:

<i>Instituições Federais de Educação Tecnológica</i>	<i>Mantenedoras</i>	<i>UNED</i>	<i>Total</i>
Centros Federais de Educação Tecnológica	32	37	69
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	01	6	07
Escolas Agrotécnicas Federais	36	-	36
Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades	31	-	31
Escola Técnica Federal	01	-	01
<i>Total</i>	101	43	144

Fonte: MEC/SETEC/2006

5. O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS – CEFET-RS: SEU CONTEXTO E SUA HISTÓRIA

As cidades aparecem como o *lócus* da acumulação de capital, como o epicentro de transformação capitalista do mundo. A cidade é ainda abordada na sua dimensão espacial: ela é o território onde se realiza um processo de produção capitalista e onde se realizam as relações capitalistas, onde se enfrentam as classes. Mas a cidade representa o que se poderia chamar de um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar: trabalham sobre ela não só historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos (PESAVENTO, 2003, p. 77).

5.1 O Município de Pelotas

O surgimento do município tem início quando Gomes Freire de Andrade, Conde de Bodadela, em junho de 1758, fez uma doação de terras que ficavam às margens da Lagoa dos Patos para o Coronel Thomáz Luiz Osório. A partir de 1763, muitos dos habitantes da Vila de Rio Grande se refugiaram nas terras pertencentes a Thomáz Luiz Osório, junto com os retirantes da Colônia do Sacramento, entregue pelos portugueses aos espanhóis em 1777, cumprindo o tratado de Santo Ildefonso assinado entre os dois países.

O crescimento da região, que deu origem à povoação que demarcaria o início da cidade de Pelotas iniciou quando José Pinto Martins, em 1780, fundou às margens do Arroio Pelotas a primeira Charqueada.⁵

A Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 07 de Julho de 1812 foi elevada à categoria de Vila em 07 de abril de 1832. Três anos depois o Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, outorgou à Vila os foros de cidade, com o nome de Pelotas. Este nome teve origem nas embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas.

Atualmente Pelotas é um município com área aproximada de 1.609 Km², tem parte de seu território localizado na encosta da Serra do Sudeste e outra na Planície

⁵ Local onde era produzida a “carne de sol”. Como na época não havia frigoríficos, para conservar a carne a opção era salgar e secar ao sol.

Costeira, sendo banhado pela Lagoa dos Patos a leste e limitado pelo canal São Gonçalo ao sul. Está a 271 quilômetros de Porto Alegre, capital do Estado.

Pelotas é o município mais populoso da Zona Sul, e a terceira cidade mais populosa do Estado, sua população corresponde a mais de 30% de toda a região sul do Estado, segundo o IBGE, a população estimada de Pelotas, em 2004, era de 338.544 habitantes. Desta população, 93,7% concentravam-se no espaço urbano da cidade. É importante também que se esclareça que houve um desmembramento significativo do município nestes últimos anos, com a emancipação de alguns distritos, que transformaram-se em novos municípios da zona sul, dentre os quais citamos, Arroio do Padre, Turuçu, Capão do Leão, Morro Redondo.

O número de domicílios da zona urbana corresponde a 92.274, definindo a média de 3,4 habitantes por domicílio e a expectativa de vida da população pelotense é de 71,6 anos e o crescimento populacional, segundo o IBGE é de 1,51% ao ano.

A densidade demográfica da cidade é equivalente a 210,4 habitantes por Km², fazendo com que a cidade seja a vigésima quinta cidade mais densamente povoada do Rio Grande do Sul.

A cidade de Pelotas, como a maior parte das cidades brasileiras, sofreu um processo de urbanização, aumentando a concentração de população na área urbana, tendo uma taxa de urbanização de aproximadamente 93,43%.

Tabela 3 - Crescimento populacional da cidade de Pelotas de 1970-2004

	1970	1980	1990	2000	2004
Rural	53.042	55.147	53.942	22.082	21.328
Urbana	154.827	204.803	230.009	300.952	317.216
Total	207.869	259.950	283.951	323.034	338.544
Fonte: IBGE/ Prefeitura Municipal de Pelotas.					

Nas últimas décadas, a cidade atraiu uma migração, principalmente procedente do êxodo rural, que atrás de emprego e renda, mudou-se para a cidade. Na tabela abaixo se observa este fenômeno do êxodo rural, demonstrado pela taxa de crescimento urbano e rural do município.

Tabela 4 - Taxa de crescimento populacional da cidade de Pelotas de 1970-2004 (%)

	1970/1980	1980/1990	1990/2000	2000/2004
População Urbana	32,27%	12,30%	30,84%	5,73%
População Rural	3,96%	-2,18%	-40,93%*	-3,41%
Grau de urbanização	76,63%	79,89%	87,08%	93,43%
Fonte: IBGE/ Prefeitura Municipal de Pelotas.				

O IDH -Índice de Desenvolvimento Humano em 2000 foi de 0,820, o que coloca Pelotas entre os 5% de maior desenvolvimento humano do Brasil, em relação ao Rio Grande do Sul, o IDH da cidade ocupa a 90ª posição. O IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico do município foi de 0,751 em 2002, segundo a FEE – Fundação de Economia e Estatística (2007).

O PIB - Produto Interno Bruto municipal em 2002 foi de R\$ 1.788.334.966,00, e o PIB per capita correspondeu em 2002 a R\$ 5.739,00. O setor de prestação de serviços foi o que denotou maior influência na economia da cidade. Em 2003 o PIB totalizou R\$ 2.115.029.956,00 e o PIB per capita de R\$ 6.321,18.

5.2 O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas

A História da escola se escreve também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação (RAGAZZINI, 2001, p. 19).

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, Autarquia Federal com personalidade jurídica e autonomia didática, operacional e financeira vinculada ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - foi criado pelo Decreto nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, pelo então Presidente Getúlio Vargas, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas, e fundada oficialmente em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente da República que a criou, em solenidade festiva na cidade de Pelotas.

Naquele ano, 34 anos após a criação da rede de escolas de aprendizes artífices pelo Presidente Nilo Peçanha, o Rio Grande do Sul recebeu sua escola

profissionalizante, e ao contrário da idéia de criação de suas congêneres, esta foi localizada no interior do Estado, na cidade de Pelotas.

Meireles (2002, p. 105), justifica o ato de criação da Escola Técnica em Pelotas, como ação política e pessoal do cidadão pelotense Luiz Simões Lopes,⁶ então presidente do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – órgão vinculado diretamente ao Presidente da República. Segundo os estudos de Meireles:

Do relato feito pelo entrevistado [referindo-se a Luis Simões Lopes], observa-se que sua atuação foi decisiva para a vinda da escola técnica para o município de Pelotas. Sem deixar de reconhecer que as circunstâncias político-administrativas da época favoreciam esse tipo de tomada de decisão, principalmente se considerada a importância do cargo ocupado pelo postulante, vê-se que o argumento usado por Simões Lopes para o convencimento das autoridades da época – no caso o Ministro da Educação Gustavo Capanema e o próprio Presidente Getúlio Vargas – foi muito consistente. Demonstrou Simões Lopes senso de oportunidade e argúcia, pois, efetivamente, a capital do estado, Porto Alegre, já tinha recursos federais que lhe haviam possibilitado ter uma grande Escola Técnica [referindo-se ao Instituto Parobé de Porto Alegre] (MEIRELES, 2002, p. 108).

Entretanto, as raízes da criação da Escola Técnica de Pelotas reportam ao início do século XX, segunda década da Primeira República. Naquele período, mais especificamente em 1911, segundo nos informa Meireles (2002), já ecoavam em Pelotas as idéias de Nilo Peçanha, junto à elite política e intelectual pelotense, muitos deles republicanos, positivistas, abolicionistas e maçons.

Na República, os projetos do Poder Público visando a promover ou incentivar a educação profissional datam do início do século passado, constando de relatório do Intendente Municipal, José Barbosa Gonçalves, relativo ao ano de 1911, a intenção de iniciar a construção de um edifício para abrigar uma Escola de Artes e Ofícios em Pelotas (MEIRELES, 2002, p. 54).

Contudo, a intenção do Poder Público Municipal é adiada para o ano de 1917, quando, então, no dia sete de julho, data do aniversário da cidade e em sessão solene na Biblioteca Pública de Pelotas, é fundada a Escola de Artes e Ofícios, por iniciativa de particulares. Importante que se esclareça que o ato de “fundação” em si, foi o do lançamento da idéia para a edificação da escola, pois só a partir de então é que se inicia na cidade uma campanha para arrecadação de fundos destinados à construção do prédio. Meireles, assim esclarece:

⁶ Luiz Simões Lopes, nascido em Pelotas em 1903 e falecido no Rio de Janeiro em 1994, era filho de Ildefonso Simões Lopes, influente político durante a Primeira República, ocupando o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Epitácio Pessoa, e responsável pela criação da Comissão, conhecida com Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, já abordado nesta dissertação.

A campanha de arrecadação de fundos para a construção do prédio se estendeu por longo período e abrangeu o comércio e indústria local, particulares e famílias da sociedade, artistas que doaram obras de artes para sorteio, havendo comissões especialmente designadas para tal fim (MEIRELES, 2002, p. 65).

Também, a exemplo das demais escolas criadas no país, a Escola de Artes e Ofícios, já nascia com o estigma de uma entidade assistencial, e destinada a um segmento social mais desfavorecido. Meireles (2002, p. 58), nos apresenta esta intenção, transcrito da circular de 27 de junho de 1917 da Biblioteca Pública de Pelotas, no qual se esclarecia que a escola se “destinava para a educação dos desprotegidos da fortuna, evitando que se precipitem nos vícios da vadiagem e cheguem ao crime, pela falta de uma escola que lhes ensine o trabalho honrado e metódico”.

Feita a arrecadação de fundos e materiais, seu prédio foi erguido em terreno situado na então Praça da Constituição, doado pela Intendência Municipal, atual Praça Vinte de Setembro, onde se encontra ainda hoje o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas. Contudo, enquanto escola, ela não chega a entrar em funcionamento na ocasião. Na justificativa de Meireles (2002, p. 66), os acontecimentos políticos que se abatem no Rio Grande do Sul, com a revolução de 1923, decorrente da luta pela Presidência do Estado, entre as facções políticas dos Chimangos e Maragatos, transformam o prédio recém construído, em um local para o aquartelamento dos soldados e outros fins.

A sociedade organizada mobiliza-se, mais uma vez, no sentido de colocar em funcionamento a Escola de Artes e Ofícios. Esclarece Meireles (2002, p. 67) que a Seção Pelotense, da recém criada Associação Brasileira de Educação, em 1º de janeiro de 1927, inclui no seu planejamento para o ano, ações para a efetiva abertura e funcionamento da Escola; Da mesma forma a Biblioteca Pública Pelotense convoca uma assembléia geral dos sócios da Escola de Artes e Ofícios, para o dia 12 de fevereiro de 1930, momento em que seria analisada uma proposta de municipalização da Escola. Decidiu essa Assembléia, “por unanimidade, doar todo o patrimônio da Escola a municipalidade a qual em contrapartida, comprometeu-se a por a Instituição imediatamente em funcionamento” (MEIRELES, 2002, p. 67).

Dessa forma, em 08 de março de 1930, com a municipalização e através do Decreto Municipal nº. 1.795, a instituição passa a chamar-se Escola Technico-

Profissional. Este mesmo Decreto estabelece os objetivos da escola, o currículo, as condições de matrícula, o calendário escolar, o sistema de avaliação, o regime de trabalho dos professores, os direitos e deveres do corpo docente e a forma de administração da escola, entre outras disposições (MEIRELES, 2002, p. 68-69). Em abril do mesmo ano a Escola Technico-Profissional abre suas portas para a juventude pelotense, cujos pré-requisitos eram ser o jovem somente do sexo masculino, ter a idade entre 10 e 16 anos, ser pobre, saber ler, escrever e realizar as quatro operações fundamentais; não sofrer de moléstia infectocontagiosa e ter sido vacinado contra a varíola (MEIRELES, 2002, p. 71).

Os cursos tinham inicialmente a duração de seis anos, sendo os cursos técnico-profissional, oferecidos em áreas, denominadas de secção. A opção de escolha era do aluno, conforme suas aptidões.

Três anos após o início de suas atividades, essa Escola passa por uma nova transformação. Informa Meireles (2002, p. 70-75 *passim*) que o Decreto Municipal nº. 1.864, de 18 de março de 1933, altera o nome da Escola para Instituto Technico-Profissional de Pelotas, com o objetivo agora de formar artífices. Depois de sete anos de efetivo funcionamento, o Prefeito Municipal Albuquerque Barros, através do Decreto Municipal nº. 1.979, de 25 de maio de 1940, extingue o Instituto Técnico Profissional.

Dois anos mais tarde então é criada a Escola Técnica de Pelotas, por Decreto Presidencial, no entanto, ela veio efetivamente a funcionar enquanto escola, somente em 1945, tendo em vista o período de construção do prédio e a efetiva contratação de pessoal, cuja nomeação na época era toda feita pelo Presidente da República. Meireles assim justifica o período de demora:

Após a inauguração do prédio [outubro de 1943], começaram as atividades de estruturação administrativa do órgão, com a realização de concursos públicos para os servidores, processos licitatórios para a aquisição de materiais etc. Foi também realizado o primeiro exame de seleção para ingresso de alunos, que foram matriculados no ano de 1944. Entretanto, devido a falta de alguns professores, as matrículas tiveram que ser revalidadas para o exercício seguinte, quando efetivamente iniciaram as atividades (MEIRELES, 2002, p. 114).

No primeiro ano de seu funcionamento, a Escola Técnica Pelotas oferecia apenas o 1º ciclo, ou ensino industrial básico, com a duração de quatro anos, o que correspondia ao ginásio industrial básico, do sistema regular de ensino. Possuía regime de internato e semi-internato, com a matrícula voltada unicamente para o sexo masculino, embora no seu primeiro edital de seleção não houvesse

explicitamente qualquer restrição quanto ao acesso de meninas (MEIRELES, 2002, p. 117). Justifica a autora que, provavelmente, isto se dera pelo tipo de cursos oferecidos “voltado para a habilitação em profissões que, à época, eram consideradas tipicamente masculinas”.

Os cursos oferecidos na ocasião eram: Seção de Trabalhos de Metal – Cursos de Forja, Serralheria e Fundição; Seção de Indústria Mecânica – Curso de Mecânica de Automóveis; Seção de Eletrotécnica – Curso de Máquinas e Instalações Elétricas e Curso de Aparelhos Elétricos e Telecomunicações; Seção de Indústria da Construção – Curso de Carpintaria; Seção de Artes Industriais – Curso de Artes do Couro, Curso de Marcenaria e Curso de Alfaiataria; Seção de Artes Gráficas – Curso de Tipografia e Encadernação.

A partir de 1954, a Escola Técnica de Pelotas passa a oferecer o 2º ciclo do ensino secundário, com o Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores, que deu origem ao Curso Técnico de Mecânica, hoje Curso Técnico de Mecânica Industrial; Três anos após, março de 1957, é implantado o Curso Técnico de Eletrotécnica.

No ano de 1959 o Presidente Juscelino K. de Oliveira, sanciona uma lei, promovendo uma grande e significativa alteração no ensino industrial, transformando as Escolas Técnicas da rede federal, em autarquias federais. Com toda a certeza este foi um momento muito expressivo para a Escola Técnica de Pelotas, pois a mesma a partir de então, passa a ter personalidade jurídica própria, autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, o que lhes permite uma apreciável ampliação nas atividades fim. Segundo Peil (1995), as escolas técnicas, no período que antecede sua autarquização, passavam por enormes dificuldades, considerando sua total falta de autonomia administrativa, pedagógica e financeira, onde tudo era centrado junto ao Ministério da Educação e Cultura, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, dificultando muito sua gestão.

A total falta de autonomia dificultou em muito o funcionamento do sistema implantado a partir da Lei Orgânica que estabelecia a oferta de cursos básicos industriais, de mestria, cursos artesanais e de aprendizagem [...]. As Escolas Técnicas sofreram até 1959 problemas de toda a ordem visto que as mais simples providências administrativas dependiam das autoridades do MEC no Rio de Janeiro, inviabilizando qualquer processo que exigisse dinamismo administrativo para ter resposta apropriada. As deficiências do sistema tinham sua vinculação ao engessamento administrativo, produzido pela rigidez legal. Havia uma teia burocrática que amarrava tudo e não permitia o exercício da criatividade. As mais simples providências dependiam de portarias do Ministro (PEIL, 1995, p. 6).

“Com a autarquização, a Escola ganhou maior agilidade na gestão, principalmente quanto aos processos de criação de novos cursos, aquisição de materiais e contratação de servidores” (MEIRELES, 2002, p. 127). Desta forma, visando atender às novas demandas é implantado em 1963 o Curso Técnico em Eletrônica e em 1968 o Curso Técnico em Edificações. Nesse ínterim, 1965, a Escola Técnica de Pelotas recebe nova denominação, determinada pela Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que estabelecia que as Escolas Técnicas subsidiadas pela rede federal deveriam agregar ao seu nome a qualificação “Federal” e também o nome da cidade onde estivessem localizadas. Assim, a Escola passa então a denominar-se Escola Técnica Federal de Pelotas.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, considerando a alta procura dos cursos de nível técnico, a implantação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, e toda a reforma educacional que vem no seu bojo, a Escola Técnica Federal de Pelotas inicia a extinção do seu ginásio industrial, ou cursos do 1º ciclo. Assim, já a partir do ano de 1971, essa modalidade de ensino não recebe mais ingressos, sendo extinta gradativamente, até a saída efetiva do último aluno.

Ao mesmo tempo, a instituição realiza uma grande mudança interna no seu projeto pedagógico, passando do sistema anual para o semestral, os cursos Técnicos no diurno são oferecidos com as aulas concentradas no turno matutino e vespertino (dois turnos) em um período de três anos - seis semestres - e os do noturno em turno único, em quatro anos - oito semestres. Meireles (2002) contribuindo para a elucidação dos fatos acrescenta:

[...] a partir dos anos seguintes a organização curricular dos cursos técnicos da Escola passou a prever o regime semestral. O currículo pleno dos cursos foi constituído por disciplinas de educação geral, num total de 1.504 horas, e de educação especial, com disciplinas profissionalizantes e diversificadas, num total de 1.664 horas. As atividades de estágio profissional com 560 horas passaram também a integrar o currículo, totalizando 3.920 horas (MEIRELES, 2002, p. 146-147).

Paralelamente, nessa mesma década, conhecida como a década do “Milagre Econômico Brasileiro”, e tendo como objetivo formar profissionais para as necessidades do mundo do trabalho, três novos cursos técnicos são implementados: Curso Técnico de Telecomunicações e Curso Técnico de Eletromecânica em 1973 e o Curso Técnico em Química em 1979 e, em 1991, cria-se o Curso Técnico em Desenho Industrial.

Nos anos 80, dentro do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - PROTEC, no governo de José Sarney (mandato de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990), previa-se a criação de “100 novas escolas técnicas”, como parte de reivindicações da sociedade brasileira⁷. Estas novas escolas que deveriam ser ainda construídas e equipadas seriam consideradas como unidades descentralizadas, extensão ou “campus avançados” das Escolas Técnicas Federais. Meireles assim descreve o programa:

Por esse programa, tendo em vista que a política do Governo Federal era não instituir novas autarquias federais, face às diversas implicações dessa sistemática, abriu-se a possibilidade de a expansão ocorrer através da sistemática de campus avançado, vinculando as novas unidades a serem criadas às administrações das escolas técnicas federais de cada estado da Federação (MEIRELES, 2002, p. 159).

Criavam-se então as Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs. O Rio Grande do Sul, que inicialmente seria contemplado com a criação de três novas escolas, teve autorizada somente uma, estando localizada no Município de Sapucaia do Sul. Destarte, a então Escola Técnica Federal de Pelotas ficou responsável pela criação, construção e implantação dessa unidade, que ocorreu dez anos após. Em 26 de fevereiro de 1996, a Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul, é então inaugurada, entrando imediatamente em funcionamento, com a oferta do Curso Técnico em Plásticos, para atendimento das demandas do Pólo Petroquímico gaúcho, e o ensino médio.

Com a promulgação, em 1994, da Lei nº. 8.948 cria-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica transformando, as então Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, e estabelecendo que suas efetivas implantações estariam subordinadas a critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. Dentre esses critérios estavam a comprovação de instalações físicas, os laboratórios e os equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento do Centro, devendo todos esses quesitos ser apresentados aos Órgãos Superiores do Ministério da Educação através de um Projeto Institucional. Assim, abria-se a possibilidade dessa instituição ser transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica.

⁷ Em 04 de julho de 1986, o Governo Sarney lança o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, com a finalidade construir cem novas Escolas Técnicas Federais, como resultado das reivindicações da sociedade brasileira feita no dia “D” da Educação Brasileira. A construção das novas escolas técnicas foi considerada “o pleito das comunidades municipais brasileiras de maior expressão e intensidade” (PEIL, 1995, p. 10).

A apresentação do Projeto Institucional foi protocolado na Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC⁸ - MEC, em 09 de janeiro de 1998, onde após análise e avaliação de comissão técnica designada para tal fim, a Escola Técnica Federal de Pelotas foi elevada a categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS, através de Decreto exarado em 19 de janeiro de 1999 e publicado no Diário Oficial da União - DOU - no dia seguinte, 20 de janeiro. Ganha, assim, o Rio Grande do Sul, o seu primeiro Centro Federal de Educação Tecnológica, vinte e um anos após terem sido criados os primeiros CEFETs: do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; dez anos após a criação do CEFET do Maranhão e seis anos após a criação do CEFET da Bahia.

A partir da segunda metade dos anos 90 a Instituição desenvolve e envolve-se de forma expressiva e singular, em uma série de atividades dentro do Estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Desde 1997 o CEFET-RS vem em parceria com Sindicatos e Entidades de Classe, certificando, quer em nível de Ensino Fundamental, quer em nível de Ensino Médio, trabalhadores da região sul do Brasil, amparado por Portarias exaradas do Ministério da Educação, com fim específico dessas certificações. As parcerias se deram com a CUT e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos-CNM, através do Programa Integrar, com base em Portaria nº. 183/1997. A esse programa se seguiram muitos outros, entre eles Projeto Terra Solidária em parceria com a Escola Sindical Sul e as Escolas Agrotécnicas Federais, com certificação de ensino fundamental - Portaria nº. 08/2000; Projeto Evolução, tendo como parceiro o Sindicato dos Enfermeiros do RGS, certificando ensino fundamental, conforme disposto na Portaria nº. 107/2000. Projeto Integrar - Alimentação - uma parceria com o Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do RS com certificação de ensino fundamental, amparado na Portaria nº. 07 do MEC de 2000. Projeto Evolução - uma parceria com o Sindicato dos Calçadistas e a Escola de Trabalhadores 08 de Março, com certificação em ensino fundamental - Portaria nº. 06/2000; Projeto Liberdade - uma parceria com o Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalhador Portuário Avulso do Porto Organizado de Porto Alegre com certificação de Ensino Fundamental - 1º a 4º série - Portaria nº. 106/2000. Essas parcerias foram de grande importância, não só para os parceiros, mas principalmente para o CEFET-RS que, ao buscar resgatar, através da

⁸ A SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica foi posteriormente transformada para SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

educação, a cidadania do trabalhador, atende uma proposição de, simultaneamente, através da elevação do nível de escolaridade do trabalhador, promover a formação geral e a qualificação para o trabalho.

Nesse período, ocorre também a primeira experiência, inédita no país, de oferta de cursos técnicos em chão de fábrica registrada pelo Ministério da Educação, decorrente de uma parceria entre o CEFET-RS e a Empresa Dana Albarus, em Gravataí, no RS, no ano de 1996, quando, então, foram oferecidos os cursos técnicos em Metalurgia e Mecatrônica dentro da planta da empresa, para atender a seus colaboradores. Essa experiência, mesmo sendo de oferta de cursos técnicos talvez tenha sido o embrião para a criação, hoje, da Escola de Fábrica, projeto do governo federal que leva, através de parcerias com fundações e empresas privadas, cursos de formação inicial para jovens de baixa renda com a finalidade de iniciar sua preparação para o mundo do trabalho.

No ano de 1998, quando da entrega do projeto institucional objetivando a transformação da Escola Técnica Federal de Pelotas em Centro Federal de Educação Tecnológica, eram registrados mais de 500 convênios de cooperação entre cursos de capacitação, qualificação, cursos técnicos programas de pesquisas. A respeito dessa integração Meireles esclarece:

[...] no relatório de gestão de 1998 [...] há o registro da participação de 1.776 pessoas em cursos de treinamento profissional e de 2.148 em cursos extraordinários, sendo muitos desses cursos destinados especificamente a trabalhadores. No projeto apresentado ao Ministério da Educação [...] é destacada a integração da Escola com a sociedade através da vigência de 597 convênios de cooperação. Desses, são destacados vários destinados ao atendimento de interesses diretos de trabalhadores, como o Programa Integrar, destinado a formação e requalificação, além de cursos técnicos realizados diretamente em empresas industriais, proporcionando a formação dos trabalhadores após a jornada de trabalho (MEIRELES, 2002, p. 190-191).

No ano de 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9.394/96, o que veio promover uma mudança significativamente na história da Educação Profissional Brasileira. A separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional foi, de imediato, apresentada as redes de ensino e, por óbvio, as escolas da rede federal foram as primeiras que tiveram a obrigatoriedade de efetivar essa separação. Os dispositivos legais que regulamentaram a educação profissional e o ensino médio, especialmente o Decreto n.º 2.208, apontavam para uma mudança significativa nas instituições. Com isso, e

por determinação do Ministério da Educação, a partir do ano letivo de 2001, todas as instituições federais tiveram seus cursos técnicos reformulados e, muitos deles, por conta de seus novos enfoques mudaram suas denominações. Na Unidade de Pelotas, os oito cursos técnicos existentes foram reformulados e mudaram suas denominações os cursos de Eletromecânica, Manutenção Eletromecânica, Mecânica, Química e Telecomunicações, que passaram a denominar-se, respectivamente, Manutenção Eletromecânica, Mecânica Industrial, Analista de Processos Industriais Químicos e Sistemas de Telecomunicações. O curso de Desenho Industrial, hoje reformulado, oferece os Cursos de Programação Visual e Design de Móveis. No ano de 2002, atendendo aos anseios da comunidade, foi criado o Curso Técnico de Sistemas de Informação. Assim, o CEFET, Unidade de Pelotas, após a reforma da educação profissional oferece cursos técnicos nas áreas profissionais de Construção Civil, Indústria, Química, Telecomunicações e Design. Na Unidade de Sapucaia do Sul, o curso técnico ofertado não mudou sua denominação.

Cursos de especialização de nível técnico são oferecidos para atender as necessidades de empresas que procuram o CEFET. Assim, foram desenvolvidos cursos na área da Indústria, em parceria com a empresa Souza Cruz e na área de Química junto à empresa Sanremo, ambas do RS.

Sempre atento a sua função social, e no desejo de atender aos trabalhadores que, por motivos vários, não puderam completar seu ensino médio, na idade regular, o CEFET, no ano de 1999, de forma inovadora e original na rede federal, montou e apresentou às entidades de classe de Pelotas, um Projeto diversificado de ensino: O ensino médio para adultos. Tão logo logrou a aprovação dessas entidades, submeteu-o ao MEC, que, de imediato o aprovou. A primeira turma foi composta por trabalhadores da indústria do arroz e de plásticos, com idade acima de 25 anos de idade. O projeto tinha como objetivo resgatar a cidadania desses trabalhadores, através de sua elevação de escolaridade. Partia de suas histórias de vida e se apoiava naqueles conhecimentos que os alunos já possuíam de maneira empírica, fazendo com que os mesmos os transformassem em conhecimentos cientificamente estruturados. A essa turma se seguiram turmas em Pelotas, na Unidade de Ensino de Sapucaia do Sul e no município de Canoas - RS. A segunda turma constituída em Pelotas destinou-se aos servidores do CEFET que não possuíam o Ensino Médio concluído. A turma de Canoas foi montada com o objetivo de atender

trabalhadores da empresa Maxion International Motors, essa turma, ao concluir o projeto, ingressou, em 2002, junto com outros funcionários, submetendo-se para isso a processo seletivo, nos Cursos Técnicos de Metalurgia e Mecatrônica, também desenvolvidos dentro da empresa. A partir da terceira turma desenvolvida em Pelotas e das turmas da Unidade de Sapucaia do Sul, o ingresso no projeto foi aberto a todos os interessados, desde que atendessem aos requisitos do Edital e, o processo de seleção, foi realizado através de sorteio de vagas entre os candidatos presentes ao local e no horário do sorteio. Esse projeto ainda continua sendo trabalhado na Unidade de Pelotas.

Apesar de ter um Curso de Engenharia aprovado antes de sua Cefetização, o CEFET não recebeu a devida autorização de seu funcionamento, com a justificativa de que as Engenharias sofreriam mudanças, por conta da reforma universitária que estava iniciando. Assim, e por ter a certeza de que a Instituição tinha condições de oferecer cursos superiores, a Unidade de Pelotas, optou por ofertar, em 2000, os Cursos Superiores de Tecnologia.

Foram criados os Cursos de Tecnologia Ambiental: ênfases em Controle Ambiental e Saneamento Ambiental e Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, posteriormente, em 2003, foi criado o Curso de Tecnologia em Automação Industrial. No ano de 2004, os dois primeiros cursos foram reconhecidos pelo MEC, tendo o Curso de Tecnologia Ambiental se desmembrado, surgindo, então, dois cursos distintos, Curso de Tecnologia em Controle Ambiental e Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental, em 2003, foi criado o Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial e, em 2007, o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, sendo o curso de Automação Industrial reconhecido no ano de 2006.

Numa parceria, também inovadora no Brasil, O CEFET-RS, juntamente com a empresa John Deere e a Escola Sinodal, da cidade de Horizontina no RS, no ano de 2000, ofereceram um Curso Superior de Tecnologia em Mecânica, em chão de fábrica, que veio a suprir as deficiências detectadas não só entre os funcionários da empresa, mas também, entre os professores da instituição. Também a Unidade de Sapucaia do Sul iniciou sua oferta de cursos de tecnologia, oferecendo o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade na Transformação de Polímeros. Tanto o curso ofertado em Horizontina, como o da Unidade de Sapucaia do Sul foram aprovados no mesmo ano dos ofertados pela Unidade Pelotas. Em Sapucaia

Sul, são também ofertados os cursos superiores de Fabricação Mecânica, Ferramentaria e Gestão da Produção Industrial.

Cursos de Pós Graduação – nível de especialização – vêm sendo ofertados por esse CEFET. Entre eles, O Curso de Pós Graduação em Educação profissional, O Curso de Pós Graduação em Educação Ambiental e, mais recentemente, o Curso de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos e ora em execução, o Curso de Pós Graduação em Linguagens Verbais e Visuais e suas Tecnologias.

A Instituição, por muitos anos, vinha ofertando, em parceria com o CEFET Paraná, cursos de formação para seus docentes. Considerando a distância entre as duas instituições, o que onerava o curso, a qualidade dos docentes do próprio CEFET que eram contratados pelo CEFET Paraná, numa demonstração de suas competências e a necessidade que havia de se continuar ofertando esses programas especiais, esse CEFET, passou, a partir de 2000, a ofertar o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas da Educação Profissional em nível médio. Desde então, vem oferecendo esse programa na Unidade de Pelotas, anualmente, tendo disponibilizado, também, para a Unidade de Sapucaia do Sul, para os municípios de Caxias do Sul e Três de Maio.

Em 2004, por um decreto presidencial revoga-se o Decreto nº. 2.208/97, e aponta-se para uma nova forma de educação profissional: a forma integrada. No CEFET, inicia-se uma discussão em torno do Projeto Pedagógico da Instituição e opta-se por ofertar cursos integrados. Inicialmente, no ano de 2007, quatro cursos oferecerão a modalidade integrada: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Química, esse último, com a nova denominação, agora Curso Técnico de Nível Médio em Química – forma integrada.

Em 2005, também por um decreto presidencial, surge o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Paralelo ao projeto do Ensino Médio para adultos que vem sendo desenvolvido nessa instituição surgem novos cursos para atender esse programa. Na Unidade de Pelotas, está iniciando o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Manutenção de Computadores, e na Unidade de Sapucaia do Sul, o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Processos Administrativos, ambos na modalidade PROEJA.

Nesse mesmo ano, o Governo Federal opta por criar um programa de expansão da educação profissional na rede federal. O CEFET – Pelotas ganha,

então, duas novas Unidades de Ensino: a Unidade de Ensino de Charqueadas e a Unidade de Ensino de Passo Fundo.

A Unidade de Ensino de Charqueadas iniciou suas atividades no ano de 2006. Essa unidade, adotou, inicialmente, o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oferecendo 40 (quarenta) vagas no Curso Técnico em Informática. Nesse ano também foi realizada a construção de um currículo integrado para o Curso Técnico de Mecatrônica, em função do comprometimento da instituição com a região carbonífera. Este curso envolve as áreas de mecânica, eletroeletrônica, informática e automação e tem seu início previsto para o início de 2007.

Durante o ano de 2006, foi organizado o projeto de implantação da Unidade de Passo Fundo, no âmbito da estrutura física, pedagógica e de recursos humanos. Apesar de já possuir seu corpo de servidores, essa unidade não está em funcionamento até o presente momento, por atrasos na conclusão dos prédios. Entretanto, já realizou seu processo seletivo e oferecerá ainda neste ano, os cursos técnicos de nível médio forma subsequente – em Sistemas de Informações e Mecânica Industrial.

Atualmente o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, através de suas unidades de ensino, oferece cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, que visam qualificar e/ou atualizar trabalhadores em sua área de atuação e conforme as exigências do mundo do trabalho.

Atualmente o CEFET-RS oferece nas áreas abaixo relacionadas, os seguintes cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Área Indústria:

- ✓ Curso Técnico de Mecânica Industrial;
- ✓ Curso Técnico de Eletrônica;
- ✓ Curso Técnico de Eletrotécnica;
- ✓ Curso Técnico de Manutenção Eletromecânica;
- ✓ Curso Técnico de Mecatrônica;
- ✓ Curso Técnico de Transformação de Termoplásticos;

Área Química:

- ✓ Curso Técnico de Química;

Área de Telecomunicações:

- ✓ Curso Técnico de Sistemas de Telecomunicações;

Área de Construção Civil:

- ✓ Curso Técnico de Edificações;

Área de Design:

- ✓ Curso Técnico de Programação Visual;
- ✓ Curso Técnico de Design de Móveis;

Área de Informática:

- ✓ Curso Técnico de Sistemas de Informações;

Área de Gestão:

- ✓ Curso Técnico em Processos Administrativos.

Na graduação, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, vem atuando nos cursos superiores de tecnologia e bacharelado:

- ✓ Curso Superior de Engenharia Elétrica;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Controle Ambiental;
- ✓ Curso Superior de tecnologia em Saneamento Ambiental;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para a INTERNET;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade na Transformação de Polímeros;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Ferramentaria;
- ✓ Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial;
- ✓ Programa Especial de Formação pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação profissional em Nível Médio.

Também passou a instituição a oferecer Cursos de Educação Profissional Tecnológica de Pós-Graduação, sendo que no presente ano está sendo oferecido o

curso de Linguagens Verbais e Visuais e suas Tecnologias, outros já estão concluídos e há a proposta de novos cursos nesse nível.

No que se refere à área física, o CEFET-RS possuía, em 2000, uma área física total de 40.443 m² (Unidade Sede) e na UNED de Sapucaia do Sul uma área de 39.971 m². Em 2006, o CEFET-RS manteve sua área física das Unidades de Pelotas e de Sapucaia do Sul inalteradas, e acresceu a esse montante, 61.168 m² na Unidade de Charqueadas e 60.000 m² na Unidade de Passo Fundo.

No ano de 2006, segundo dados disponíveis no Relatório de Gestão⁹ da instituição, pode-se verificar o número de alunos matriculados: Ensino Médio - 1297 alunos; Ensino Médio para Trabalhadores - 189 alunos; Educação Profissional de Nível Técnico - 2.382 alunos; Educação Profissional de Nível Tecnológico - 650 alunos; Programa Especial de Formação Pedagógica - 45 alunos; Especialização - 16 alunos; PROEJA - 20 alunos; e Pós Graduação 47 alunos; perfazendo um total de 4.646 alunos, alunos estes provenientes da própria cidade de Pelotas ou de cidades da zona sul, como Pedro Osório, Piratini, Pinheiro Machado, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, Morro Redondo, Capão do Leão, Turuçu, Rio Grande e outras. Segundo a pesquisa socioeconômica feita, no período de 2000 a 2006, 28% dos alunos ingressos nos cursos técnicos são oriundos de outros municípios da região; Já para o ensino médio, este índice diminui para 25%. Estes indicadores mostram a importância social do CEFET-RS, para a região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 5 – Evolução do Quadro Funcional dos servidores Docentes e Técnicos Administrativos, do CEFET-RS, período de 2000 a 2006 (FA)

Ano Cat. Func.	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Docentes (efetivos)	324	319	306	294	308	321	340
Docentes (substitutos)	85	79	95	97	77	100	94
Técnico- Administrativos	242	238	235	218	229	232	245
Totais	651	636	636	609	614	653	679

Fonte: Relatórios de Gestão da Instituição

⁹ Disponível em: <<http://www.cefetrs.tcche.br/estrutura/pelotas%20sede/RELATORIODEGESTAO>> Acessado em: 24 ago. 2007, 22 h.

Atualmente o Centro Federal de Educação Tecnológica tem participado, junto ao governo federal, de programas sociais, entre eles o Programa Escola de Fábrica, atuando junto a CGTEE - projeto Metade Sul; Fundação Pescar - Projeto Pescar, este certificando os participantes em todo o território nacional,

Recentemente, foi credenciado pelo MEC para integrar a Universidade Aberta do Brasil (UAB), atuando em cinco pólos: Santana da Boa Vista, Constantina, Picada Café, Santa Vitória do Palmar, Balneário Pinhal, para onde deverá levar Cursos Superiores, na modalidade à distância. O curso a ser ofertado, nesse primeiro momento é o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet à Distância - TSIaD.

Esse é o CEFET, uma instituição que, em seus 64 anos de existência, tem se dedicado à educação profissional, alicerçada nos princípios fundamentais estabelecidos pela UNESCO, ofertando aos seus alunos oportunidades de construção de conhecimentos onde é necessário, não só aprender a fazer, mas aprender a ser, conhecer e conviver, mobilizando e colocando em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver os desafios do dia-a-dia.

6. A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO XX – XXI

Outra reforma muito apreciada pelos burgueses é a educação e, particularmente, a educação profissional universal (K. MARX, in MARX & ENGELS, 2004, p. 91).

Muito se tem dito, falado, escrito e discutido quanto à educação profissional brasileira durante a vigência do Decreto nº. 2.208/97. Contudo, de fato, qual foi o estudante que procurou a educação profissional brasileira, sobre a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº. 9.394/96 - e o Decreto Federal nº. 2.208/97 que instituíram as bases para a reforma da educação profissional no Brasil?

Todas as publicações a respeito do tema da Educação Profissional ou do ensino ministrado pelas Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica ou Escolas Agrotécnicas, seja na esfera federal, estadual ou privada, discutem muito a questão da separação do Ensino Médio da Educação Profissional

ou Técnica, provocada pelo Decreto nº. 2.208/97, porém é bastante escassa a literatura ou publicações a respeito do que ocorreu com este novo aluno que procurou e passou a freqüentar principalmente as instituições públicas federais de educação profissional. Que avaliação foi feita a respeito deste jovem que buscou a escola profissionalizante, principalmente no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, durante a vigência do referido decreto? Já se fez algum acompanhamento dos ingressos destas instituições, para saber de onde vieram, o que querem, para onde querem ir?

6.1 O Aparelho Ideológico do Estado

A Temática da Educação Profissional sempre esteve envolvida por muitas polêmicas e discussões ao longo dos tempos, haja vista ter sido considerada a atender um segmento discriminado e excluído da sociedade. Celso Suckow da Fonseca (1986a, p. 147), ao escrever sobre a História da Educação Profissional Brasileira, assim se expressa a respeito: “O ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender também a outros desgraçados”.

A grande questão é que a educação sempre foi um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. Segundo Althusser (1985, p. 77), “o aparelho ideológico de Estado, que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar”.

Marx, trata o Estado como uma realidade bem mais complexa do que a própria definição da teoria marxista do Estado. Para avançar esta questão é necessário ter-se em conta não somente a distinção entre poder de Estado e Aparelho de Estado, mas outra realidade que surge junto ao aparelho repressivo do Estado, porém não se confundindo com ele, que são os Aparelhos Ideológicos do Estado.

Para Marx, o Aparelho de Estado, compreende os governos, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, entre outros, que passam a ser chamados de

Aparelhos Repressivos do Estado, que funcionam através da violência e também da ideologia. Este aparelho, pertence unicamente ao domínio público.

Já os Aparelhos Ideológicos do Estado, que nos remetem ao domínio privado, pelos menos em sua grande maioria, funcionam principalmente através da ideologia, entendidos aqui como instituições distintas e especializadas, entre elas podemos citar a religião, a família, o sindicato, o sistema político, a imprensa, o rádio e a televisão, a cultura, e principalmente a escola.

Althusser (1985) coloca a questão como se fora uma “balança”. Se existe um Aparelho Repressivo de Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado. Em seu ensaio, “A Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser tem entendimento dos conflitos entre as classes dominantes e dominadas, conforme idéias também de Marx. Porém, ele vai mais adiante, vendo nos sistemas sociais certos dispositivos que, ao serem acionados, tendem a manter as classes dominantes no poder, também com a finalidade de manter e gerar a reprodução social.

Como esses dispositivos são ideológicos, ocorre então uma sujeição do sujeito a essas ideologias, que não o percebe, pois essas ideologias são constituídas por crenças e valores, e o faz aceitar que as estruturas sociais existentes são boas, necessárias e desejáveis.

Atualmente, a escola assumiu o papel de Aparelho Ideológico do Estado, e como a permanência histórica da sociedade capitalista depende da reprodução de seus componentes econômicos, como a força de trabalho e os meios de produção para o giro do capital, os Aparelhos Ideológicos do Estado, tem na escola a sua principal força. Justifica-se esta questão tendo em vista que é na escola que o sujeito permanecerá a maior parte de sua vida, tornando-se um mecanismo e uma instituição encarregada de garantir que o sistema dominante não seja contestado.

Daí o estado de classe estar intimamente ligado ao ensino de classe. O aparato escolar se converte em um apêndice da classe dominante. Esta é a grande importância e relevância do tema a respeito dos sistemas educacionais.

6. 2 Marx e Engels e a Educação Profissional

Essa discussão, que não é exclusivamente da sociedade brasileira e nem atual, já foi muito bem abordada e estudada por Karl Marx e Friedrich Engels, em

séculos passados e retorna ao Brasil de hoje como um assunto totalmente atualizado, merecendo amplas discussões e pesquisas também por educadores e pesquisadores brasileiros, preocupados com tal modalidade de educação.

Embora nas obras de Marx e Engels o tema da educação nunca tenha ocupado um lugar central, não tendo sido formulada explicitamente nenhuma teoria educacional, muito menos princípios metodológicos e diretrizes para o processo ensino-aprendizagem, não obstante os autores nunca tenham escrito um texto, folheto, livro ou artigo dedicado expressamente à questão educacional e ao ensino, esse tema surge em separado ao longo de toda a sua obra ou pensamento sobre a economia, a sociedade e a política (LOMBARDI, 2005, p. 8).

Sabemos que a principal preocupação de Marx e de Engels foi o estudo das relações socioeconômicas e políticas e seu desenvolvimento no processo histórico. Entretanto, a questão educacional encontra-se inserida em suas obras. Razão pela qual se pode afirmar que o “marxismo continua sendo uma concepção viva e suficiente, ainda na contemporaneidade, para a análise crítica da sociedade capitalista, além de ser um referencial revolucionário e transformador da ordem existente” (LOMBARDI, 2005, p. 2).

A antologia de textos sobre educação e ensino, organizada pelo francês Roger Dangeville, na década de 1970, com o título “*Critique de L’éducation et de l’enseignement*” e traduzido no Brasil como “*Textos sobre Educação e Ensino*”, permitiu-nos um primeiro contato com os autores cuja temática relativa à educação profissional ou qualificação profissional desponta em cima da divisão do trabalho consubstancial ao processo de implantação do modo de produção capitalista, que surge nas primeiras décadas do século XIX, caracterizando-se pelo estabelecimento e consolidação traumática dos modos de produção.

Ainda que pareça contraditório, é o

capitalismo que exige uma crescente capacidade intelectual de todos os indivíduos, estendendo o sistema escolar, institucionalizando e aprofundando-o. Os índices de analfabetismo se reduzem drasticamente na medida em que as sociedades agrárias se transformam em industriais, a indústria da cultura experimenta um auge importante e a fisionomia cultural da sociedade muda radicalmente em relação aos séculos anteriores (MARX & ENGELS 2004, p. 12).

A falta de atenção às necessidades sociais no campo educacional e ensino, características dos primeiros anos do capitalismo, juntamente com as dramáticas condições de trabalho da população, incluindo-se aí o trabalho infantil e feminino,

elevam o ensino e a educação como instrumentos de transformação social, responsáveis pela emancipação dos indivíduos e sua libertação das condições de opressão.

Os escritos e estudos de Marx e Engels sobre a educação, ensino e qualificação profissional são construídos, então, a partir da crítica das teorizações e práticas burguesas, como foi a crítica à economia política e, antes dela, à filosofia alemã e às várias matizes de socialismo. É na inter-relação do modo capitalista de produção que a problemática em questão deve ser colocada, já que não se pode entender a educação ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social, sem inseri-la no contexto que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classes.

A concepção marxista de educação é abordada com mais detalhes nas “Instruções aos Delegados do I Congresso da Internacional de Trabalhadores” realizado em Genebra, setembro de 1886. Nesse documento, Marx considera, como uma tendência da indústria moderna, a colaboração de crianças e adolescentes de ambos os sexos, nas linhas de produção, entendendo como sendo um “processo legítimo e saudável, desde que ocorra de modo adequado às forças infantis” (MARX & ENGELS, 2004, p. 67).

Embora crítico da exploração do trabalho infantil, Marx recomenda que, a partir dos nove anos, qualquer criança deva participar do trabalho produtivo e trabalhar não somente com o cérebro, mas também com as mãos. Marx define a concepção de instrução em três aspectos:

1. Educação Intelectual;
2. Educação Corporal, tal como se consegue com os exercícios de ginástica e de militares;
3. Educação Tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX & ENGELS 2004, p. 68).

A 1ª Internacional dos Trabalhadores assume essa proposta, sendo então o primeiro documento oficial do proletariado moderno sobre a educação, o ensino e a instrução profissional (LOMBARDI, 2005, p. 13). Observa-se aqui que a instrução profissional, a escola profissionalizante, surge já referendada e para os filhos da classe trabalhadora.

Na leitura de *O Capital*, em seu décimo terceiro capítulo, Marx, ao analisar a legislação industrial inglesa, ensina que a construção dessa proposta educacional era uma decorrência histórica e lógica do ensino profissional já em andamento em países como a França e a Inglaterra, onde estavam em curso as formações sociais capitalistas. Na mesma obra, as observações de Marx sobre educação e higiene não foram no sentido de endossar a instrução profissional burguesa, mas, sim, em propor a sua superação, partindo do pressuposto da necessidade de universalização da instrução primária, que a legislação em vigor torna indispensável para o emprego de crianças. A mesma legislação também introduz a necessidade de haver uma unidade entre instrução e trabalho, que deveria ser destinada a todas as crianças.

A educação, nesse caso, segundo Lombardi (2005, p. 13), longe de dirigir as crianças para uma ou outra profissão, deveria destinar-se a todas as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das ciências como das capacidades práticas em todo o processo produtivo.

Nesse aspecto, Marx entende que a integração entre trabalho industrial e instrução (formação integral do homem), não tem como objetivo simplesmente o aumento da produtividade, mas sim o de formação omnilateral do homem. Por meio desta educação omnilateral o ser humano desenvolver-se-á numa perspectiva abrangente, isto é, em todos os sentidos. Essa educação omnilateral e politécnica será decorrente da própria transformação da indústria que, incessantemente, revoluciona as bases técnicas da produção e com ela a divisão do trabalho, onde, nesse contexto, Marx propõe uma educação mais abrangente, integral e flexível. Fidalgo e Machado (2000) elucidam um pouco mais a terminologia sob a formação omnilateral.

Assim, educação ou formação omnilateral quer dizer desenvolvimento integral, ou seja, por inteiro, de todas as potencialidades humanas. Significa a livre e plena expansão das individualidades, de suas dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, base de uma real emancipação humana. Uma formação integral (por inteiro) objetiva o alcance da omnilateralidade (a formação completa). Contrapõe-se, portanto, à educação instrumental, especializada, tecnicista e discriminatória (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 126).

Destarte, a exigência de uma educação mais flexível, vem a ser decorrente do desenvolvimento industrial, que determina a transformação de toda a estrutura escolar, então dominada pela educação gremial, familiar e religiosa. As transformações desencadeadas pela Revolução Industrial e o desenvolvimento teórico do liberalismo, acabam sendo responsáveis pelas proclamações de

pensadores liberais que atribuíam à educação e ao conhecimento a responsabilidade de criar condições de igualdade entre todos os cidadãos, sendo neste contexto verificada a institucionalização e a ampliação do aparato escolar, que é destacado na Introdução aos textos sobre Educação e Ensino (MARX & ENGELS 2004, p. 17).

Os estudos de Marx vislumbravam um Estado como um instrumento a serviço das classes detentoras dos meios de produção, em que a educação se convertia em instrumento de dominação ideológica, ou seja, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica e dessa forma exercesse o poder. Marx proclamava que numa sociedade dividida em classes, a escola era uma escola de classe, só podia ser uma escola de classe. Segundo Marx, “O Estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante” (MARX & ENGELS, 2004, p. 17).

Na sociedade capitalista contemporânea a educação reproduz o sistema dominante, tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo. De acordo com Gadotti (2003):

O ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador. Para que os filhos das classes dominantes, mais abastadas, possam estudar, é preciso reprovar os outros. A chamada ‘evasão escolar’ nada mais é do que a garantia, para as classes dominantes, de que continuarão a se apoderar do monopólio da educação (GADOTTI, 2003, p. 59).

A “escola capitalista é essencialmente divisionista, reprodutora e conspiradora” (SNYDERS, 2005). Na concepção socialista, a educação assume um caráter dinâmico, transformador, tendo sempre o ser humano e sua dignidade como ponto de referência. Uma educação omnilateral é o que continua fazendo falta em nossa sociedade. O atual sistema educativo, sobretudo no Brasil, vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação. Projetos político-pedagógicos até existem e são propostos, mas são postos em andamento aqueles que legitimam o sistema e não representam para ele uma ameaça.

6.3 As Políticas Públicas Brasileiras para a Educação Profissional

No Brasil, como já registramos anteriormente, durante o Império, as iniciativas de Educação Profissional ora partiam de associações civis (religiosas ou

filantrópicas), ora das esferas estatais, entendendo-se aqui como das províncias, de assembleias provinciais legislativas, muitas vezes da combinação de ambas, entidades e grupos da sociedade civil com o Estado. Tais iniciativas, voltadas para a preparação de ofícios manufatureiros, podiam ser ministradas nas academias militares ou em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios. De qualquer forma, eram sempre destinadas aos pobres, excluídos ou deserdados da sorte e para os filhos dos trabalhadores.

Observa-se claramente essa questão já no Decreto nº. 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, que ao regulamentar a instrução primária e secundária no município da Corte, assim se expressa quanto a essa modalidade de ensino, no art. 63:

Os meninos que estiverem nas circunstâncias dos artigos antecedentes [menores de 12 anos em tal estado de pobreza, que além de falta de roupa vivem em mendicância] depois de receberem a instrução de primeiro grau, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para oficinas públicas ou particulares [...] e sempre debaixo da fiscalização do Juiz de Órfãos [...] (TAMBARA & ARRIADA, 2005a, p. 51)

Esta situação não é muito diferente na Inglaterra, e também já era preocupação de Friedrich Engels que, em carta a M. K. Gorbounova-Kabloukova, datada de 22/07/1880, assim relata a situação da educação profissional em Londres:

[...] Neste País, a educação técnica da juventude está ainda mais descuidada que na maior parte dos países do Continente e o que se faz é pura aparência. Sem dúvida, você já sabe que as escolas profissionalizantes não se encontram no nível dos centros profissionais do Continente, *sendo uma espécie de centros de reeducação* (grifo meu) onde as crianças abandonadas são enviadas, durante alguns anos, após o juízo de um tribunal (MARX & ENGELS, 2004, p. 92).

Em outro momento, Engels em Carta a Getrud Guillaume-Schackm , 5/07/1885, assim se expressa:

[...] As Escolas Politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, *onde os filhos dos operários* (grifo meu), recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. (MARX & ENGELS, 2004, p. 78).

No século XIX, todas as experiências nessa modalidade de ensino adotaram um modelo de aprendizagem de ofícios vigentes no âmbito militar, incluindo padrões de hierarquia e disciplina. Crianças e jovens, em estado de mendicância eram encaminhados para estas casas (asilos) onde, além da instrução primária aprendiam

ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outras. Diga-se que, além dessa etapa de aprendizagem, os alunos permaneciam mais um tempo nesse local, trabalhando nas oficinas, com a finalidade de pagarem sua aprendizagem e formarem um pecúlio, que lhes era entregue após o triênio.

Percebe-se aí que a educação profissional, nesse período, tem praticamente um efeito “corretivo” e “disciplinar”, cujo preconceito estendeu-se praticamente até o final do século XX.

Mesmo em período posterior, essa situação continua presente. Em 1879, é aprovado o Decreto nº. 7.247 que mexe significativamente com a Educação Brasileira. Este Decreto também conhecido como Decreto de Leônicio de Carvalho, art. 8º, item 9º, possibilita a criação de escolas profissionais de artes e ofícios, de acordo com as necessidades locais.

O Governo poderá criar ou auxiliar no município da Corte e nos mais importantes das províncias, escolas profissionais, e escolas especiais ou de aprendizado, destinadas, as primeiras, a dar instrução técnica que mais interesse às indústrias dominantes, ou que convenham criar e desenvolver, e as segundas ao ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população e para o Estado, conforme as necessidades e condições das localidades (TAMBARA & ARRIADA, 2005a, p. 80).

No ano de 1909, com o Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro, o então presidente da República, Nilo Peçanha, instaurou a rede de 19 escolas de aprendizes e artífice, que hoje conhecemos como Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica. O Decreto que criou e sistematizou o Ensino Técnico-Profissional enfatizou que era necessário “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico-intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”.

Ao longo da História Brasileira, este estigma se conserva e se mantém: Para as elites, as escolas propedêuticas, acadêmicas; para os pobres, filhos de trabalhadores ou desfavorecidos da sorte, as escolas profissionalizantes.

A Constituição de 1937 reforça essa discriminação e em seu artigo 129 descreve “que o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado, competindo-lhe o dever de fundar institutos de ensino profissional”.

Até essa época, o sistema educacional brasileiro era estruturado incluindo duas redes de ensino determinadas pelas características do desenvolvimento

socioeconômico que existia no país: para os pobres, o ensino primário, em geral de caráter profissional, voltado para a formação de mão-de-obra; e, para os ricos, o ensino secundário, de caráter propedêutico, como forma de preparação ao ensino superior. “À elite correspondia a formação acadêmica, intelectualizada, descolada de ações instrumentais; aos trabalhadores, a formação profissional em instituições especializadas ou no próprio trabalho, com ênfase no aprendizado, quase que exclusivo, de formas de fazer” (KUENZER, 2002, p. 27).

O ensino secundário não era estruturado de forma orgânica, apresentando-se sob a forma de cursos preparatórios ao Ensino Superior, e o Ensino Profissional preparava para as ocupações emergentes do desenvolvimento econômico.

Gramsci (1982), ao optar por uma escola única, também se manifesta ao analisar o sistema de ensino italiano, criticando sua dualidade, isto é, a existência de dois tipos de ensino: a escola humanista e as escolas particulares de diferentes níveis. A primeira destinada a desenvolver a cultura geral dos indivíduos da classe dominante enquanto a outra prepara os alunos oriundos das classes dominadas para o exercício de profissões. Com o desenvolvimento da base industrial houve o surgimento do intelectual urbano e a necessidade de profissionalização desses indivíduos nas escolas técnicas.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provoca uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que coloca em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana (GRAMSCI, 1982, p.118).

Na década de 1940, foram feitos ajustes legais com o intuito de prover uma formação profissional destinada à formação de trabalhadores, contando com diferentes modalidades: Agrotécnico, Comercial Técnico, Industrial Técnico e Normal. Paralelamente, com vistas aos interesses da classe dominante, foram criados os cursos médios de 2º ciclo, Científico e Clássico, destinados à preparação do Ensino Superior. A rede de ensino profissional foi complementada com o sistema privado de formação profissional - SENAC e SENAI¹⁰ - ligadas aos setores produtivos, uma vez que o Estado não tinha condições econômicas para formar

¹⁰ SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

mão-de-obra no ritmo que acompanhasse as necessidades crescentes da expansão econômica. Juntos, Estado e iniciativa privada, procuravam atender à demanda de mão-de-obra gerida pela concepção de produção daquela época.

Naquele período, houve as primeiras tentativas de articulação entre as modalidades científica, clássica e profissionalizante, onde os alunos oriundos do ensino profissional poderiam prestar exames de adaptação que lhes daria direito a participar da seleção de nível superior. Essa realidade só se alterou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 4.024/61, que propiciou a equivalência entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos em nível superior.

A política educacional adotada após 1964 seguiu os ditames MEC-USAID, que tinha no seu foco moldar o sistema educacional às necessidades da expansão capitalista o qual, em relação ao nível médio, teve a preocupação centrada na reformulação de seus objetivos, pois, na medida em que a universidade não absorvia a demanda de estudantes que prestava vestibular, tornava-se necessário que esse grau de ensino proporcionasse formação profissional para diminuir a pressão sobre o nível superior.

A Lei nº. 5.692/71, que estabeleceu a profissionalização compulsória em nível médio, foi uma estratégia legal encontrada pelo Estado para definir uma trajetória única para todos, visando também, através do Ensino Médio, aliviar a pressão da demanda sobre o Ensino Superior. Essa Lei representou uma tentativa de ajuste à nova etapa de desenvolvimento marcada pela intensificação da internacionalização do capital.

Com o Parecer nº. 45/72 do Conselho Federal de Educação, foi regulamentada a Lei nº. 5.692/71. Este parecer fixou os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional, ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º Grau.

Com os problemas decorrentes relativos à implantação do novo modelo, é exarado um novo ato legal pelo Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº. 76/75, ao que Kuenzer (1988, p. 18) complementa, justificando que o 2º Grau deixa de ter o papel de preparação exclusiva para ocupações definidas, em nível técnico ou auxiliar técnico, para comprometer-se com o preparo básico para iniciação em uma área de atividade.

Pretende este parecer, que a escola de 2º grau ofereça uma formação mais abrangente, possibilitando uma visão ampla do mundo e uma adaptação mais fácil às mudanças ocorridas no âmbito do trabalho, através do domínio das bases científicas de uma profissão. Passam a coexistir, portanto, dois tipos de habilitação: as plenas e parciais, voltada para a formação de técnicos e auxiliares, segundo o espírito da Lei nº. 5.692/71, expresso no Parecer 45/72 e as básicas, de caráter geral, propostas pelo Parecer nº. 76/75 (KUENZER, 1988, p. 19).

Dessa forma, surge mais uma vez a dualidade estrutural, que a Lei nº. 5.692/71 deveria ter suprimido. O avanço que se teve fica comprometido, com a coexistência de dois tipos de habilitações, as plenas e parciais, voltadas para a formação de técnicos e auxiliares, e as básicas.

As escolas que atendiam às classes média e burguesa reassumem sua função propedêutica, continuando a preparar os alunos para o ingresso na universidade. As escolas públicas estatais, que atendem às classes média, baixa e trabalhadora, não tendo condições mínimas para oferecer a habilitação profissional demandada por sua clientela, em virtude da precariedade de seus recursos financeiros, materiais e humanos, fazem o arremedo da profissionalização, não dando conta da formação geral e tampouco da formação profissional (KUENZER, 1988, p. 19).

Vários motivos levaram ao fracasso da profissionalização e, por conseguinte, da reforma do ensino de 2º Grau: o não investimento do Estado, de forma suficiente, na expansão e equipamentos da rede escolar, a falta de estrutura das escolas para a profissionalização, a rejeição da compulsoriedade de profissionalização por parte das classes dominantes, e principalmente das “escolas privadas de alto nível, cujos interesses não eram convergentes com a profissionalização, mas com a preparação para a universidade” (CIAVATTA, 2006, p. 7), além do encolhimento do mercado de trabalho foram algumas das causas que fizeram com que o governo recuasse e restabelecesse a possibilidade de escolarização secundária vincular-se somente à educação geral. A profissionalização não foi implantada, efetivamente, na maioria das escolas da rede pública, por falta de recursos financeiros, nem nas escolas da rede privada, devido ao seu alto custo. De acordo com os estudos de Kuenzer:

As escolas que antes da Lei nº. 5.692/71, ministravam cursos profissionalizantes de qualidade, continuam a fazê-lo, basicamente nas áreas de ensino técnico industrial, agropecuário, comercial e de formação de professores para as primeiras séries do 1º grau. As escolas que preparavam os filhos da burguesia e da pequena burguesia para o vestibular continuam a fazê-lo usando artifícios para esconder seu caráter propedêutico sob uma falsa proposta de profissionalização. Quanto às escolas públicas de 2º grau, de modo geral em face de suas precárias condições de funcionamento, não conseguiram desempenhar funções nem propedêuticas, nem profissionalizantes, caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade (KUENZER, 1988, p. 16-17).

Assim, em 1982, é promulgada a Lei nº. 7.044, que ao alterar alguns dispositivos da Lei nº. 5.692 extingue a “escola única” e com ela a profissionalização obrigatória, que de acordo com Kuenzer (1988) nunca chegou de fato a existir concretamente.

Essa situação caótica, que expressa a indefinição do papel da escola média em relação ao mundo do trabalho, e, em decorrência evidencia a perda de significado social do ensino de 2º grau, passa a ser legitimada, pela Lei nº. 7.044 [...]. Embora tenha apenas pretendido “corrigir um excesso... qual seja, a universalidade da profissionalização obrigatória e a predominância da formação especial em prejuízo da educação geral no 2º grau”, a nova Lei ao substituir o objetivo de qualificação profissional por uma genérica “preparação para o trabalho”, que até hoje carece de conceituação, provocou uma efetiva “contra-reforma” neste grau de ensino (KUENZER, 1988, p. 16-17).

Complementando sua idéia, Kuenzer (1988, p. 20) acrescenta que não deve ser surpresa ou causar espanto do fato da “dualidade estrutural” não ter sido resolvida na educação brasileira, apesar da tentativa da Lei nº. 5.692/71, já que ela é apenas o reflexo da bifurcação que está posta na sociedade brasileira, separando dois tipos de trabalhadores: intelectuais e manuais, exigindo para cada um, diferentes formas de educação.

Desta forma a nova proposta legal apenas vai reeditar a concepção vigente antes de 1971, referendando mais uma vez, o compromisso da escola com a classe dominante, ao descompromissá-la do mundo do trabalho e reconhecê-la como predominantemente propedêutica (KUENZER, 1988, p. 16-17).

6.4 O Ensino Profissionalizante nas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica

As Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica continuaram oferecendo um ensino profissionalizante de qualidade, mesmo depois do recuo do governo ao revogar a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º Grau com a promulgação da Lei nº. 7.044, em 1982.

Cabe salientar que, entre os anos 80 e 90, houve uma perda do poder aquisitivo da classe média alta, levando-os a procurar as Escolas Técnicas como uma opção para a educação de seus filhos, pois elas mantinham o padrão do ensino de qualidade. Nessa perspectiva, aumentou a procura por vagas nessas instituições e os processos seletivos passaram a ter uma grande concorrência.

Kuenzer (1999), também se refere a esta questão:

De fato, estas escolas não têm atendido aos filhos dos trabalhadores, que em sua maioria já são excluídos do sistema escolar antes de concluírem o ensino fundamental; e os que o concluem, em face da necessidade de inserção no mundo do trabalho, quando se dirigem ao ensino médio, o fazem em escola noturna. No entanto, *a clientela padrão das Escolas Técnicas e CEFETs, tem sido a classe média, que nelas encontra uma escola pública de qualidade* (grifo meu) e que lhe permite acesso ao ensino superior sem o custo de cursinhos privados e, ao mesmo tempo, lhe facilita inserção no mercado de trabalho, com salários competitivos (KUENZER, 1999, p. 133).

Para obter uma vaga nessas escolas, os candidatos matriculavam-se em cursos preparatórios e o resultado dessa preparação causou a elitização¹¹ das Escolas Técnicas. Para os jovens, o importante era concluir o 2º Grau, mesmo que esse fosse direcionado à formação técnica. Os alunos que começaram a freqüentar as Escolas Técnicas eram bem mais jovens do que aqueles que geralmente faziam um Curso Técnico. Esse fato é decorrente da legislação educacional, Lei nº. 5.692/71, que transformou o Ensino Fundamental em 8 anos, ficando um ano a menos que o previsto pela legislação anterior.

Com isso, as Escolas Técnicas passaram a receber um aluno na faixa etária de 14 a 15 anos, com nível socioeconômico mais elevado e que, em geral, não tinha interesse em exercer a atividade de técnico. A preocupação dos alunos era ingressar no Ensino Superior usando para isso os conhecimentos do Ensino Médio, adquiridos na Formação Profissional de técnico de nível médio, para fazer o vestibular.

Cunha (1977), em suas pesquisas nos anos 70, corroborando com a posição de Kuenzer (1999), aponta que o grande prestígio do ensino técnico industrial, em relação aos demais ramos do ensino médio e nos meios educacionais, principalmente aquele aferido pela rede das Escolas Técnicas Federais, fez com que o ensino técnico industrial desempenhasse uma função propedêutica isto é, seus egressos, técnicos concluintes do ensino médio com formação profissional, buscaram intensamente os cursos superiores.

A grande expansão das matrículas no ensino técnico industrial no Brasil deveu-se às condições de mercado para técnicos industriais, mas, certamente, deveu-se a um fator independente dele. Trata-se da orientação dos jovens das camadas médias da sociedade para a aquisição de grau escolar superior, devido à sua indispensabilidade para a ascensão nas hierarquias ocupacionais burocráticas. O ensino técnico industrial neste processo tem sido utilizado como uma rota mais segura para o ingresso em

¹¹ Como a concorrência aumentou consideravelmente, eram aprovados aqueles que tinham melhores condições financeiras de pagar cursos preparatórios, em cursinhos especializados, ou oriundos de melhores escolas.

cursos superiores. [...] O conteúdo do seu ensino tem sido julgado como sendo de qualidade superior ao do colégio secundário [...] (CUNHA, 1977, p.154).

Essa situação provocou no país, ao longo dos últimos anos inúmeros debates em torno do “alto” custo aluno das escolas técnicas federais, visto que esse estudante não se estabelecia no mercado de trabalho, e sim “usava” as Escolas Técnicas, Agrotécnicas apenas como um “trampolim” para o nível superior.

Kirschner (1993, p. 66) apontou, em pesquisas do IPEA, o alto custo desses estudantes, mas explicava que “apesar disto as Escolas Técnicas ocupam, hoje, posição de liderança no ensino de Segundo Grau no país. A qualidade do ensino que oferecem é, conforme pesquisa que tem sido feita, das melhores, e quanto ao mercado de trabalho, seus egressos não têm encontrado dificuldades”.

Em termos qualitativos, a rede de escolas técnicas federais oferece um ensino de boa qualidade. Quando se compara a qualidade desse sistema à das escolas estaduais e particulares de ensino médio a diferença é acentuada [...] deixando evidente a liderança das Escolas Técnicas Federais. A demanda por esse tipo de escola vem crescendo, o que não deixa de ser um reconhecimento público de sua qualidade e de sua relevância social. Muitas vezes conseguir uma vaga numa escola técnica tem sido mais difícil do que obtê-la na universidade. Em algumas delas, os exames de seleção exibem um índice de procura que varia de 5 a 10 candidatos por vaga, fato que tem levado a uma maior elitização dessas escolas, sendo vistas, cada vez mais, como trampolim ao ensino superior (KIRSCHNER, 1993, p. 15-16).

Fernanda Pessoa, também descreve que o grande problema das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, além do alto custo, está na restrição das vagas nos 152¹² estabelecimentos federais, distribuídos no país, que aliam a formação geral de Nível Técnico à Formação Profissional. Segundo a autora:

O maior problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio, é que a alta qualidade do ensino que oferecem está associada a um custo extremamente alto para sua instalação e manutenção, o que torna inviável uma multiplicação capaz de poder atender ao conjunto de jovens que procura formação profissional. [...] em razão da oferta restrita, ***criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam*** (Grifo nosso) (PESSOA, 2005 p. 242.).

No mesmo sentido, Castro publicou na revista Veja nº. 1520 (Editora Abril), em 05/11/1997 o artigo “*Oficinas mecânicas para formar advogados?*” onde abordou

¹²Segundo o Censo Escolar 2005-MEC/INEP, no Brasil são 146 os estabelecimentos federais que oferecem cursos de nível técnico, o que representa 4,5% das 3.230 instituições educacionais que proporcionam esta modalidade de ensino. Quanto às matrículas, o sistema federal absorve um percentual de 11,84% do montante das 707.263 matrículas. Já o site do MEC (www.mec.gov.br), em junho de 2006, informa que o número de instituições de educação profissional da esfera federal é de 144.

a questão do “alto custo” do aluno que faz, por exemplo, um curso técnico de Mecânica e o vestibular para Medicina ou Direito, cursos nada compatíveis com sua escolha do curso técnico e assim se expressa:

Infelizmente, desde minhas pesquisas no início dos anos 70, verifica-se que pelo menos dois terços dos graduados das escolas técnicas vão para o ensino superior. São escolas caríssimas, próximo de 5.000 reais por aluno, oferecendo um esplêndido ensino de 2º grau. Todos entenderam isso e competem para entrar, sobretudo porque é de graça. Ficam as indústrias sem os técnicos de que precisam para ser competitivas e ficam a ver navios os alunos mais modestos, interessados nas ocupações técnicas oferecidas. É o pior dos mundos. (CASTRO, 1997, p. 141)

O autor, em publicação de 2005, esclareceu que os processos seletivos dessas instituições são altamente concorridos, tendo muitas vezes mais de dez candidatos por vagas e, como consequência, acabam entrando somente os melhores, em geral os mesmos que poderiam pagar uma escola privada e que, mais adiante, entrarão nas universidades públicas mais competitivas (CASTRO, 2005, p. 209).

De fato, em publicação recente e disponível no site do MEC¹³, aparece esse tema referente ao alto número de candidatos que procuram os cursos técnicos dessas instituições. No caso em questão à situação ocorre no CEFET-PE. “O CEFET-PE teve, em 2003, seis mil inscritos no processo seletivo. Em 2006, foram 21 mil candidatos, cerca de 25 por vaga”, disse Gaudêncio [Diretor do CEFET-PE]. “É uma demonstração de recuperação da credibilidade dos CEFETs, viabilizada pelos investimentos por parte do governo federal.” Dessa forma, entende-se que as observações de Castro, apesar de seus vínculos ideológicos, não são descabidas da realidade.

Para Carneiro (1998, p.106), a educação profissional no Brasil possui historicamente uma estrutura inflexível e, em decorrência, tem dificuldade de atender com agilidade a crescente demanda por níveis mais elevados de qualificação. Além disso, o atual modelo de oferta de vagas na educação profissional contribui para aprofundar as desigualdades sociais à medida que se mostra impermeável à diversidade socioeconômica e cultural do país.

¹³Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=4359&FlagNoticias=1&Itemid>>
Acessado em: 20 jul.2006, 16h.

A demanda pelas Escolas Técnicas vem crescendo e isso, de certa maneira, representa um reconhecimento da qualidade do ensino que nelas é ministrado. Observa-se que, em alguns casos, conseguir uma vaga para estudar em uma Escola Técnica tem sido mais difícil do que consegui-la no processo seletivo das universidades.

No CEFET-RS, no período compreendido entre 1998 e 2006, é possível constatar-se que a média da relação candidato/vaga, nos processos seletivos da instituição foi de 5,9 para o ensino médio (tab. 10, p. 288) e 4,6 para os cursos técnicos (tab. 9, pág. 287) o que vem a legitimar também as afirmações e estudos feitos por vários autores aqui já enunciados.

Se por um lado, o aumento da procura pelas Escolas Técnicas pode ser considerado positivo, por outro, é preocupante quando os estudantes que a procuram o fazem apenas por interesse no Ensino Médio, pois sugere um desvirtuamento da função para a qual essas instituições foram criadas.

Em outra publicação Castro aborda a elitização das ETFs e CEFETs.

As escolas técnicas foram sendo claramente, cooptadas pelas elites; essa seria a origem dos problemas com o ensino técnico federal [...]. Todas as pesquisas mostram o mesmo quadro. Quando examinávamos o status socioeconômico dos alunos das escolas técnicas, encontrávamos uma bimodalidade na sua clientela. Havia um grupinho de jovens de classe mais modesta, ao mesmo tempo em que a elite, cada vez mais, ocupava suas vagas, criando a necessidade do “vestibulinho”, para selecionar os candidatos às escassas vagas. Era mais do que clara a descaracterização do papel das escolas técnicas [...] (CASTRO, 2003, p. 141).

Kuenzer (2001, p. 59) em um estudo a respeito do Ensino Médio expõe que avaliações dessa modalidade de ensino, destacam um aumento significativo da demanda, resultante também da melhoria dos índices de ingresso e permanência do 1º Grau e o “alto custo das Escolas Técnicas e Agrotécnicas em função de seus resultados concretos: constituir-se em uma oferta seletiva com finalidades propedêuticas”. Cláudio de Moura Castro ao referir-se à manifestação, do alto custo das Escolas Técnicas e Agrotécnicas, induz a que Kuenzer se manifeste, como sendo em parte “correta e em parte falaciosa”.

O problema número um destas escolas é a clássica identificação dos perfis dos alunos. Como resultado do grande e sério esforço para melhorar seu nível e status, acabaram como excelentes escolas, inclusive na área acadêmica. Em alguns estados menos industrializados, passaram mesmo a ser escolas cooptadas pelas elites locais. O resultado não poderia ser diferente. Passaram a ser caminhos privilegiados para o vestibular. Ora, faz pouco sentido ensinar Máquinas e Motores a custos elevadíssimos a quem nada mais quer do que passar no vestibular de Direito. Mesmo para os que vão buscar para a Engenharia, não parece ser um bom uso dos dinheiros

públicos que ocupem uma vaga que poderia ser mais bem aproveitada por alguém que vai diretamente para uma ocupação técnica. (CASTRO, 1995, p. 8. *apud* KUENZER, 2001, p. 59).

Nassim Gabriel Mehedff, quando investido do cargo de Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional, do Ministério do Trabalho, em entrevista ao Jornal do Brasil, edição de 18 de abril de 1999, assim se refere às Escolas Técnicas e ao Ensino Profissionalizante: “As Escolas Técnicas acabaram virando centros de excelência para preparar bons candidatos aos vestibulares. Na prática, porém, deu-se a exclusão, [...] *elas são escolas disputadas pela elite* (grifo nosso)”.

Também o Ministro da Educação, da época, Paulo Renato Souza, em entrevista ao jornalista Maurício Corrêa da Gazeta Mercantil, em data de 26 de novembro de 1996, avaliando o ensino técnico profissionalizante, assim se refere:

[...] São 70 escolas técnicas federais, com 100 mil alunos. É um número irrisório. E custam US\$ 500 milhões por ano. É um custo elevado, representando U\$ 5 mil por aluno. O Pior é que não estamos formando técnicos e, sim, preparando alunos nas escolas técnicas que vão para as faculdades, porque a escola técnica dá um ensino de qualidade e é grátis. (CORRÊA, 1996)

Em outro documento interno, distribuído aos Gestores das Instituições de educação profissional da esfera federal, denominado “A Reforma do Ensino Técnico”, assim se expressa o Senhor Ministro:

[...] Por tratar-se de ensino gratuito de nível secundário, o processo seletivo é extremamente competitivo, conseguindo ingresso em geral os alunos que cursaram as melhores escolas de ensino fundamental – muitas delas privadas. Assim, os alunos, em sua maioria, pertencem ao segmento da classe média, que busca na escola técnica não a preparação para o mercado de trabalho, mas uma boa preparação para o vestibular. De fato, mais da metade dos alunos que concluem o curso nas escolas técnicas federais ingressa nas universidades, boa parte deles na área de humanas. [...] quando a maioria dos alunos das escolas técnicas opta por este caminho, ocupa lugares de outros que seguramente necessitam da escola técnica para obter uma profissão. E o governo arcou com o custo – bastante elevado – de proporcionar o ensino técnico a quem apenas queria prepara-se para o vestibular. Aqui começa a haver privilégio, desperdício de recursos públicos e discriminação social.

Recentemente o atual Secretário da Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC - do Ministério da Educação - MEC - Dr. Eliezer Pacheco, em entrevista ao Repórter Sandro Santos também comenta a questão da elitização das Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica¹⁴.

¹⁴Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=4467&FlagNoticias=1&Itemid=>> Acessado em: 20 jul. 2006, 15h.

O secretário explica que a "elitização" sofrida pelos centros federais de educação tecnológica (Cefets) desviou o seu foco de atendimento. "Por ser um ensino de excelente qualidade, o estudante da classe média começou a utilizá-lo para se preparar para o vestibular", acredita. Para Pacheco, o objetivo dos Cefets é formar mão-de-obra qualificada, de nível médio ou tecnológico. Assim, o aluno de origem humilde fica em desvantagem ao disputar uma vaga com alunos com melhor escolaridade. "Trabalhamos com o ensino médio integrado, com formação conjunta com o ensino profissional", conta. A legislação permite que o Cefet escolha este caminho, permitindo o retorno de sua finalidade: formar jovens das camadas populares. (SANTOS, 2006)

Como podemos constatar, essas críticas têm se repetido ano após ano, tanto por quem está no poder, quanto pelos políticos, pela academia e por pensadores brasileiros. Neste sentido entendemos a posição de Ramos (2006, p. 287), posição essa que já nos havíamos reportado anteriormente, quando escreve que durante a redemocratização do país, e ousamos nós, pontuar os anos 80, 90 e 2000, a temática referente aos objetivos e finalidades das Escolas Técnicas e CEFETs sempre volta à pauta, tanto para os segmentos conservadores e como para os progressistas da sociedade brasileira. Segundo a autora, para os progressistas, "questionava-se a concentração de recursos públicos em instituições que serviam predominantemente ao capital, com atendimento restrito e seletivo da população". Para os conservadores, a crítica "centrava-se em seu alto custo e no distanciamento do mercado de trabalho, demonstrado pelo elevado número de alunos que se dirigem ao Ensino Superior".

A grande questão é que o ensino ministrado pelas Escolas Técnicas Federais, por ser de altíssima qualidade tem, de certa forma, servido para exarar-se um juízo mais crítico, já que, como podemos averiguar com a crescente demanda os processos seletivos destas escolas ficaram altamente competitivos, de tal forma que o perfil dos ingressantes se desloca naturalmente do âmbito das "classes desfavorecidas" para os estratos médios da população, além do que o segmento que as procura, muitas vezes não está imbuído de fazer um curso técnico, e sim apenas um Ensino Médio de qualidade.

Também, quanto à questão do "custo/aluno", usado sempre e, lamentavelmente, de forma inadequada na área da educação, como se educação fosse "custo" para o Estado e não investimento, procuramos examinar os Relatórios Oficiais de Gestão¹⁵ do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, nos

¹⁵ Disponível em: <www.cefetrs.tche.br> Acesso em: 28 ago. 2007, 15h.

anos de 2003 a 2006. Constatamos que no ano 2005 o custo/aluno, ficou em R\$ 5.784,78 (Cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos); no ano de 2006, esse valor passou para R\$ 6.725,10 (Seis mil e setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos). O cálculo realizado pela Instituição, sob a orientação dos órgãos superiores, é feito pela razão do seu total de gastos, (exceto despesas de capital, precatórios, folha de pessoal com inativos e pensionistas), pelo número de alunos matriculados.

Em outro estudo feito na instituição CEFET-RS, no ano de 2003¹⁶, tendo em vista o orçamento total, esse custo/aluno chega a R\$ 8.627,35 (Oito mil seiscentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos) ou U\$ 2.974,95 (Dois mil novecentos e setenta e quatro dólares e noventa e cinco centavos), o que representa um gasto/mês/aluno de R\$ 718,94 (setecentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos).

Kirschner (1993) ao examinar o custo aluno das Escolas Técnicas Federais e o comparando com o sistema “S” e as Escolas Técnicas Estaduais, alerta para a necessidade de uma análise mais crítica a respeito, assim então o descrevendo.

Enquanto nas Escolas Técnicas Federais o custo anual do aluno é da ordem de US\$ 1.700, nas estaduais a média é de US\$ 250; nas do SENAI atinge US\$ 1.800 por ano. Como instituições federais autárquicas, as escolas técnicas têm se beneficiado de inúmeras vantagens: plano de carreira estável; isonomia com as universidades federais; oportunidades de aperfeiçoamento profissional [...] (KIRSCHNER 1993, p. 13).

Refletindo sobre a análise de Kirschner, cabe-nos acrescentar que, ao compararmos os investimentos/ano/aluno das Escolas Federais, com as do sistema “S”, percebe-se que apesar de toda a propalada qualidade do sistema federal, seu investimento aluno ainda é um pouco menor que o do sistema “S”, porém em relação às escolas do sistema estadual, percebe-se o quanto falta para estas chegarem ao padrão de qualidade das suas congêneres federais, deduzindo-se que as mesmas não devem receber o mínimo de recursos necessários para sua manutenção e investimentos a que teriam direito para cumprir razoavelmente seu papel político-social (PEIL, 1995, p. 22).

Estas considerações apontam que houve, por diversos segmentos da sociedade, críticas similares ao sistema vigente. Muitas contribuíram para a instauração da tese da estadualização, ou da privatização da rede de escolas

¹⁶ A cotação do dólar em 31.12.2003, ocasião do estudo era de R\$ 2,90 (venda).

técnicas federais, outras serviram de argumentos para as mudanças que culminaram nas políticas públicas para a educação profissional nos anos 90. Várias dessas críticas, acima transcritas, partiram de “profissionais [Paulo Renato Souza, Cláudio de Moura Castro] com vínculos orgânicos com as instituições internacionais, mormente o Banco Mundial, de onde emanavam as diretrizes básicas das reformas” (FRIGOTTO, 2006, p. 45). A este respeito acrescenta ainda o autor que:

O grau de articulação entre os grupos da classe burguesa, bem como o de associação de interesses com os centros hegemônicos do capital mundial, sobretudo financeiro, reduziu profundamente as possibilidades de uma estratégia de mudança em direção diferente da que fora traçada (FRIGOTTO, 2006, p. 45).

A par disso, na década de 90, o contexto socioeconômico e político mundial, as relações que se constituem entre o mundo da produção, da tecnologia e da educação, tendo como cenário as profundas transformações no modo de produção capitalista, trouxeram fortes impactos sobre a sociedade e sobre o mundo do trabalho, provocando discussões acerca do papel da educação profissional na formação de trabalhadores para as novas demandas do mundo globalizado. Depositou-se na educação profissional o compromisso com a formação de um trabalhador com capacidades intelectuais que lhe permitissem adaptar-se à produção flexível, com capacidade de relacionar-se, sendo capaz de agir com autonomia e criatividade em situações imprevisíveis. Desta forma, uma ampla reforma principia a ser empreendida no país. As Escola Técnicas, Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica, estarão mais uma vez no centro das discussões.

7. A LDB Nº. 9.394/96 E O DECRETO Nº. 2.208/97

Os homens não tendem a mudança, não são fascinados pelo futuro, pelo desconhecido. Eles não apreciam mudar. O que eles apreciam é continuar, permanecer no ser - eles querem levar o passado ao futuro, apagar a sua diferença e assimetria, para evitar o atrito, o barulho, a tensão, o desconforto da mudança. Os homens preferem viver em um mundo reconhecível, sem planos, reflexões e decisões, inovações e fraturas. Eles preferem morar, demorar em sua vida rotineira, pacífica, eterna (REIS, 1998, p. 47)

Em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada uma nova LDB de nº. 9.394, que já tramitava na Câmara dos Deputados desde o ano de 1988, e com ela, surge mais uma grande reforma na educação profissional brasileira, regulamentada, no que diz respeito à educação profissional, pelo Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997.

Dando ênfase a nova concepção de educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 veio conferir uma nova identidade para o ensino médio, que vem historicamente buscando sua identidade ora como função de preparatório para a universidade, ora com finalidade de atender ao mercado de trabalho. Em sua nova concepção, esse ensino passa a ser entendido como etapa final de uma educação básica de caráter geral, com características de terminalidade, duração de no mínimo três anos, 800 horas ano, totalizando 2400 horas. Segundo a análise de Pereira e Teixeira, em relação ao Ensino Médio:

No atual texto de lei o ensino médio objetiva preservar o caráter unitário, partindo da proposta de educação geral. Este nível de ensino desempenha a função de contribuir para que os jovens consolidem e aprofundem conhecimentos anteriormente adquiridos, visando uma maior compreensão do significado da ciência, das artes, das letras e de outras manifestações culturais. Outro papel que também lhe cabe é possibilitar que estes jovens possam ter acesso à educação profissionalizante, aprofundando sua compreensão sobre os fundamentos científicos e tecnológicos, conhecendo o movimento do mundo do trabalho e as características dos processos produtivos (PEREIRA & TEIXEIRA, 2005, p. 88).

Atendidas as exigências de educação básica, o Ensino Médio poderá ser complementado pela Educação Profissional, de modo concomitante ou seqüencial. Essa complementação seria feita, então, pelo Sistema de Educação Profissional, constituído pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, pelas Escolas do Sistema “S”¹⁷, Centros Públicos de Educação Profissional, Escolas Técnicas dos sistemas estaduais, municipais, confessionais e outras instituições privadas.

O Capítulo III, Artigos 39 a 42 da LDB, destinado somente para a Educação Profissional foi regulamentado, posteriormente, em abril de 1997, pelo Decreto 2.208. Na ótica de Pereira & Teixeira (2005, p. 105), a “educação profissional defendida pelas forças progressistas não substitui a educação geral, muito menos a básica”, necessitando constituir-se em “um complemento e em uma alternativa de aprofundamento podendo dar-se após ou concomitante a educação básica”. Merece destaque para as autoras a denominação do capítulo de “Educação Profissional”:

¹⁷ SENAI, SENAC, SENAR, SENAT.

Vale salientar que a mudança da denominação do capítulo “Da Educação Profissional”, no lugar de “Educação técnico-profissional” significa um avanço conceitual, face aquele que vinha sendo conduzido ao longo do processo de elaboração da lei. Embora eivada de polêmicas ainda não superadas, foi possível construir certo aporte teórico-metodológico, trazido no bojo de processos de debates democráticos, especialmente liderados pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública e parlamentares que a apoiavam. A denominação atual, ultrapassando os limites de seu capítulo específico, pode significar um avanço, por estar assumindo a profissionalização concretizada por meio de um processo formativo integral, pressupondo a educação básica. Permanece, entretanto, o desafio de se formular a alternativa adequada de organizar a educação profissional para os jovens e adultos trabalhadores na mesma perspectiva (PEREIRA & TEIXEIRA, 2005, p. 105).

O Decreto nº. 2.208/97 que veio regulamentar os artigos constantes da LDB nº. 9.394/96, referentes à Educação Profissional, nada mais é do que uma reedição do PL 1.603, retirado do Congresso Nacional pelo governo, logo após a aprovação da Lei nº. 9.394. Este projeto de Lei de nº. 1.603/96, basicamente trazia no seu bojo, entre outras questões, o término da integração entre a educação geral e a educação profissional, induzia à uma educação profissional voltada para o mercado e para o setor produtivo, desresponsabilizava o Estado de seu financiamento e custeio, aspectos esses que vieram posteriormente a serem contemplados com a promulgação do Decreto nº. 2.208/97. De acordo com Plano Nacional de Educação – A proposta da Sociedade Brasileira:

Coerente com a política de submissão e de atendimento às exigências de acordos internacionais, o Decreto nº. 2.208/97 – que substituiu o Projeto de Lei nº. 1.603/96, encaminhado à Câmara Federal, estrategicamente retirado diante da reação da comunidade – concebe o ensino profissional básico (não formal), técnico e tecnológico apenas para atender às demandas da produção, e não para formar profissionais críticos e competentes que participem ativa e criativamente do mundo do trabalho (PNE, 1997, p. 94).

O Decreto nº. 2.208/97, Art. 3º, revogado posteriormente pelo Decreto nº. 5.154/04, regulamentava que a educação profissional compreendia três níveis:

Art 3 º A educação profissional compreende os seguintes níveis:
 I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
 II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
 III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (DECRETO, nº. 2.208/97)

Com a implantação do Decreto nº. 2.208/97, as disciplinas de educação profissional adquiriram autonomia curricular, já que eram oferecidas descoladas das

disciplinas de educação geral, embora não houvesse divórcio entre elas. O Ensino Médio adquiriu identidade própria, além da ampliação da sua carga horária, oferecendo ainda as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Biologia e outra língua estrangeira, além do Inglês.

Com os novos parâmetros curriculares nacionais, também as áreas profissionais e as habilitações técnicas, de forma geral, têm ampliação na sua carga horária anual. Anterior à implantação da reforma, verificamos que a carga horária de todos os cursos técnicos integrados, indistintamente, era de 3.024 horas/aula, sendo 50% (1.512 horas/aulas) destinados à cultura geral (Ensino Médio) e os outros 50% para os conhecimentos específicos da habilitação técnica. Com a nova legislação, ao Ensino Médio fica estabelecida uma carga horária de 800 horas anuais, em três anos, totalizando 2.400 horas e 200 dias letivos anuais, no mínimo.

Em 1997, para financiar a reforma, o Ministério da Educação - MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTb, cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP - que busca desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, da ciência e da tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcione a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.

Seu marco inicial ocorreu em 24 de novembro de 1997, quando foi assinado pelo Governo Brasileiro o Acordo de Empréstimo e o Contrato nº. 1052 – OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de 250 milhões de dólares, dos quais 50% são originários do Orçamento do MEC e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, perfazendo um total de 500 milhões de dólares. De acordo com os estudos de Frigotto e Ciavatta:

O Banco Interamericano de Investimentos (BID) e o Banco Mundial (BIRD) também atuaram, com a participação ativa e consentida do governo federal, nos anos 1990, na reforma do ensino médio e técnico por meio de vários instrumentos legais – sendo os mais decisivos o Decreto 2.208/97, a Portaria MEC nº. 646/97 e a Portaria Mec nº. 1005, que criou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), que viabilizaria, com recursos financeiros, a aceitação da reforma. Com estes instrumentos principais, seriam induzidas a redução progressiva de vagas no ensino médio de nível técnico – até sua extinção no prazo de cinco anos – a criação dos cursos básicos de educação profissional, não sujeitos a regulamentação, e a expansão dos cursos de tecnólogos e licenciaturas de nível superior nas escolas técnicas, transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2004, p. 13).

Constata-se mais uma vez a presença do Banco Mundial nos assuntos relativos a educação profissional brasileira, explicitada em inúmeros documentos oficiais, de cunho político ideológico, levando-nos a constatar o grau de subordinação das nossas autoridades aos interesses externos do capital global. De acordo com os estudos de Ramon de Oliveira (2006, p.83) a preocupação do Banco Mundial com o ensino profissionalizante brasileiro, expresso em sua cartilha, justifica-se pela necessidade das economias em desenvolvimento disporem de uma mão-de-obra flexível, apta a moldar-se às mudanças decorrentes no mundo do trabalho. Segundo ainda com os escritos do autor, para o Banco Mundial, “o investimento na qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2006, p. 83).

A preocupação do Banco Mundial com o ensino profissionalizante remonta, há mais de duas décadas, e, em muitos momentos, dentre seus projetos educacionais, essa modalidade gozou de uma maior participação na soma total de recursos destinados. Entre os anos de 1963 e 1976, os investimentos na área de educação profissionalizante chegaram a ocupar o percentual de 62% dos , projetos ligados ao setor da educação, crescendo de 6,6 milhões de dólares, em 1963, para 150 milhões em 1976 (MIDDLETON, 1993, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 82-83).

O PROEP visou à implantação da Reforma da Educação Profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela nova legislação, abrangendo aspectos técnico-pedagógicos tais como a flexibilização curricular e a adequação à demanda, formação e avaliação por competências, aspectos de gestão que contemplassem a autonomia, a flexibilidade, a captação de recursos próprios e a questão das parcerias, bem como a expansão da Rede de Educação Profissional mediante iniciativas do Segmento Comunitário.

Também fizeram parte do Programa o financiamento dos projetos escolares para a ampliação e a reforma de escolas profissionalizantes já existentes, federais, estaduais ou do segmento comunitário e a criação de novos centros, em cada uma das categorias acima mencionadas, exceto a federal. O financiamento compreendia ainda a aquisição de laboratórios de aprendizagem, equipamentos, material de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações. Este programa acabou financiando também dezenas de novas instituições de Educação Profissional, tanto públicas, nas três esferas de governo, como também privadas, denominadas pelo programa como comunitárias. No dizer de Frigotto e Ciavatta:

Na sua essência, onde foi mais completamente aplicado desfez o vínculo do ensino médio com o nível técnico, prevendo nas escolas federais, a redução progressiva, até a extinção, de vagas no nível médio. As consequências de todo esse processo ainda estão para ser devidamente conhecidas. O que se sabe hoje é que a “desarrumação” geral do sistema, além de perdas ou vantagens localizadas, gerou posições de resistência ao desmonte e de reflexão sobre as novas possibilidades (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2004, p. 13).

Ao concordarmos com os autores, acrescentamos que, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996 e os decretos e pareceres que a regulamentaram, as instituições passaram a aplicar o novo modelo de ensino que foi arduamente combatido e rechaçado pela maioria dos seus professores. Por entenderem que o modelo em desenvolvimento já havia se perpetuado e se instalado com qualidade e, que, o ora proposto, não tinha sido, suficientemente, debatido com os atores do processo, houve um movimento de “não-aceitação” das diretrizes legais que o orientavam.

A rede federal foi compelida, através de instrumentos legais, a implantar este novo modelo, sem a necessária convicção. Mesmo assim, o fez com competência e comprometimento.

7.1 O Descolamento do Ensino Médio da Educação Profissional

Uma das grandes discussões e que mais polêmica causou à época foi de fato a separação formal do Ensino Médio da Educação Profissional, estabelecido pelo Art. 5º do Decreto “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”. As disciplinas de Educação Profissional ganharam autonomias curriculares, sendo oferecidas “descoladas” das disciplinas de formação geral. Termina neste momento o “sistema integrado”, e, com base nessa questão, volta mais uma vez a grande discussão da dualidade do ensino.

Entretanto, temos clareza de que este preceito do “descolamento” foi exarado pelo Banco Mundial, sem levar em consideração os aspectos didático-pedagógicos e as características sociais dos estudantes ingressantes nesta modalidade de ensino, sem avaliar também os aspectos e as características regionais do universo social onde estão localizadas estas instituições. Oliveira (2006, p. 85) apresenta em seus estudos esta determinação do Banco Mundial:

Segundo o Banco Mundial, embora tenha ampla importância a educação primária e secundária, bem com a educação profissionalizante, estas não devem estar articuladas. Ou seja, os resultados da educação profissionalizante podem ser muito melhores se esta não estiver sendo ministrada nos espaços da educação formal. Para ele a educação profissionalizante necessita de um modelo flexível e, se ministrada em instituições que detenham certa autonomia, poderá direcionar suas atividades considerando o movimento econômico. (WORLD BANK, 1991, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 85).

Observa-se que a razão maior está focada no “movimento econômico”, e também na “diminuição dos custos da educação” e não na formação como um todo.

A recomendação de que o ensino profissionalizante deixe de ser ministrado durante o ensino secundário objetiva diminuir os custos na educação. De acordo com o Banco Mundial, os projetos de educação profissionalizante mostraram-se economicamente deficientes em comparação ao ensino geral. Além deste aspecto, colocou-se contrariamente à manutenção das escolas profissionalizantes de ensino secundário, por entender que o ensino de cunho mais específico deva ficar a cargo do ensino superior. Contudo, admitiu a possibilidade de esta formação específica realizar-se em cursos pós-secundários (MIDDLETON, 1993, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 85).

Complementando sua análise em cima das diretrizes emanadas pelo Banco Mundial, Oliveira (2006, p. 85), acrescenta que as escolas profissionalizantes deveriam estar fora do “raio de ação dos ministérios da educação, não obstante admita que escolas técnicas especializadas possam ficar sob a responsabilidade destes ministérios, caso sejam modificados seus entraves burocráticos, criando, assim, uma maior flexibilidade no sistema”. Complementado o autor escreve que:

Nesta circunstância, é recomendável que a educação profissional seja ministrada após o término do ensino secundário. Isso permitirá que os estudantes possam realmente escolher uma profissão no momento em que estejam próximos de entrar no mercado de trabalho, visto estarem mais maduros para fazê-lo e serem mais capazes de avaliar essa escolha em função do movimento do mercado (BANCO MUNDIAL, 1991, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 85).

Esta diretiva do Banco Mundial, faz-nos pensar a respeito dos ensinamentos de Gramsci, quando se refere a questão da profissionalização precoce, que abordaremos posteriormente com os estudos de Nosella. Segundo Gramsci (1982, p. 121-124 *passim*), quando aborda a questão da escola unitária ou de formação humanista, afirma que deveria ela, a escola, se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade (grifo nosso), à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A escola unitária deveria corresponder a um período representado, na época, pelas escolas primárias e médias. O grau elementar de três a quatro anos, e o resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que

aos quinze ou dezesseis anos, dever-se-ia concluir todos os graus da escola unitária. A última fase da escola unitária deveria ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se criariam os valores fundamentais do humanismo, a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma *posterior* (grifo nosso) especialização, seja de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático produtivo (indústria, burocracia etc.). Não estaria Gramsci, de certa feita referendando, a posição do Banco Mundial?

De acordo com os ensinamentos de Ciavatta (2005, p. 84), o conceito de formação integrada, tem sua origem na educação socialista, que almejava ser omnilateral “no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”.

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado, dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Concordamos com a autora quanto ao seu entendimento de formação integrada, entendendo como o ideal para a educação brasileira, e neste sentido devemos caminhar, procurando esta formação no seu mais amplo sentido de “completude, de compreensão das partes o seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (CIAVATTA, 2005, p. 84). De acordo ainda com a autora:

[...] O projeto de formação integrada [...] que vem dos anos 80, visa a democratização dos conhecimentos científicos-tecnológicos e histórico-sociais também para os trabalhadores manuais (ditos manuais, porque toda a prática é informada por conhecimentos teóricos em seu sentido amplo). É uma reivindicação de qualidade da educação para todos os brasileiros e não apenas para as elites. O olhar da sociedade atual é de uma sociedade tecnológica que prevê a formação para o trabalho complexo. Não podemos confinar nossos jovens trabalhadores a educação profissional apenas para o trabalho simples (CIAVATTA, 2006, p. 5).

Mas ainda estamos longe dessa realidade, apesar de a procurarmos constantemente na nossa prática diária docente. Infelizmente, na proposta curricular de nossas escolas, muitas vezes a formação integrada ainda continua sendo

desenvolvida através de uma junção de disciplinas que não se interligam, nem dialogam entre si. O ideal de uma real interdisciplinaridade está longe ainda de acontecer.

Segundo Carneiro (1998), na vigência da Lei nº. 5.692/71, de 1971 até o ano de 1996, o currículo dos cursos técnicos de nível médio era construído com base em uma justaposição de disciplinas, e não integrado, como previa a Lei.

Nessa situação Carneiro afirmou que

Inadequadamente, falava-se em currículo integrado. De fato, as disciplinas eram oferecidas na mesma escola, ao mesmo tempo e no mesmo curso. Ou seja, havia uma concomitância na exterioridade do programa, uma materialidade na organização do curso, porém, daí para a integração, há uma grande distância (CARNEIRO, 1998, p. 107).

No CEFET-RS, o “currículo integrado”, embora concomitante, ou seja, cultura geral e conhecimentos específicos, desenvolvidos paralelamente, nunca foi, realmente, integrado. Tanto é que determinadas disciplinas, instrumentais para alguns cursos, não acrescentavam nada para outros. As disciplinas de cultura geral, com raras exceções, eram comuns a todos os cursos. Como se justifica, uma disciplina de Física ou Desenho Técnico, por exemplo, ter o mesmo conteúdo para as Habilitações de Química ou Mecânica, ou para as Habilitações de Telecomunicações e Edificações? Embora houvesse um ou outro conteúdo, específico para uma ou outra habilitação, isso jamais se caracterizou como integrado, ou mesmo interdisciplinar.

Em rápida análise pode-se dizer que o “sistema integrado” então existente não atingiu seu real objetivo, uma vez que houve apenas sobreposição de disciplinas, e não interdisciplinaridade, única forma de efetivar a proposta de integração. Conforme Carneiro

Os professores de Química, Física e Matemática, jamais integraram suas disciplinas com Português, História e Biologia. Dentro de uma mesma área, essa integração jamais existiu. A integração de conteúdos tanto não existia que a interdisciplinaridade na escola brasileira nunca ultrapassou da retórica acadêmica. Currículo integrado supõe a busca de uma finalidade nos processos e nos resultados do saber em construção, o que exige conteúdos atuando transversalmente, metodologias congruentes, processos de avaliação convergente e, sobretudo, a substituição da pedagogia do currículo (curso) pela pedagogia dos objetivos (CARNEIRO, 1998, p. 107).

Por outro lado Ciavatta (2005, p. 98-102) apresenta sete pressupostos para uma **formação integrada e humanizadora**, dignos de apreciação, e que com toda a certeza devem ser perseguidos por nossas escolas e por nossa sociedade. No dizer

da autora “deslindar a realidade do possível na formação integrada supõe o desafio da experimentação, da avaliação e da pesquisa de acompanhamento dos sucessos e dos limites de cada experiência”.

a - [...] **Existência de um projeto de sociedade**, onde se refere os problemas da realidade brasileira, visando a superação do dualismo de classes, e as diversas instâncias responsáveis pela educação [...] manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o trabalho[...].

b - **Manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional em todas as suas modalidades**. Isso supõe um permanente esforço para superar o dualismo na forma de impedimentos legais explícitos ou de mecanismos disfarçados na ausência de meios materiais para cumprir as duplas jornadas de escola e trabalho como requer a dupla matrícula. Outros mecanismos pelos quais o dualismo opera são a má qualidade da educação no sistema público de ensino e a ilusão das políticas de acesso sem meios para a permanência no sistema educacional; a omissão diante da necessidade de políticas públicas [...] que levem um aumento da escolaridade.

c – **Adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e formação específica**. [...] É preciso que se discuta e se procure elaborar, coletivamente, as estratégias acadêmico-científico de integração. Tanto os processos de ensino-aprendizagem como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento através de disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar [...].

d – **Articulação da instituição com os alunos e os familiares**. [...] A escola deve levar em conta a visão: 1) que os alunos têm de si mesmos, 2) das possibilidades de inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece e 3) das modalidades formativas oferecidas pela escola. O que exige um processo de diálogo e de conscientização dos alunos e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização [...].

e – **O Exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa**. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante. Implica buscar professores abertos à inovação, disciplinas e temas mais adequados à integração. Uma idéia em curso que parece deflagrar processos criativos nesse sentido é a articulação entre arte e ciência. Há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecimento e do normatizado, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental do ser humano [...].

f – **Resgate da escola como um lugar de memória**. Sucessivas reformas concebidas e induzidas pelas autoridades educacionais, e carências materiais diversas no exercício da profissão, traduzem-se em uma dificuldade intrínseca, às escolas e a seus professores, de pensarem de modo orgânico e criativo projetos autônomos de educação. É um elemento pedagógico importante de coesão e de argumentação de esforços. O desenvolvimento consensual de um projeto de resgate da escola como um lugar da memória, das lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos. Documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, com reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres.

g – **Garantia de investimentos na educação.** Não se faz boa educação, e nenhum país oferece aos seus cidadãos bons serviços sociais, sem uma opção clara pela garantia dos investimentos que permitam a oferta pública e gratuita dos mesmos. Nosso país se ressentia do cumprimento das leis, a exemplo dos investimentos mínimos para a educação, pela União, pelos estados e municípios, previstos na Constituição Federal. Ressentia-se da distribuição de recursos para o ensino médio público e gratuito, para a educação de jovens e adultos, incluindo a educação profissional (CIAVATTA, 2005, p. 98-102).

Entretanto também é relevante que se acrescente que o CEFET-RS, cenário empírico da pesquisa, por uma opção administrativa e política, e usando da prerrogativa de sua autonomia didática e administrativa, não reduziu sua oferta de vagas para o Ensino Médio, conforme determinação legal, e já abordado anteriormente por Frigotto e Ciavatta. De acordo com os autores:

Fizeram uma justificativa ao MEC de que em Pelotas não faríamos essa diminuição porque Pelotas carecia de ensino médio [...] adotamos uma posição política, interna, administrativa. Nós não reduzimos o número de vagas de ensino médio para a sociedade. Nós mantivemos a oferta embora a recomendação do MEC era de que tivéssemos de reduzir (KRÜGER, 2003 *apud* FRIGOTTO & CIAVATTA, 2006, p. 361).

No Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, antes mesmo da reforma de 1997, já havia uma discussão interna, a respeito da mudança do perfil do estudante que freqüentava a instituição. Por ser demasiadamente jovem, ao ingressar com 14 anos e concluir com, normalmente 17 anos, este jovem não tinha como se inserir no mundo do trabalho. Por outro lado, muitos jovens nesta faixa etária, não trabalhadores começaram a freqüentar o CEFET-RS nos seus cursos noturnos, o que além de retirar a vaga do estudante trabalhador, adulto, ainda, pela sua baixa faixa etária, atrapalhavam os mais adultos que ali estavam e queriam estudar. Nesse sentido, a instituição já oferecera, muito antes de os órgãos oficiais o determinarem por normativas legais, um programa de Ensino Médio para Adultos, cuja idade mínima de acesso era de 25 anos, através de sorteio das vagas, e sem cobrança de qualquer taxa administrativa, como uma forma de evitar a elitização. Foram oferecidos 4 programas de Ensino Médio para Adultos no período de 1999 a 2004. O Primeiro deles para os empregados indicados pelos órgãos representativos das indústrias de Pelotas; o segundo programa para os servidores do CEFET que não possuíam o Ensino Médio, o terceiro para os funcionários de uma empresa na grande Porto Alegre, esse desenvolvido na Unidade de Sapucaia do Sul e o quarto aberto para a sociedade em geral. Esse programa de Ensino Médio para adultos, desenvolvido em 2003, ofereceu 75 vagas para a sociedade, e em uma semana de

inscrições, recorreram a ele 1.139 candidatos, apresentando uma relação de 15,19 candidatos/vagas ficando a concentração maior de candidatos na faixa etária de 36 - 40 anos. Frigotto e Ciavatta (2006) descrevem este procedimento.

Tentaram contornar o autoritarismo da Reforma com outras medidas. Houve mudança do perfil dos alunos. Antes da reforma o aluno ingressava com 14 anos, “se formava com 17 anos e não conseguia entrar no mercado de trabalho, pois era muito jovem [...] hoje a grande maioria está na faixa de 19 a 25 anos”. O CEFET [Pelotas] criou o “Ensino Médio para Adultos” e abriu concurso para maiores de 25 anos, em que predominaram aqueles de 31 e 45 anos. Organizaram turmas no noturno, constituídas por sorteio, apesar dos protestos dos professores, que viam no sorteio a queda da qualidade. Muitos eram pessoas extremamente humildes. Mudaram a metodologia, passaram a trabalhar com os conhecimentos tácitos, usando a “experiência de vida deles para transformar em um conhecimento científico”¹⁸. Hoje surge outra dificuldade, o noturno começa a ser freqüentado por jovens de 12 e 13 anos que trabalham e estudam à noite e começam a atrapalhar os adultos (KRÜGER, 2003, *apud* FRIGOTTO & CIAVATTA, 2006, p.361).

Quanto à questão da baixa faixa etária de ingresso no CEFET-RS manifesta na citação acima, questionava-se também como um estudante nesta faixa etária, poderia fazer uma escolha profissional consciente?

São interessantes os estudos de Paolo Nosella, 2004, a respeito de Gramsci, e que trata da opção profissional de jovens com baixa faixa-etária. Segundo os estudos do autor:

Em outras cartas Gramsci falará explicitamente sobre a formação profissional, estabelecendo o momento etário. Gramsci rejeita qualquer profissionalização antes dos 16-18 anos de idade (NOSELLA, 2004, p. 118).

Em outro momento da mesma publicação transcrevemos:

Aos poucos, a idéia da Escola Unitária ou única emerge. Em sua proposta detalhada encontraremos no já citado Caderno nº. 12. Gramsci não aceita a idéia de inclinações precoces, nem demonstra muita pressa em formar profissionalmente meninos ou meninas. Só mais tarde, quando toda a personalidade for amplamente informada e desenvolvida, saberemos quais eram mesmo as “inclinações mais profundas e permanentes” (NOSELLA, 2004, p. 118).

De fato, poderá um jovem com 14 ou 15 anos, ao entrar em uma escola profissionalizante, fazer, de imediato, uma opção profissional em áreas de alta tecnologia para o resto de sua vida? Aliás, o problema já tem início, mais uma vez no processo de seleção. Quantos desses jovens, ao concluírem seu Ensino Fundamental, terão conhecimentos suficientes para, no momento de sua inscrição ao processo seletivo dessas instituições, optarem por uma ou outra habilitação

¹⁸ Vera Damé, da equipe pedagógica do CEFET, que participou da entrevista (*apud* Krüger, 2003) (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2006, p. 361)

técnica? Nosella (2004), em seus estudos sobre a escola de Gramsci ajuda nossa reflexão:

De fato, quantos falsos alarmes ouvimos a respeito de crianças que pareciam demonstrar inclinações para arte musical, ou para a engenharia, ou para a medicina etc.etc. Quantas e quantas vezes essas inclinações precoces não passavam de meras projeções e desejos ocultos dos adultos que delas cuidam e nelas se projetam. Ou, então, em nível macrosocial quantas propostas e projetos educativo-profissionalizantes para menores não passam de pobres álibis a que as gerações adultas ou o Estado e as instituições públicas recorrem para esconder seu real descompromisso educativo ou sua profunda rejeição de enorme parcela de menores para os quais não se quer dar adequado espaço econômico-social (NOSELLA, 2004, p. 136-137).

Surge, ainda, outra questão. Esses jovens, ao concluírem seus estudos, estarão na faixa etária de 17 ou 18 anos. Em ambos os casos, teremos egressos jovens demais, menores de idade que, pela própria legislação em vigor, não poderão se inserir no mercado de trabalho, também não descartando o serviço militar obrigatório, ainda por fazer. Esses jovens terão tirado o “lugar” de alguém que de fato necessitava da escola profissionalizante, e cujo acesso lhe fora negado no processo seletivo.

8. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO CEFET-RS NO PERÍODO DE 2000 A 2006.

Não conheço recurso epistemológico algum que consiga equacionar todos os problemas teórico-metodológicos constitutivos da investigação da História da Educação. O que deve estar sempre presente é que nunca se deve considerar definitivo qualquer resultado; mais do que isto, deve se supor sempre um processo de reconstrução e valoração provisórios que decorram de um processo de investigação sempre composto de fragmentos (TAMBARA, 1998, p.85).

A partir da reestruturação do Ensino Médio e da Educação Profissional no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, promovida pela Lei nº. 9.394/96 e o Decreto nº. 2.208/97, e decorridos dois anos após a sua publicação, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas implanta então a Reforma. A partir do ano 2000 inicia-se uma **Pesquisa Socioeconômica** (Anexo 1) – cujos

dados foram coletados durante os anos de 2000 a 2006, entre todos os alunos que se inscreveram nos processos seletivos do Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEFET-RS.

Para a realização dessas análises, foi utilizado o software estatístico SPSS 11.0 for Windows, no qual a alternativa de resposta, não informou, foi bloqueada e excluída da análise.

8.1 Os Processos Seletivos

A Instituição promove anualmente, de forma diferenciada, três processos seletivos para o ingresso de seus novos alunos. Um dos processos é o vestibular, para os Cursos Superiores de Tecnologia, que não será tema de discussão nesta dissertação; os outros dois processos, realizados em períodos distintos, constituem-se de duas provas, uma para o Ensino Médio, com conhecimentos de Português/História, Matemática/Geografia, em nível de Ensino Fundamental; e o segundo processo, igual para todos os cursos de Nível Técnico, com conhecimentos de Português, Matemática, Física e Química, em nível de 1º ano do Ensino Médio. Convém também esclarecer que o pré-requisito para acesso aos cursos de Nível Técnico, é o candidato ter concluído no mínimo o primeiro ano do Ensino Médio, exceção para as habilitações dos cursos da área de Química e Informática, cujo pré-requisito é ter concluído os três anos do Ensino Médio. No curso da Área de Informática, devido a suas peculiaridades, são exigidos, também, conhecimentos de Língua Inglesa. A seleção do candidato é feita de forma classificatória, sendo chamados os alunos de maior média até o preenchimento total das vagas oferecidas pela Instituição.

Importante também esclarecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas optou em oferecer apenas um único processo seletivo para os cursos de Nível Técnico, rejeitando totalmente as subdivisões “**concomitante ou seqüencial**” conforme o estabelecido no Art. 5º do Decreto nº. 2.208/97: “A educação profissional de Nível Técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, **podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial** a este”. Justifica-se, pois entendia a Instituição, ser esta uma opção pessoal do aluno, em cursar um curso técnico de forma concomitante, ou de forma seqüencial.

As demais instituições federais ofereciam seus vestibulares para o Nível Técnico, incluindo estas subdivisões: técnico concomitante e técnico seqüencial. Frigotto e Ciavatta descrevem a situação:

No caso do CEFET de Pelotas, a saída encontrada foi exigir de todos [os candidatos] para o ensino técnico (concomitante ou não concomitante, ou pós-médio – denominações que o CEFET-RS rejeita), “o requisito mínimo, o primeiro ano de Ensino Médio” (KRÜGER, 2003, *apud* FRIGOTO & CIAVATTA, 2006, p. 354).

Temos, desse modo, na Instituição, três grupos de estudantes distintos e com objetivos totalmente diferentes: os alunos que procuram os cursos Superiores de Tecnologia; os alunos que procuram os cursos Técnicos e os alunos que buscam o Ensino Médio.

No período de 1998 a 2006, observa-se uma procura crescente pelas habilitações técnicas, conforme podemos constatar na tabela 8.

Tabela 8 - Número de candidatos aos processos seletivos do CEFET-RS nas modalidades de Ensino Técnico e Ensino Médio, período de 1998 a 2006 (FA).

Ano. Mod.	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Técnico	659	2.740	2.309	2.565	4.132	5.752	4.993	5.295	6.112
Médio	3.825	3.595	2.465	1.901	1.773	1.929	1.781	1.913	2.097

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006

No ano de 1998, a ETFPEL¹⁹ oferecia 144 vagas, tendo no seu processo seletivo 659 candidatos inscritos, com 4,5 candidato/vaga (tab. 9); No período de 1998 a 2006 (tab. 9), a instituição ampliou sua oferta de vagas em 640 % para atender à demanda que se expande em 827,46%, passando a oferecer no, ano de 2006, 1.066 vagas, para uma procura de 6.112 candidatos, com uma proporção de 5,73 candidatos/vaga.

¹⁹ A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, ocorreu somente em janeiro de 1999.

Tabela 9 - Relação Candidato/Vaga nos processos seletivos do CEFET-RS na modalidade Ensino Técnico, período de 1998 a 2006 (FA).

Ano Cand/Vaga	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº. Cand. Cursos Técnico	659	2.740	2.309	2.565	4.132	5.752	4.993	5.295	6.112
Vagas oferecidas	144	656	673	788	1151	1138	1062	724	1066
Relação Cand/vaga	4,5	4,18	3,43	3,26	3,59	5,05	4,70	7,31	5,73

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006

O Ensino Médio (tab.10) tem uma redução em sua procura de 45,18% no período de 1998 a 2006. Embora mereça estudos mais detalhados e aprofundados, essa diminuição pode ter como justificativa o desencontro do calendário letivo do calendário civil, como consequência das greves dos servidores públicos federais, que atinge diretamente o CEFET-RS, no ano de 1998. Esse desencontro dos calendários provoca uma acentuada evasão nessa modalidade de ensino, tendo em vista o interesse dos alunos nos vestibulares da região. Reforça nossa convicção o rápido acréscimo que ocorre nos anos de 2005/2006, quando novamente os calendários, letivo e civil, se reencontram.

É mister também que se esclareça que a diminuição da oferta de vagas do Ensino Médio é uma consequência da ampliação da carga horária dos professores dessa modalidade de ensino, tendo em vista que com a reforma do Ensino Médio aumenta o número de horas-aula de 1.512 para 2.400 horas, amplia-se o número de novas disciplinas, porém o quadro de professores permanece praticamente o mesmo (ver tab. 5, p. 246).

Tabela 10 - Relação Candidato/Vaga nos processos seletivos do CEFET-RS na modalidade Ensino Médio, período de 1998 a 2006 (FA).

Ano Cand/vaga	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº. Cand. Ens. Médio	3.825	3.595	2.465	1.901	1.773	1.929	1.781	1.913	2.097
Vagas oferecidas	759	721	364	252	364	293	364	336	280
Relação Cand/vaga	5,04	4,99	6,77	7,54	4,87	6,58	4,89	5,69	7,49

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006

Na tabela 11, juntaram-se as duas modalidades – Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio – no sentido de mostrar e comparar o contingente de alunos que ficou excluído do sistema (não ingressos), com os alunos ingressos, além de facilitar a retomada das discussões, que tem seu foco naquelas informações. Identifica-se que entre o período de análise, 2000 a 2006, o processo de seleção para o nível Médio teve maior quantidade de inscritos no ano de 2000. A partir de 2001 manteve-se uma média de inscritos para o processo seletivo do nível Médio. Já no processo para o nível Técnico a quantidade de alunos inscritos, em relação aos anos de 2000 e 2001, com 2.309 e 2.565 inscritos, respectivamente, quase que dobrou em 2002 e, em 2006, as inscrições para o processo seletivo do técnico chegou a 6.112 candidatos.

No que diz respeito aos alunos ingressos para o nível Médio os maiores índices do período analisado estão no ano de 2004, quando 22% dos inscritos ingressaram no CEFET-RS e também no ano de 2002, com 20,5% dos candidatos aprovados.

Tabela 11 - Número de candidatos ao processo seletivo do CEFET-RS, ingressos e não ingressos, período de 2000-2006 (FA).

Nível de ensino	Ano de análise	Geral de candidatos	Alunos não ingressos	Alunos ingressos
Nível Médio	2000	2.465	2.116	349
	2001	1.901	1.649	252
	2002	1.773	1.409	364
	2003	1.929	1.649	280
	2004	1.781	1.389	392
	2005	1.913	1.632	281
	2006	2.097	1.817	280
	Total	13.859	11.661	2.198
Nível Técnico	2000	2.309	1.694	615
	2001	2.565	1.779	786
	2002	4.132	2.985	1.147
	2003	5.752	4.751	1.011
	2004	4.993	3.923	1.070
	2005	5.295	4.570	725
	2006	6.112	5.046	1.066
	Total	31.158	24.738	6.420

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET de 2000 a 2006.

No nível Técnico (tab. 11), os anos de 2000, 2001 e 2002 correspondem aos de maior ingresso de alunos dentro do período analisado, com respectivos 26,6%, 30,6% e 27,8%. Embora os anos de 2005 e 2006 tenham tido maior número de

candidatos inscritos, foram os anos com menor índice de ingresso no nível técnico do CEFET-RS, 13,7% aprovados em 2005 e 17,4% aprovados em 2006.

Por outro lado, confirma-se também a crítica, de que o CEFET-RS não consegue atender à demanda existente, pois no período em análise deixou do lado de fora (não ingressos) 79,40% (24.738 candidatos) dos candidatos pretendentes a uma vaga em seus cursos técnicos; No Ensino Médio o índice é de 84,14% (6.420 candidatos).

8.2 A faixa Etária

Procurou-se saber do mesmo modo qual a faixa etária desse estudante que buscou o CEFET-RS nesse período. A tabela 12, abaixo, demonstra qual a faixa etária dos alunos que ingressaram no período em análise.

Tabela 12 - Idade dos alunos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000-2006 (%).

	Geral dos Alunos	Nível Médio	Nível Técnico
14 anos	21,1	75,5	2,4
15 anos	10,8	16,1	9,0
16 anos	8,8	3,6	10,6
17 anos	12,6	1,6	16,3
18 anos	10,5	0,4	13,9
19 a 20 anos	15,9	2,8	20,4
21 a 25 anos	14,8	--	19,9
26 a 30 anos	3,7	--	5,0
Acima de 30 anos	1,8	--	2,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET de 2000 a 2006.

De uma forma geral, os estudantes ingressos no CEFET-RS têm entre 14 e 16 anos (40,7%) e entre 19 e 25 anos (30,7%). Mas conforme se pode identificar na tabela 12, os estudantes de nível Médio e nível Técnico possuem faixas de idade distintas, ou seja, no Médio 91,6% dos ingressos no período analisado tinham 14 ou 15 anos, enquanto no nível Técnico a maior parte dos estudantes, 61,7% , tem acima de 18 anos. Destes, 34,30%, encontram-se na faixa etária entre 19 a 25 anos. Por outro lado, no Ensino Médio, a concentração maior dos estudantes encontra-se na faixa etária de 14 anos (75,5%).

Os testes estatísticos de qui-quadrado (χ^2) confirmam que existem significativas diferenças entre a faixa etária dos alunos do Ensino Médio e a faixa etária dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O valor obtido para o χ^2 foi alto, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (5.818) com o χ_t^2 tabelado (15,51) para um α^{20} de 0,05 e 8 graus de liberdade (d.f.)²¹, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$, o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas proporções de faixa etária.

Chi-Square Tests

Classificação de alunos ingressos ou não		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Alunos ingressos	Pearson Chi-Square	5818,855 ^a	8	,000
	Likelihood Ratio	6082,949	8	,000
	Linear-by-Linear Association	4007,163	1	,000
	N of Valid Cases	8611		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4

Figura 1 - Teste de qui-quadrado relativo à idade dos alunos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000-2006.

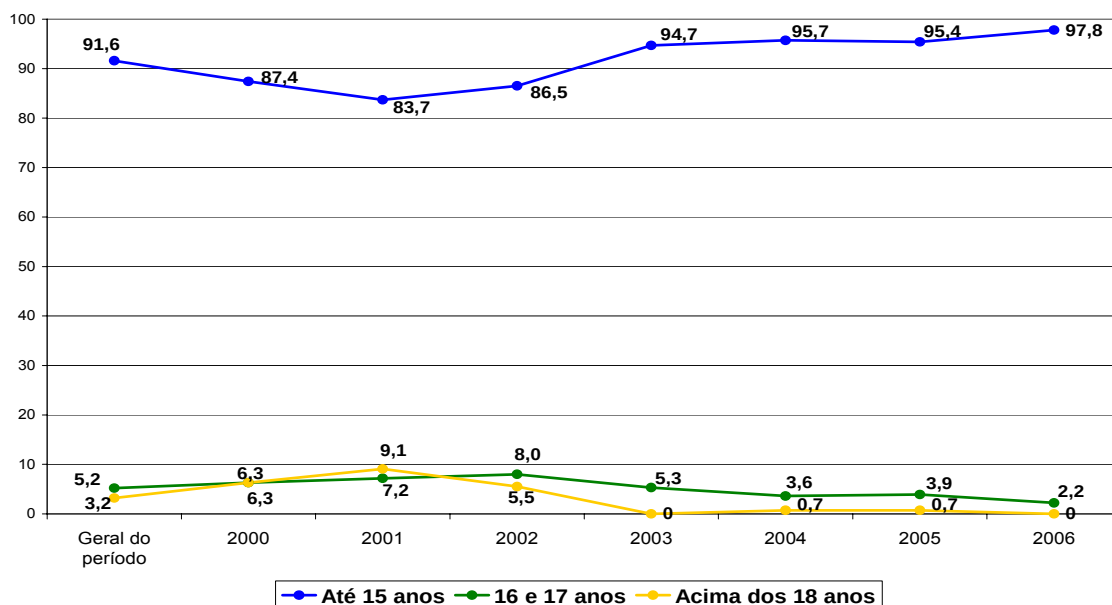
Diante da presente avaliação estatística, a respeito dos dados obtidos na pesquisa sobre o perfil socioeconômico realizado com os alunos ingressos, no CEFET-RS entre os anos de 2000 e 2006, pode-se afirmar que os alunos do Ensino Médio apresentam uma faixa etária diferente dos alunos ingressos nos cursos Técnicos de Nível Médio.

É importante frisar que ao longo dos anos tem ocorrido um acréscimo no percentual de alunos mais jovens que ingressam no Ensino Médio do CEFET-RS. A média geral de 91,6% dos ingressos no Ensino Médio, no período analisado, foi superada a partir do ano de 2003, conforme se pode identificar no gráfico 1.

²⁰ Nível de significância.

²¹ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

Gráfico 1 - Relação entre a faixa etária dos alunos ingressos no Ensino Médio do CEFET-RS e os anos do período de realização da pesquisa (%)

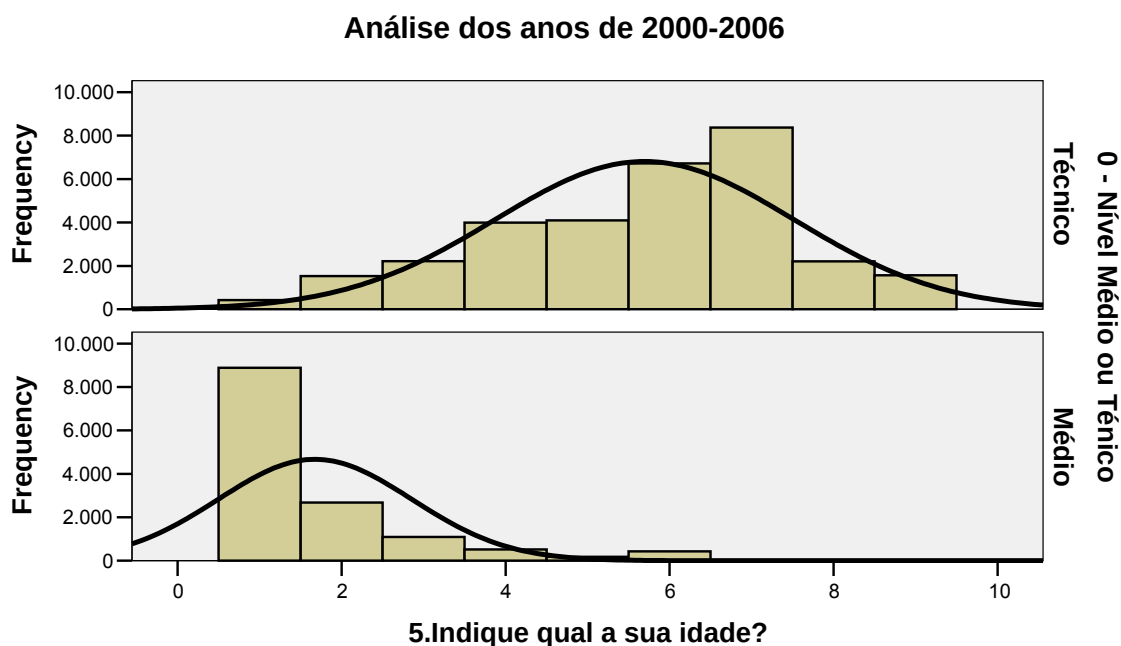


Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006.

Conforme Levin (1987, p. 195) o teste de qui-quadrado de hipótese experimental estabelece que as diferenças amostrais refletem *diferenças reais* na população matriz estudada a partir da frequência relativa de uma dada característica. Observando os dados de faixa etária, confirmou-se que os alunos que ingressaram no Ensino Médio e nos cursos Técnicos de Nível Médio durante o período em análise apresentaram perfis de idade distintos. Esse resultado estatístico remete ao questionamento sobre a faixa etária dos alunos que se candidataram ao Ensino Médio e aos cursos Técnicos de Nível Médio durante os anos de 2000 e 2006. O gráfico abaixo demonstra a distribuição de frequência da faixa etária dos candidatos inscritos nos processo seletivos do CEFET-RS durante o período em questão. O mesmo gráfico confirma a tendência de distribuição distinta de faixa etária entre os alunos ingressos no CEFET-RS com os dos candidatos que participaram do processo seletivo. A maioria dos alunos ingressos **do Ensino Médio**, no período em análise, tinha no máximo 15 anos de idade (91,6%), enquanto que a maioria dos candidatos ao **Ensino Médio**, no mesmo período, também tinha no máximo 15 anos (83,9% dos casos).

Gráfico 2 – Faixa etária dos candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS

Faixa etária dos candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET- RS



Fonte: Levantamento Sócio econômico dos candidatos ao Processo Seletivo do CEFET- RS, 2000-2006

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	30091,462 ^a	8	,000
Likelihood Ratio	34224,196	8	,000
Linear-by-Linear Association	25028,640	1	,000
N of Valid Cases	44917		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 480,00.

Figura 2 - Teste de qui-quadrado relativo à idade dos candidatos ao processo seletivo do CEFET entre os anos de 2000-2006.

A análise estatística da faixa etária dos candidatos do processo seletivo realizado entre os anos de 2000 e 2006 demonstrou que o valor obtido para o χ^2 foi alto, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (30.091) com o χ_t^2 tabelado (15,51) para um α^{22} de 0,05 e 8 graus de liberdade (d.f)²³, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$, o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas proporções de faixa etária. Ou seja, confirma-se que a faixa etária dos candidatos ao Ensino Médio é distinta da faixa etária dos candidatos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

8.3. A Renda Familiar

Através da pesquisa do perfil socioeconômico dos alunos ingressos no CEFET-RS, pode-se aferir que os estudantes do Ensino Médio são distintos dos alunos dos cursos Técnicos de Nível Médio, seja em função da faixa-etária e também em função da renda familiar.

Dos alunos ingressos no Nível Médio, 51,3% têm renda familiar entre três e dez salários mínimos, grande parte entre as classes sociais A, B e C²⁴, conforme tabela 13. Situação contrária a dos estudantes que ingressaram na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cuja maior parcela possui renda familiar de até três salários mínimos, 57,7% dos casos, oscilando entre as classes C, D e E. A tabela 13, apresenta como se distribui, em termos de renda familiar, os alunos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000 e 2006.

²² Nível de significância.

²³ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

²⁴ Conforme a renda média por classe social do CCEB (Critério de Classificação Econômica Brasil).

Tabela 13 - Renda familiar dos alunos ingressos no CEFET-RS (%).

	Geral dos Alunos	Nível Médio	Nível Técnico
Até um salário mínimo	8,0	4,4	9,2
De um a dois salários mínimos	22,0	14,4	24,8
De dois a três salários mínimos	22,6	18,8	23,8
De três a cinco salários mínimos	24,1	26,0	23,3
De cinco a dez salários mínimos	17,7	25,3	15,1
De dez a vinte salários mínimos	4,6	8,6	3,3
Acima de vinte salários mínimos	1,0	2,5	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006.

A análise estatística por teste de hipótese qui-quadrado em relação à comparação das possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para a renda familiar entre os alunos ingressos no Nível Médio e nos cursos técnicos de Nível Médio demonstrou que a renda familiar destes dois grupos de alunos ingressos difere significativamente.

Chi-Square Tests

Classificação de alunos ingressos ou não		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Alunos ingressos	Pearson Chi-Square	401,203 ^a	5	,000
	Likelihood Ratio	386,488	5	,000
	Linear-by-Linear Association	358,020	1	,000
	N of Valid Cases	8603		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 22,95.

Figura 3 - Teste de qui-quadrado relativo à renda familiar dos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000- 2006.

A análise estatística para o χ^2 foi alto, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (401,203) com o χ_t^2 tabelado (11,07) para um α^{25} de 0,05 e 5 graus de liberdade (d.f)²⁶, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$,

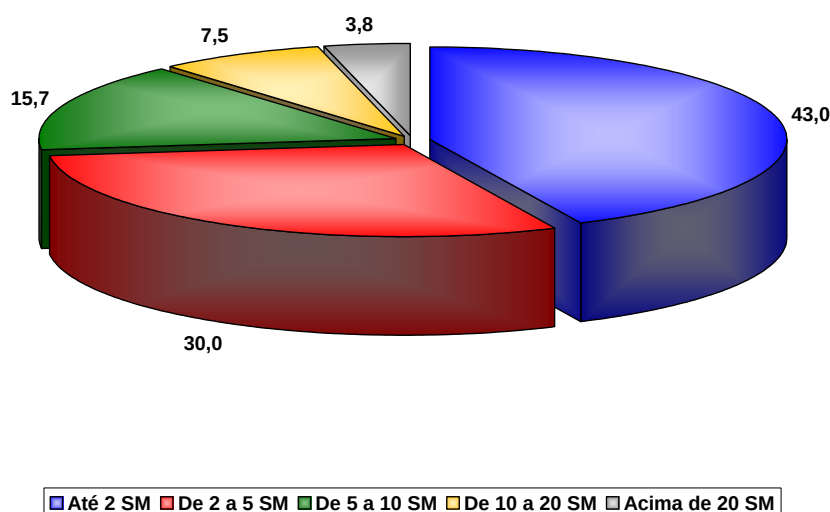
²⁵ Nível de significância.

²⁶ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas proporções de renda familiar.

A análise da renda familiar dos alunos ingressos no CEFET-RS deve ser avaliada dentro do contexto socioeconômico da população da cidade de Pelotas e cidades satélites. Segundo estudos do ITEPA / UCPEL – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da Universidade Católica de Pelotas -, 3,8% da população ganha mais de 20 salários mínimos e detém 21,7% da renda, enquanto 43% ganham até dois salários mínimos, o que corresponde a 11,1% da renda.

Gráfico 3: Distribuição de renda familiar (em salários mínimos) em Pelotas e Zona Sul do Rio Grande do Sul (%).



Fonte: Itepa/ UCPEl com base no Censo 2000.

A evidência do perverso processo desta relação entre renda familiar dos ingressos no CEFET-RS, pode ser percebida na análise que se faz, comparando os dados da tabela 13 e o gráfico 3, os quais, obviamente dispensam qualquer comentário.

A pesquisa de perfil socioeconômico dos ingressos no CEFET-RS entre os anos de 2000 e 2006 indicou que 63,9% destes alunos têm sua origem na cidade de Pelotas e 36,1% nas cidades da região sul do RS. Isso ratifica que a cidade de origem da maior parte dos alunos ingressos é Pelotas.

Nesse sentido, cabe o registro de que a renda média familiar do pelotense, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FFE (Fundação de Economia e Estatística)²⁷, o PIB per capita anual é de R\$ 7.009,00 (por pessoa), o rendimento médio mensal das famílias pelotenses é igual a R\$ 649,37. Ao mesmo tempo em que Pelotas ocupa o 2º lugar no ranking, dos municípios do interior, em relação ao número de pessoas, ocupa o 9º lugar no PIB per capita, conforme tabela 14.

Tabela 14 - Distribuição dos dez maiores municípios do RS em relação ao PIB total, 2004 (FA e %).

MUNICIPIOS	PIB					ESTRUTURA DO VAB (%)			PIB per capta (R\$)	POPULAÇÃO	
	(R\$ 1000)	VARIAÇÃO %	Part. (%)		Posição 2003	A	I	S		Nº.	Part.(%)
			2004	2003							
Porto Alegre	15.944.201	8,7	11,16	11,45	1º	0,15	27,27	72,58	11.257	1.416.363	13,20
Canoas	8.610.943	13,6	6,03	5,92	2º	0,05	62,01	37,94	26.496	324.994	3,03
Caxias do Sul	8.177.442	22,3	5,68	5,19	3º	4,82	61,96	33,22	20.485	396.261	3,69
Triunfo	6.461.807	28,3	4,52	3,93	4º	1,66	88,86	9,48	265.448	24.343	0,23
Gravataí	3.894.463	20,6	2,73	2,52	5º	0,56	71,43	28,01	15.031	259.100	2,42
Rio Grande	3.820.671	0,8	2,67	2,96	6º	2,86	64,73	32,41	19.716	193.789	1,81
Novo Hamburgo	3.434.114	15,5	2,40	2,32	7º	0,59	49,53	49,88	13.635	251.854	2,35
Santa Cruz do Sul	3.209.996	19,7	2,25	2,09	8º	4,71	66,69	28,59	27.653	116.081	1,08
Pelotas	2.372.849	11,9	1,66	1,66	9º	6,39	33,13	60,48	7.009	338.544	3,16
Passo Fundo	2.010.607	12,8	1,41	1,39	10º	4,66	38,22	57,11	11.033	182.233	1,70
TOTAL	57.877.093	-	40,51	39,44		-	-	-	-	3.503.562	32,66
Rio Grande do Sul	142.874.226	11,6	100,00	100,00	-	16,34	42,66	41,00	13.320	10.726.063	100,00

FONTE: FFE/ Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

A relevância dessa informação de renda média da população pelotense, comparativa com outras cidades do Estado, tem o intuito de demonstrar que tal renda está abaixo da média de cidades do mesmo porte. A cidade de Caxias do Sul (primeira cidade do ranking em número de pessoas) ocupa o 3º lugar na posição do PIB, registrando um PIB per capita de R\$ 20.485,00, o equivale a 192% a mais do que o PIB per capita do pelotense, que é de R\$ 7.009,00.

²⁷ Dado com base de referência em 2004.

Diante desse contexto, deve ser observado que a análise da renda familiar dos ingressos no CEFET-RS é de fundamental importância na compreensão da capacidade de resultados financeiros dos alunos dos cursos Técnicos de Nível Médio, que possuem uma média de idade mais elevada do que os alunos do Ensino Médio. Devido a sua idade mais elevada, são os principais agentes ou co-partícipes da manutenção da subsistência básica de sua família e realizam os cursos com o intuito de ter uma maior competitividade no mercado de trabalho.

Os dados demonstram claramente que os motivos que justificam a opção do aluno pela escolha do Ensino Médio ou pelos cursos Técnicos de Nível Médio são distintos. Entre os principais motivos que balizam a escolha dos alunos pelo Ensino Médio situam-se em primeiro, o oferecimento de uma boa preparação para o ingresso na universidade (61,9%) e em segundo, a pretensão de fazer um curso técnico (21,4%). Por sua vez, os motivos apontados pelos ingressos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio são, primeiro, por ser considerado como um bom caminho ou preparação para o mercado de trabalho, com 54,2% das justificativas e, em segundo, porque oferece ensino gratuito (em 7,7% dos casos).

As justificativas de cada um dos grupos de alunos em estudo são balizadas por sua visão de mundo conforme o seu capital econômico, cultural, social e, em especial, seu capital simbólico. Os dados até o presente momento configuraram dois perfis distintos:

Aluno ingresso no Ensino Médio: Com menor faixa de idade, maior renda familiar, dependente dos pais, e com a expectativa de encontrar no CEFET-RS uma boa preparação, base para o vestibular e, por consequência, a entrada no ensino superior;

Aluno ingresso de curso Técnico de Nível Médio: Com maior faixa de idade, menor renda familiar e, grande parte, provedor de seu sustento, com a expectativa de encontrar no CEFET-RS a preparação ou encaminhamento para o mercado de trabalho.

Apriori, com base nas análises estatísticas de faixa etária e renda familiar, pelo critério de classificação econômica, pode-se estabelecer a seguinte definição operacional, para efeito deste estudo, da característica dos alunos de Nível Médio e dos alunos de curso Técnicos de Nível Médio: os alunos de Nível Médio ingressantes no CEFET-RS entre os anos de 2000 e 2006 são oriundos de classes sociais economicamente mais privilegiadas, enquanto que os alunos dos cursos

Técnicos de Nível Médio são oriundos de classes sociais economicamente menos privilegiadas. Esse axioma será referendado pelas análises do perfil dos alunos ingressos, que se seguem.

8.4 A Origem Escolar

A diferença de classe social entre os alunos do Ensino Médio e os alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio também pode ser identificada quando se analisa a origem escolar dos alunos ingressos no CEFET-RS, como mostra a tabela 15.

Considerando-se as variáveis “escola particular” e “maior parte em escola particular”, observa-se que 31,2% dos alunos ingressantes no Ensino Médio estudaram a maior parte em escola particular, enquanto no Nível Técnico estudantes com tais características correspondem a apenas 11,7%. Inclusive, os percentuais mais significativos de alunos provenientes de cursos supletivos são oriundos de alunos que ingressaram nos cursos Técnicos de Nível Médio.

Tabela 15 - Origem escolar dos alunos antes de ingressar no CEFET-RS (%)

	Geral dos Alunos	Nível Médio	Nível Técnico
Escola pública	72,7	59,4	77,7
Escola particular	12,7	23,8	8,5
Estudou a maior parte em escola pública	8,0	9,0	7,7
Estudou a maior parte em escola particular	4,4	7,4	3,2
Supletivo	2,2	0,4	2,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006.

A análise estatística para o χ^2 das amostras relativas à origem escolar dos alunos ingressos no CEFET também é consideravelmente alta, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (480,152) com o χ_t^2 tabelado (9,46) para um α^{28} de 0,05 e 4 graus de liberdade (d.f.)²⁹, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$, o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas

²⁸ Nível de significância.

²⁹ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

proporções de origem escolar, demonstrando que existem diferenças entre a origem escolar dos alunos ingressos no Ensino Médio e os ingressos nos cursos Técnicos de Nível Médio.

Chi-Square Tests

Classificação de alunos ingressos ou não		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Alunos ingressos	Pearson Chi-Square	480,152 ^a	4	,000
	Likelihood Ratio	460,724	4	,000
	Linear-by-Linear Association	71,372	1	,000
	N of Valid Cases	7934		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 47,65.

Figura 4 - Teste de qui-quadrado relativo à origem escolar dos alunos de nível médio e de cursos técnicos de nível médio.

8.5 O Grau de Frequência a “Cursos Preparatórios” ou “Pré-Vestibulares”

Tabela 16 - Grau de frequência em curso preparatório dos alunos ingressos no CEFET-RS (%)

	Geral dos Alunos	Nível Médio	Nível Técnico
Não	62,0	28,1	73,6
Sim, por mais de um ano	1,6	2,0	1,5
Sim, por um ano	13,1	30,0	7,3
Sim, por um semestre	14,0	27,4	9,4
Sim, por menos de um semestre	5,3	9,0	4,0
Sim, só revisão	4,0	3,5	4,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET-RS de 2000 a 2006.

Quanto à questão de o aluno ingresso freqüentar cursos preparatórios, ficam bem evidenciadas as diferenças dos dois segmentos - Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Enquanto os alunos do Ensino Médio, em sua grande maioria freqüentam cursos preparatórios (71,90%), os alunos que procuram os cursos técnicos, não o fazem (73,6%). Na realidade, somente freqüentam cursos preparatórios, dos alunos que ingressam nos cursos de Técnicos de Nível Médio, um percentual de 26,40%. Também é relevante, que os alunos do Ensino Médio, em sua maioria (30%) o fazem por um ano, e 27,4 % freqüentam cursos preparatórios por um semestre.

Chi-Square Tests

Classificação de alunos ingressos ou não		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Alunos ingressos	Pearson Chi-Square	1647,372 ^a	5	,000
	Likelihood Ratio	1588,926	5	,000
	Linear-by-Linear Association	913,040	1	,000
	N of Valid Cases	8611		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,72.

Figura 5 - Teste de qui-quadrado relativo à frequência de cursos preparatórios para o ingresso no CEFET-RS.

A análise estatística de qui-quadrado demonstra a distinção dos dados observados na tabela, a avaliação para o χ^2 das amostras relativas à frequência em cursos preparatórios ingressos no CEFET também é alto, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (1647,372) com o χ_t^2 tabelado (11,07) para um α^{30} de 0,05 e graus de liberdade (d.f.)³¹, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$, o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas proporções. No que tange à frequência em cursos preparatórios para o processo seletivo do CEFET-RS há diferenças significativas entre os alunos ingressos no Ensino Médio os alunos ingressos para cursos Técnicos de Nível Médio. Os alunos ingressos no Ensino Médio, por sua condição socioeconômica mais privilegiada, por ter mais tempo disponível, por sua faixa etária abaixo na casa dos 16 anos, por não acirrare as fileiras da população economicamente ativa, freqüentam, em maior proporção, os cursos preparatórios para o processo seletivo do CEFET-RS.

Esse cenário mais privilegiado do aluno do Ensino Médio, em detrimento ao aluno de cursos Técnicos de Nível Médio é corroborado pela tabela 17, que demonstra que os alunos do Ensino Médio, por freqüentarem cursos preparatórios, não disputaram tantos processos seletivos quanto os alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio. É de vital relevância registrar que os alunos do Ensino Médio, quando não são aprovados em um processo seletivo, apenas 13,0% retornam para mais um exame de seleção, caindo este índice para 1,2%, em uma terceira tentativa.

Tabela 17 - Número de vezes que o aluno prestou exame para ingresso no CEFET-RS (%)

³⁰ Nível de significância.

³¹ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

	Geral dos Alunos	Nível Médio	Nível Técnico
Nenhuma	44,1	85,3	30,0
Uma vez	35,6	13,0	43,4
Duas vezes	15,1	1,2	19,8
Três vezes	4,0	0,3	5,3
Quatro vezes	0,9	0,2	1,1
Cinco ou mais vezes	0,3	--	0,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com candidatos inscritos no processo seletivo do CEFET de 2000 a 2006.

A tabela acima demonstra que os alunos ingressos em cursos Técnicos de Nível Médio acabam participando de mais de um processo seletivo, com a esperança de ter uma oportunidade de se qualificar para o mundo do trabalho. Como registrado anteriormente, tal afirmação foi enfatizada por 70,2% das justificativas, em relação aos alunos que ingressaram no curso Técnico de Nível Médio.

Chi-Square Tests

Classificação de alunos ingressos ou não		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Alunos ingressos	Pearson Chi-Square	2065,742 ^a	5	,000
	Likelihood Ratio	2264,971	5	,000
	Linear-by-Linear Association	1495,461	1	,000
	N of Valid Cases	8608		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,40.

Figura 6 - Teste de qui-quadrado relativo à frequência do número de vezes que os alunos prestaram exames para ingresso no sistema CEFET-RS.

O teste estatístico de qui-quadrado comprovava o que é observado na tabela acima, a análise para o χ^2 das amostras, relativas ao número de vezes que os alunos ingressos no Nível Médio e técnico prestaram exame ao CEFET-RS, é consideravelmente alto, devido às diferenças entre os valores observados e esperados. Comparando-se o χ_c^2 calculado (2065,742) com o χ_t^2 tabelado (11,07) para um α^{32} de 0,05 e 5 graus de liberdade (d.f)³³, tem-se $\chi_c^2 \geq \chi_t^2$, o que permite rejeitar a hipótese nula de similaridade entre as duas proporções, ou seja, os alunos do Ensino Médio não participaram de tantos exames de seleção porque têm mais

³² Nível de significância.

³³ Abreviatura do termo inglês *degrees of freedom* – graus de liberdade.

acesso a cursos preparatórios ou opção de outras instituições de ensino, tendo em vista que o seu objetivo é a preparação para o vestibular. Enquanto que os alunos ingressos para os cursos Técnicos de Nível Médio, quando não são selecionados, continuam a prestar o exame com a esperança de ter uma oportunidade de qualificação de seu currículo para o mercado de trabalho.

9. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL, SÃO PAULO E BRASIL

O narrador-historiador é ainda aquele que se vale de provas – os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelarem significados – que, mais até do que explicar, operam como recurso de autoridade à fala do historiador. O Historiador-narrador cita. Suas citações não são apenas evidências de que ele andou pelos arquivos e, cumprindo o seu ofício, pesquisou as fontes documentais, mas também operam no sentido de atestar que esse historiador conhece e participa do diálogo científico e acadêmico de sua época (PESAVENTO, 2003, p. 50).

9.1 A Evolução da Matrícula da Educação Profissional no Rio Grande do Sul e do Brasil

Apenas para efeito de comparação, procuramos saber se o aumento de demanda da Educação Profissional Técnica de Nível Médio seria um fenômeno local, específico do CEFET-RS, ou se também ocorreria no Rio Grande do Sul e no Brasil. Nesse sentido, procuramos no Censo Educacional da Educação Profissional Brasileira, publicação do Ministério da Educação - MEC - e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a resposta.

Nesse caso, conforme se pode observar na tab.18, há também um aumento significativo no número de matrículas, nessa modalidade de ensino, no período de 2000 a 2006.

No Rio Grande do Sul, houve um acréscimo de 44,39%, passando de 53.921 matrículas no ano de 2000, para 77.858 matrículas no ano de 2006 (tab.18). Não é diferente no Brasil, como um todo. Nesse caso, em nível nacional, o aumento foi

maior, a matrícula cresceu em 61,10%, no período de análise, passando de 462.258 matrículas no ano 2000, para 744.690 matrículas no ano 2006.

Também se procurou saber quanto à concentração da faixa etária desse estudante (tab. 18). Nesse caso, optamos em concentrar os dados tendo como parâmetro a faixa etária de 18 anos, idade no qual o jovem tem acesso ao mundo do trabalho, já está livre de suas obrigações militares, sendo considerada, pela legislação brasileira, a idade no qual o indivíduo tem declarado sua maioridade civil, estando apto a praticar todos os atos da vida civil brasileira.

Tabela 18 – Número e Percentual de matrículas da Educação Profissional de Nível Técnico, por faixa etária, no Rio Grande do Sul e Brasil Anos 2001 – 2006 (FA e %).

Ano	Nº. Matrículas no Rio Grande do Sul					Nº. Matrículas no Brasil				
	< 18 anos		> 18 anos		total	< 18 anos		>18anos		total
	nº.	%	nº.	%		nº.	%	nº.	%	
2001	10.761	19,95	43.160	80,04	53.921	87.161	18,85	375.097	81,14	462.258
2002	10.450	17,86	48.058	82,13	58.508	105.340	18,64	459.702	81,35	565.042
2003	10.687	16,43	54.358	83,56	65.045	105.165	17,84	484.218	82,15	589.383
2004	10.653	15,05	60.126	84,94	70.779	123.927	18,32	552.166	81,67	676.093
2005	11.699	15,10	65.741	84,89	77.440	114.774	16,22	592.489	83,77	707.263
2006	10.586	13,60	67.272	86,40	77.858	107.222	14,40	637.468	85,60	744.690

Fonte: MEC/INEP/ Censo Escolar da Educação Profissional Brasileira – Anos 2001 a 2006

Nesse caso, observa-se a expressividade da concentração dos estudantes na faixa etária de 18 anos ou acima dela, tanto no Rio Grande do Sul como também no Brasil. Os índices são sempre superiores a 80% e vem em um crescendo de 6 pontos percentuais, no período em análise, no Rio Grande do Sul e, no Brasil em torno de 4 pontos percentuais. De acordo ainda com o Censo Educacional MEC/INEP - 2006, 48,19% dos estudantes da Educação Profissional Técnico de Nível Médio no Brasil encontravam-se na faixa etária de 20 a 29 anos. O que não difere muito dos índices encontrados no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas.

9.2 A Reforma da Educação Profissional na Rede Paula Souza

Procuramos saber, no desenrolar dos trabalhos, se havia sido feita alguma pesquisa semelhante a respeito do perfil socioeconômico dos ingressos em alguma instituição de Educação Profissional nos cursos Técnicos de Nível Médio no país, já que o Censo Educacional MEC/INEP, não contempla essa forma de pesquisa. Nosso primeiro contato foi com a Professora Ivone Moreira, na Secretaria de Educação Tecnológica do MEC - SETEC que informou desconhecer algum procedimento semelhante. Posteriormente, nas leituras realizadas encontramos a publicação “Novo Modelo de Educação para o Brasil” tendo como organizadores João Paulo Velloso e Roberto Cavalcanti Albuquerque. Esta publicação, que se reporta ao XVI Fórum Nacional: Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social, realizado na cidade do Rio de Janeiro, com as presenças do então Ministro da Educação Doutor Tarso Genro, e equipe de Secretários, entre eles Dr. Antonio Ibanêz Ruiz, Secretário de Educação Tecnológica, e o Dr. Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Fundamental, relata a realização do painel sobre o Novo Modelo de Educação para o Brasil, debatida, por renomados especialistas, a questão da Educação Profissional, entre eles João Batista Araújo e Oliveira, Edson Nunes, Leandro Molhado Ribeiro e Cláudio de Moura Castro.

Desse painel, transcrito e publicado, pela Editora José Olympio, com organização de Velloso & Albuquerque, transcrevemos a posição de Castro, quando analisa a questão do Ensino Técnico e se refere às pesquisas do Centro Paula Souza.

Parece que está para ocorrer um retrocesso elitista no ensino técnico. Escolas Técnicas Federais sempre tentaram melhorar o nível intelectual da sua clientela. Quando integravam o técnico ao acadêmico, terminavam por selecionar as elites para os seus cursos. Os mais pobres ficavam de fora, porque não passavam nos vestibulinhos, altamente competitivos. Obviamente, essas elites somente se interessavam pela parte acadêmica. Ficavam os mais pobres aliados de uma formação técnica e os mais ricos ocupavam oficinas e faziam cursos profissionais que não lhes interessavam. Agora que o técnico está separado, recebe alunos bem mais pobres e interessados nas profissões oferecidas. ***Essas mudanças de estratificação social estão bem documentadas pelos estudos da Fundação Paula Souza, SP*** (grifo meu) Embora os CEFETs e as Escolas Técnicas Federais não coletem tais dados, há indicações indiretas de que o mesmo ocorreu neles. Se voltar a integração, será dada uma nova oportunidade ao ensino técnico público de voltar a elitizar-se, novamente alijando as clientelas mais modestas e interessadas em profissionalização. Mais uma vez, os reais aspirantes a técnicos competirão como os filhos das

elites que não querem ser técnicos, mas são mais bem preparados academicamente (CASTRO, 2004, p. 113).

Nesse sentido, com a informação de Castro, tomamos conhecimento da pesquisa do Centro Paula Souza e fomos à procura destes dados. Em contato com a direção do estabelecimento recebemos a publicação “Reflexos da Reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo” com 664 páginas, autoria de Adhemar Batista Heméritas e Luiz Carlos Zanirato Maia. Tal publicação traz uma interessante radiografia a respeito da educação profissional no Estado de São Paulo.

O objetivo do Centro Paula Souza ao publicar este livro é divulgar dados, informações e análises de um período de sua existência em que ocorreram significativas mudanças no cenário educacional brasileiro, particularmente na Educação Profissional (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 10).

Tabela 19 - Número e Percentual de Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, por Dependência Administrativa, nos seis Estados com maior concentração (FA e %).

	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total
São Paulo	676	78.793	12.079	157.064	248.612 33,38%
Minas Gerais	13.006	3.638	4.454	65.339	86.437 11,61%
Rio de Janeiro	9.934	35.223	1.950	34.925	82.032 11,02%
Rio Grande do Sul	7.295	26.457	1.776	42.330	77.858 10,46%
Paraná	2.883	28.069	0	17.078	48.030 6,45%
Santa Catarina	4.430	9.960	659	19.497	34.456 4,63%
Total	38.224 47,85%	182.140 77,93%	20.918 90,96%	336.233 82,40%	577.425 77,54%
Fonte: Censo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – MEC/INEP - 2006					

Torna-se importante esclarecer que o Estado de São Paulo, segundo pesquisa do Censo Educacional da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, MEC/INEP, ano 2006, concentra sozinho 33,38% da matrícula nacional nessa modalidade de ensino, distribuída entre as esferas pública e privada. O Rio Grande do Sul, somente para efeito de comparação, concentra 10,46% da matrícula nacional, ocupando a 4º posição, conforme tab. 19. Os seis estados, São Paulo,

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, reúnem, juntos, 77,54% da matrícula nacional.

Dessa forma, motivados também pelos dados do Censo Educacional, questionamos como havia se comportado o perfil socioeconômico dos estudantes ingressos nos cursos Técnicos de Nível Médio, durante o período da reforma e procuramos na rede pública estadual do Estado de São Paulo, cujo número também é expressivo, já que na esfera federal o número de matrículas nessa modalidade de ensino, é o segundo mais baixo do país.

9.2.1 Do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

A instituição Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, criada em 1969, é uma autarquia de regime especial do governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. A instituição é constituída por 14 faculdades de tecnologia (FATECS), e de 99 escolas técnicas (ETEs) localizadas em 98 municípios do estado de São Paulo (PETEROSSO & ARAUJO, 2003, p. 67).

No ano de 2004, a rede Paula Souza apresentava um número de 23.530 matrículas iniciais no Ensino Médio; na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o número de matrículas iniciais era de 62.849, totalizando 86.379 matrículas (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 28).

No período entre 1998 e 2004, a matrícula da Educação Profissional Técnica de Nível Médio passa de um quantitativo de 16.434 (1998), o que representava 66,51% do total de matrículas, para 62.849 (2004) matrículas, o que representa no ano de 2004, 72,76% do geral de matrículas ofertadas. Consta-se um expressivo crescimento de 282,4% nessa modalidade de matrícula, no período de 1998 a 2004 (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 28).

9.2.2 As Mudanças do perfil socioeconômico dos candidatos aprovados no vestibulinho dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, período de 1995 a 2004, no Centro Paula Souza.

Segundo Heméritas e Maia, na publicação Reflexos da Reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo, período de 1997 a 2004,

há também um crescimento acentuado pela procura dos cursos Técnicos de Nível Médio bem com também do Ensino Médio.

Constata-se, por exemplo, o notável aumento ocorrido no número de candidatos ao vestibulinho, passando de 100.054, no 1º semestre de 1997, para 189.119 no 1º semestre de 2004, portanto, um crescimento de 89,01% no período (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 10).

Justificam os autores essa periodização, tendo em vista que o ano de 1997 foi o último ano com matrícula inicial na modalidade de Ensino Integrado, em que os cursos ofereciam Ensino Médio e Educação Profissional ao mesmo tempo. Segundo os autores Heméritas e Maia (2006, p. 9) “a matriz curricular contemplava as disciplinas de Formação Geral e de Educação Profissional”. Já o ano 2000 significou o final do Ensino Integrado. A partir do ano 2001, 1º semestre, “os alunos tiveram a opção de matricular-se, independentemente, no Ensino Médio ou na Educação Profissional ou, até, em ambos”.

Discorrendo sobre o aumento da demanda, Heméritas e Maia explicam que:

Os números referentes ao Ensino Médio indicam crescimento da quantidade de inscritos de 36.745, em 1998, para 50.360 em 2004, ou mais de 37,05%. Com relação ao Ensino Técnico, o número de inscritos passou de 46.542, no 1º semestre de 1998, para 138.759, no 1º semestre de 2004, ou mais 198,13% (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 10).

9.2.3 Renda Familiar

Na análise da Renda Familiar (Fig.7) do ingresso dos candidatos aos cursos de Educação Profissional Técnico de Nível Médio, esclarecem os autores que houve um aumento dos candidatos, com renda familiar de 0-5 salários mínimos, de 32%, em 1995, para 66% em 2004, o que significa um crescimento na ordem de 106%. Havendo uma redução percentual das demais classes de renda familiar nesse mesmo universo. Heméritas e Maia concluindo a sua análise acrescentam ainda:

As mudanças ocorridas nos percentuais das classes de Renda Familiar são maiores até 1998. De 2002 a 2004 as diferenças, de segmento para segmento e de ano para ano, são menores e há relativa estabilidade nesses números. Conclui-se, assim, pelos dados obtidos, que os candidatos aos cursos do Centro Paula Souza provinham no ano de 2004, de estratos sociais com Renda Familiar menor que os do ano de 1995% (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 77).

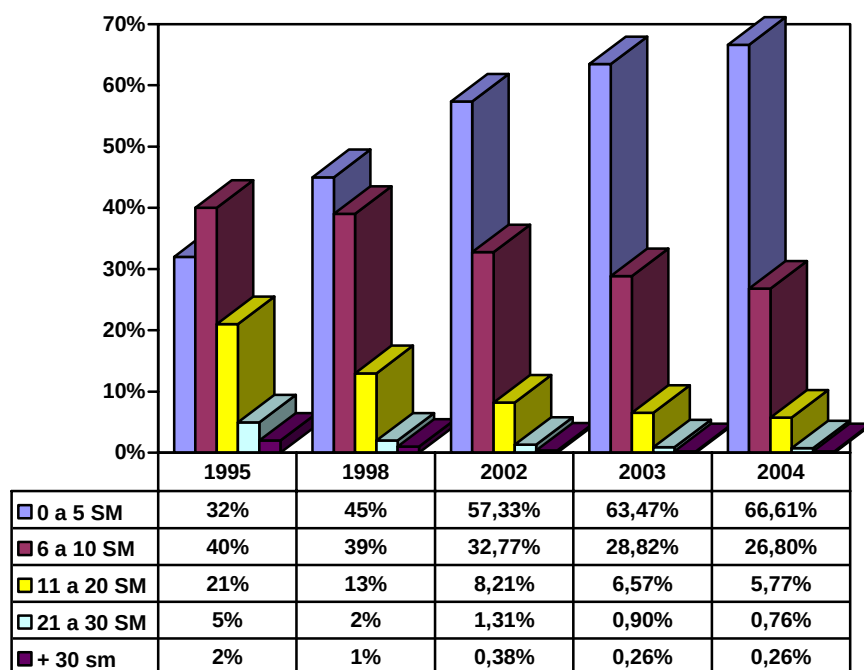


Figura 7 - Renda Familiar

Fonte: (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 76)

9.2.4 Faixa Etária

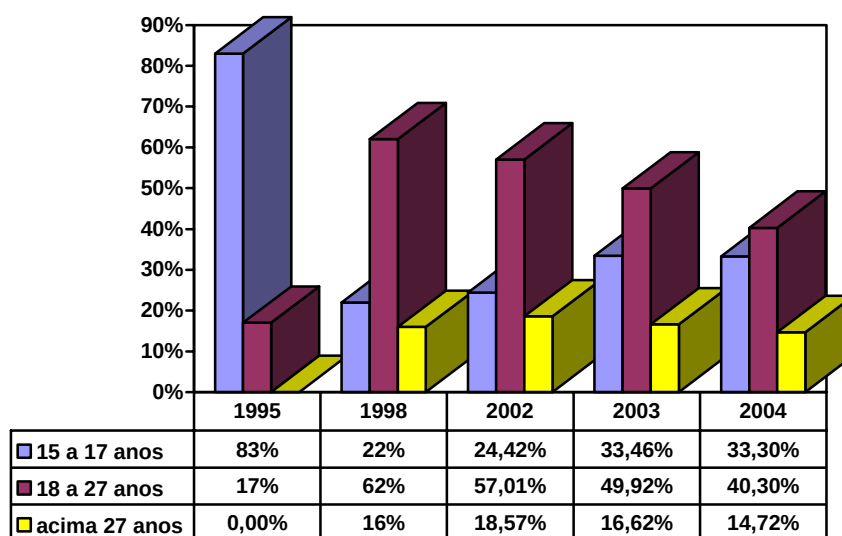


Figura 8 -

Faixa Etária

Fonte: (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 76)

Outro aspecto avaliado pela pesquisa do Centro Paula Souza, em relação aos ingressos nos cursos Técnicos de Nível Médio, foi a questão da faixa etária (Fig.8). Neste caso, segundo os autores, houve uma significativa redução do percentual dos candidatos ingressos na faixa etária de 15 a 17 anos, passando de 83% em 1995 para 33,30% em 2004, o que significa um decréscimo de 60%. Por outro lado, há um expressivo aumento de mais de 235% dos ingressos na faixa etária entre 18 e 27 anos, passando de 17% em 1995, para 40,30% em 2004, e na faixa etária acima dos 27 anos, de 1997 a 2004 um acréscimo de 14,72%. Encerrando sua análise a respeito da faixa etária, os autores escrevem:

Conclui-se, assim, pelos dados obtidos, que os candidatos aos cursos do Centro Paula Souza, apresentavam, no ano de 2004, idade superior à do ano de 1995 (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 79).

9.2.5 Aluno trabalhador

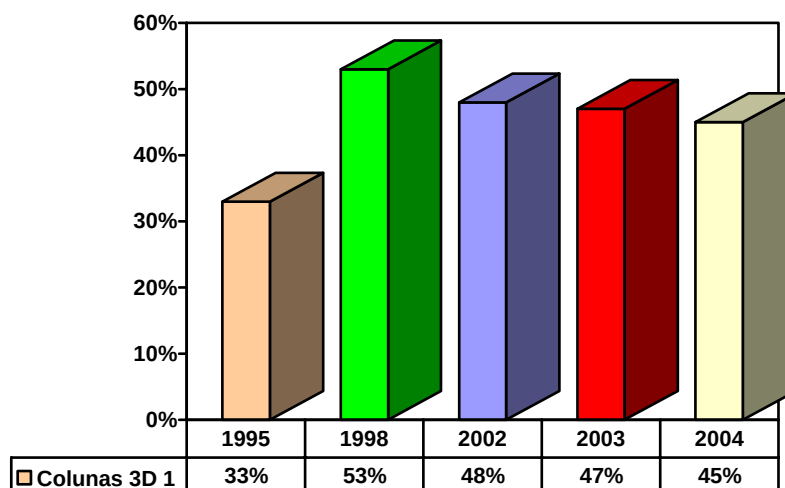


Figura 9 - Alunos Trabalhadores

Fonte: (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p.76)

Quanto à questão dos alunos trabalhadores, dado este não analisado na pesquisa socioeconômica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, Heméritas e Maia (2005, p. 81) acrescentam que há um significativo aumento percentual, nos períodos analisados, dos candidatos trabalhadores aprovados, passando de 33% em 1995 para 53% em 1998, com um acréscimo de 62 %. E no período entre 1995 e 2004 este aumento é de 36% (fig. 9). Encerrando sua análise a respeito do perfil socioeconômico dos ingressos no Centro Paula Souza, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concluem os autores:

Aumentou o número de trabalhadores ao longo do período pesquisado. Como conclusão final, pode-se afirmar, a partir das constatações apontadas, que o conjunto do alunado do Centro Paula Souza é hoje, em relação ao do ano de 1997, mais pobre, mais velho e constituído por mais pessoas que trabalham (HEMÉRITAS & MAIA, 2006, p. 79).

Contribuindo com a análise, Peterossi e Araujo (2003, p. 76-78 *passim*), acrescentam que o aluno tradicional da Rede Paula Souza, era o jovem de 14 e 17 anos, que procurava na escola técnica a alternativa de completar sua escolaridade de nível médio e já se preparar para um possível ingresso no mundo do trabalho. Findo o curso, pouco mais da metade ingressava no mercado de trabalho e os demais continuavam seus estudos para o nível superior. O ensino técnico oferecido

no período noturno passou a atender uma clientela com escolarização de entrada semelhante à do ensino superior, com o predomínio de trabalhadores adultos. Acrescentam ainda os autores que antes da reforma 83% dos alunos tinham entre 15 e 17 anos, depois dela, apenas 22% estão nesta faixa etária.

Com a reforma, o aluno dos cursos técnicos passa a ser o jovem adulto trabalhador, com idade superior a 20 anos, e que já concluiu sua escolaridade de nível médio. [...] O novo aluno passa a ser, preponderantemente, o jovem com mais de 19 anos (59,94%), com o Ensino Médio já concluído (70,74%), com renda familiar de até cinco salários mínimos, e que já se encontra trabalhando (48,43%). [...] O Ensino Técnico se tornou uma opção de continuidade de formação para adultos trabalhadores já portadores de escolaridade de nível médio. É um novo tipo de aluno, adulto e trabalhador que retorna à escola em busca da capacitação (PETEROSI & ARAUJO, 2003, p. 76, 78).

10. CONCLUSÕES

“[...] a quantidade é um elemento crucial da qualidade, uma qualidade sem quantidade é elitismo; uma qualidade com quantidade é democracia” (Professor GAUDÊNCIO FRIGOTTO, Brasília, 29 mar. 2006).

A reforma da educação profissional brasileira prescrita pela promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos dispositivos legais que a regulamentaram, com toda a sua complexidade, abrangência e polêmica, foi implantada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, atendendo orientações do MEC. As mudanças que se impuseram às instituições de educação profissional provocaram uma quebra de paradigmas e uma significativa ruptura do modelo tradicional de educação, em vigência por muitos anos e que “estava dando certo”, por algo novo, diferente e desconhecido, e, principalmente, por algo que teria vindo de cima para baixo. Em meio à publicação dos atos legais, o período de dois anos e o cenário de inconformidade e de insegurança que se estabeleceu, em especial, no CEFET-RS, discussões internas, eventos, conferências, participação em oficinas, autocapacitação de docentes e discussão de um novo Projeto Pedagógico, no ano de 2001, por determinação da SEMTEC/MEC, um novo modelo de educação foi apresentado à comunidade.

Foram anos de muitas discussões, avanços e retrocessos, marcados, principalmente, pela falta de diretrizes, ainda em construção, para pensar um novo

projeto de escola, uma nova proposta de educação profissional, que contemplando a legislação vigente viesse ao encontro, também, dos anseios da comunidade do CEFET-RS. A reforma estava posta e era necessário que nos apropriássemos dela e injetássemos em nossas ações a qualidade que sempre havia norteado o trabalho nessa instituição. A participação de cada docente foi valiosa, daqueles que acreditavam nessa nova forma de trabalho e daqueles que a criticavam com veemência. Dos primeiros vinha o incentivo, a vontade de acertar, o gosto pelo que estavam construindo, destes últimos, podia-se receber subsídios para a retomada de ações.

Passados dez anos, sete depois da implantação da reforma, nova polêmica se instala. À medida que foi revogado o Decreto 2.208/97 pelo 5.154/04 a comunidade escolar volta a se envolver em uma nova discussão. Muitos dos que antes eram contrário ao descolamento do Ensino Médio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, agora o defendem. Tudo por que, de certa forma, houve uma substancial transformação no perfil dos alunos que passaram a freqüentar o CEFET-RS, tanto no aspecto demográfico como socioeconômico. De acordo com Ciavatta (2005, p.102) há um déficit de pesquisas para conhecer os estragos e as conquistas decorrentes da imposição do Decreto nº. 2.208/97. Referindo-se a revogação do Decreto nº. 2.208/97 e a publicação do novo ato legal, Decreto nº. 5.154/04, Ciavatta faz as seguintes considerações:

A sua revogação e a aprovação do Decreto nº. 5.154 /2004 trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa de escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira. Mas está, também, em uma sinalização clara e efetiva do Ministério da Educação no papel de orientar e de apoiar os projetos de formação integrada (CIAVATTA, 2005, p.102).

Como se pode perceber nos dados da pesquisa socioeconômica e apesar da crítica acadêmica, surge no CEFET-RS, em relação à reforma da educação profissional, uma nova demanda. Voltam a freqüentar os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio alunos oriundos das classes C,D, e E, procedentes em sua grande maioria da escola pública, faixa etária elevada e que necessitam desta modalidade de ensino para sua inserção imediata no mercado de trabalho. Os alunos que procuram esses Cursos Técnicos, efetivamente, buscam uma profissionalização, talvez a única possibilidade de ascensão social,

diferentemente de outras ocasiões, quando os (as) alunos (as), na sua maioria, muitas vezes por força da vontade de seus pais, ingressavam na Instituição para terem a oportunidade de freqüentar um Ensino Médio de qualidade e recebiam, como “prêmio de consolação”, uma habilitação técnica. Se por motivos vários não concluíam os quatro anos, abandonavam a Escola sem nenhuma certificação, e se os concluíam, seguiam muito freqüentemente profissões diferentes daquelas nas quais tinham logrado aprovação.

Já o Ensino Médio, hoje, continua recebendo um aluno bastante jovem, que procura a Instituição muito mais pelo seu Ensino Médio de qualidade e com o objetivo de prestar vestibular e posterior acesso ao nível superior. Esse jovem, até pela sua baixa faixa etária, ainda não tem interesses imediatos na escolha profissional dos cursos técnicos oferecidos pela instituição.

Também é interessante apontar, que o aumento da faixa etária, não é um fenômeno apenas localizado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, mas sim, repete-se em nível do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado de São Paulo, na rede Paula Souza e no país, como um todo, atingindo, uma média nos últimos seis anos de 82%, com a faixa etária acima dos dezoito anos.

A faixa etária do ingresso no Ensino Médio no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, concentra-se nos quatorze anos, com um índice superior a 75%.

Por outro lado, os alunos ingressos do Ensino Médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, em sua grande maioria (71,9%), participam de cursinhos preparatórios, para prestarem o processo seletivo, sendo que 30%, por um período de até um ano. Já, dos alunos que procuram os cursos Técnicos de Nível Médio, somente 27,4% freqüentam cursos preparatórios.

Em cima dessas questões, cabem algumas considerações: se a separação ou descolamento da Educação Profissional do Ensino Médio, nas escolas profissionalizantes, traz de volta o dualismo na educação brasileira, do qual o “Ensino Médio é sua maior expressão” (FRIGOTO *et al*, 2005, p.31) e é onde também se revela com mais evidência a contradição fundamental entre o capital e o trabalho, traz de volta também um estudante, há muito excluído do sistema educacional, muitas vezes um trabalhador desqualificado, que necessita de uma profissão técnica e que não teve anteriormente, em idade regular, acesso à escola profissionalizante, pública e gratuita. Segundo Frigotto *et al* (2005):

A literatura sobre a dualidade na educação brasileira é bastante vasta e concordante quanto ao fato de ser o Ensino Médio sua maior expressão. De fato, o Ensino Médio, ainda é o grande “nó” do ensino brasileiro, não sendo muito clara ainda a sua principal função, razão pela qual ser, neste nível de ensino, onde se revela com mais evidência a contradição entre capital e trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 31).

Ponderando-se a reflexão dos autores, propõe-se o seguinte questionamento: se a Educação Profissional Técnica ministrada pelas instituições públicas, principalmente as Escolas Técnicas Federais, destina-se à formação para o mundo do trabalho ou para uma formação propedêutica visando a preparação para o vestibular? Até acreditamos que seja para ambas, mas qual a prioridade?

Não podemos deixar de lembrar que as instituições federais, públicas, gratuitas e de altíssima qualidade, são muito poucas no contexto nacional, representando um percentual de 4,32%, com 10,73% da matrícula nacional e detendo 9,23% das ofertas de habilitações técnicas, daí a possibilidade de ficarem elitizadas sim, queiramos nós ou não. Nesse sentido temos pensado em uma frase citada por Gaudêncio Frigotto, em 29 de março de 2006, durante conferência de encerramento da “**1º Jornada de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica**” realizada em Brasília. Disse o conferencista que: “**[...] a quantidade é um elemento crucial da qualidade, uma qualidade sem quantidade é elitismo. Uma qualidade com quantidade é democracia**”, referindo-se, exatamente, ao excelente desempenho das Escolas Técnicas, porém, são poucas para atenderem aos interesses da sociedade, e as dimensões continentais do país e, conseqüentemente, deduzimos que são escolas para muito poucos, portanto, elitizadas.

Acrescentamos, também, que é interessante observar que das 744.690 matrículas nos cursos Técnicos de Nível Médio no Brasil, no ano de 2006, segundo o Censo Educacional MEC/INEP - 2006, 54,79% estão no segmento privado, 31,38% no público estadual e 3,10% no público municipal (tab. 20).

Tabela 20 – Número de Estabelecimentos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, número de cursos oferecidos e número de matrículas por Dependências Administrativas – 2006 (FA e %).

	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total
Número de Estabelecimentos	144 4,32%	727 21,80%	127 3,81%	2.337 70,07%	3.335 100%
Número de cursos oferecidos*	733 9,23%	1.589 20 %	279 3,51%	5.339 67,24%	7.940 100%
Número de Matrículas	79.878 10,73%	233.710 31,38%	23.074 3,10%	408.028 54,79%	744.690 100%
Censo Escolar da Educação Profissional Técnica de Nível Médio-MEC/INEP 2006 (*2005)					

Nesse contexto, cabe perguntar: Qual é a função social das Escolas Técnicas Federais? Formar técnicos de Nível Médio para os que necessitam de uma profissão imediata e que possam também atender aos setores produtivos convencionais? Ou apenas ofertar Ensino Médio, tipo “venda” casada, com cursos técnicos como hobby para jovens de classe média, que não tem interesses na profissionalização adjacente? Acreditamos que essa questão precisa ser examinada com cautela.

A discussão a ser feita deve estender-se além do tema da dualidade do Ensino Médio, abrangendo igualmente a questão de como manter esse novo estudante, que passou a freqüentar tal modalidade de ensino, na escola pública, gratuita como são as Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológicas em um país com tantas desigualdades sociais. Como impedir a elitização das escolas profissionalizantes, evitando, também, que elas não percam seu “foco” principal que é a formação profissional, sem excluir os que mais dela precisam? De acordo com Werlang:

Qualquer que seja a opção da escola esta tem de considerar que todo o processo de ensino-aprendizagem, e portanto o Ensino Profissionalizante, não pode perder de vista a sua dimensão social e a sua busca incessante de igualdade de oportunidades aos indivíduos, de forma a levá-los a sua realização enquanto sujeito-cidadão e conviver com as transformações do mundo da ciência e da tecnologia (WERLANG, 1999, p. 78).

Durante a vigência do Decreto nº. 2.208/97, as escolas permitiam ao estudante fazer sua opção, por uma ou por outra modalidade de ensino ou por ambas, de forma concomitante. Portanto, nunca se extinguiu de fato, ou se retirou o Ensino Médio da formação técnica, mas, sim, permitiu-se que o estudante pudesse construir seu currículo, optando em fazer o seu Ensino Médio, onde mais lhe fosse

conveniente, podendo inclusive fazê-lo de forma paralela ao Curso Técnico, em qualquer outra escola, ou ainda, concluir primeiramente o Ensino Médio e, após, de forma seqüencial, então optar pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio ou Tecnológico.

Ao revogar-se o Decreto nº. 2.208/97 e incentivar-se a adoção da forma integrada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, proposta pelo Decreto nº. 5.154/04, não estaremos novamente excluindo quem mais precisa da escola profissionalizante, pública e gratuita como a classe trabalhadora, e de nível socioeconômico mais baixo? Snyders (2005) em seus estudos e fundamentado na idéias de Illich, traz-nos uma reflexão:

Nas sociedades industrializadas e ricas, os pobres deixam-se constantemente atrasar: os excluídos do ensino, os que vão ser recusados pela escola, pouca esperança têm de acesso a situações de interesse; em breve terão dificuldade em encontrar trabalho a não ser que se alistem no exército da reserva de mão-de-obra ocasional e precária (SNYDERS, 2005, p. 29).

É verdade que o Decreto nº. 5.154/04 deixa em aberto a adoção das outras duas formas de oferta: concomitante e subsequente, mas a forma integrada volta a ser possível e a simpatia dos órgãos governamentais por ela, é evidente e muito forte. Com a oferta da forma integrada, poderá voltar a freqüentar a escola o estudante mais abastado, principalmente aquele oriundo de boas escolas e com condições de pagar um curso preparatório para participar do processo seletivo, que continuará altamente concorrido. E esse estudante, com toda a certeza, salvo algumas exceções, terá seu olhar voltado ao vestibular e o conseqüente acesso ao Ensino Superior. O que também é eqüitativo.

Baudelot-Establet, apud Snyders ensina que:

A escola favorece os socialmente privilegiados; desvaloriza os outros; é aos herdeiros de situações privilegiadas que cabe os sucessos escolares, a possibilidade de uma escolaridade prolongada, o acesso à Universidade, portanto, aos postos dirigentes, aos quais sob a forma direta ou implícita são atribuídas as mais elevadas classificações, que já vão em massa para aqueles cuja família já está instalada em posição dominante[...] (SNYDERS, 2005, p. 17).

Não discordamos de Gramsci, Marx, Engels, e outros pensadores, e educadores quanto à questão da escola unitária, integrada. Entendemos, no entanto, que devemos fazer uma discussão a respeito de como, em um país com tanta desigualdade social, podemos preservar também o direito daquela minoria que

não terá como ter acesso à educação profissional, pública e gratuita que, de certa forma, para ela foi criado.

Preocupa-nos esse jovem das classes C,D, e E, hoje estudante do sistema CEFET-RS na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde a maior parcela possui renda familiar de até três salários mínimos e manifestadamente confirma que precisa de uma profissionalização para seu sustento. Terá ele acesso a nova modalidade de educação profissional integrada?

Snyders (2005, p. 20) escreve que é a “desigualdade social que comanda a desigualdade escolar”. Nesse sentido, procurando responder o questionamento acima, é deveras provável que esse estudante ficará sem ter acesso ao sistema pois, com toda a certeza, o processo seletivo, altamente concorrido, o eliminará de vez.

Assim, para afastar as classes populares, já não se atua por exclusão, por oposição absoluta, aqueles que já estão dentro do sistema escolar e os que ficam de fora, isto é, na fábrica ou no campo: procede-se por várias sábias gradações e sabiamente dissimuladas, que vão dos estabelecimentos, seções, disciplinas ligadas às melhores possibilidades de êxito posterior, tanto escolar como social, até aos diferentes graus de relegação. A discriminação das classes populares faz-se pouco a pouco, com brandura – e assim se consegue dissimulá-la melhor (SNYDERS, 2005, p. 21).

Por outro lado, embora já tenhamos constatado na pesquisa socioeconômica que a maioria dos ingressos ao Ensino Médio, das classes A,B,C, ambicionam o ensino superior, o qual achamos mais do que justo, e os ingressos aos cursos Técnicos de Nível Médio, almejam uma profissionalização imediata, não se fez nenhuma pesquisa com esse aluno, ou seus familiares, agora já no sistema CEFET-RS, para sabermos de suas intenções, ou se mudaram seu posicionamento. Qual será sua opinião? Qual será a opinião de todos aqueles que já foram excluídos no processo seletivo, e que são uma expressiva maioria? Acreditamos que essa questão mereça outro debate, uma nova pesquisa. Snyders (2005) em seus estudos escreve:

É que os debates são conduzidos por representantes de classes sociais para quem o único risco de eliminação é o exame; o ponto de vista das classes sociais, condenadas à auto-eliminação não tem ensejo para se exprimir. A perspectiva ilusória que leva a supor que o *cursus* escolar depende do resultado do exame quando, na realidade, é muitíssimo mais importante encarar o caso de todos aqueles que não teriam tido acesso à sala de exame, reflete no plano ideológico, um egocentrismo ingênuo, voluntariamente ingênuo, das classes privilegiadas (SNYDERS, 2005, p. 21).

Gadotti (2003) contribuindo para nossa reflexão, traz no capítulo dedicado a “Crítica da Educação Burguesa” e pautado pelos ensinamentos de Marx e Engels na “*Ideologia Alemã*” o seguinte ensinamento:

A escola capitalista é essencialmente divisionista, reprodutora e conspiradora. Como os trabalhadores não dispõem de tempo livre para o estudo e a pesquisa, não conseguem superar as etapas do ensino que os filhos das classes dominantes conseguem superar com facilidade (GADOTTI, 2003, p. 59).

Ao procurar respostas a essas questões, encontramos mais uma vez em Baudelot-Establet, *apud* Snyders (2005) a reflexão a respeito da escola dual ou unitária que, segundo os autores

[...] a escola única não é única, não pode sê-lo numa sociedade dividida em classes; a cultura dispensada pela escola não é uma; seus itinerários, seus fins, não são apenas diferentes, mas opostos, tudo quanto se passa na escola é atravessado pela divisão de classes antagonistas [...] (SNYDERS 2005, p. 17).

Podemos pressupor, então, que enquanto existir uma sociedade de classes, a escola será inevitavelmente uma escola de classes, razão pela qual jamais a escola vai oferecer a todos iguais oportunidades de promoção social e de afirmação pessoal. No caso da escola profissionalizante pública, criada para os trabalhadores e seus filhos, por ser de excelente qualidade, acaba sendo absorvida pela classe burguesa, que vê nela, agora, uma excelente oportunidade para os seus e para sua classe social, porém, com outra finalidade e missão.

Na mesma publicação, Bourdieu-Passeron, ao procurar decifrar as desigualdades na escola, assim se expressam:

[...] É, portanto, a desigualdade social que comanda a desigualdade escolar, que constitui a realidade da desigualdade escolar: a hierarquia dos estabelecimentos de acordo com o prestígio escolar e com o rendimento social dos títulos a que conduzem corresponde estritamente à hierarquia destes estabelecimentos segundo a composição social do seu público (SNYDERS 2005, p. 20).

Marx em a Crítica do Programa de Gotha (MARX & ENGELS, 2004), faz também relevante reflexão em relação a educação popular geral e igual a cargo do Estado.

Educação popular igual? Que se entende por isso? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário assalariado, mas também do camponês? (MARX & ENGELS, 2004, p. 101).

Recorrendo a Pierre Bourdieu (2004) em seu questionamento e interrogação sobre a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais, ensina o sociólogo, que se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, in NOGUEIRA & CATANI, 2004, p.53).

Gramsci (1982) também chama a atenção para a questão das desigualdades. Segundo o autor, os jovens das classes mais favorecidas têm em sua vida familiar um ambiente que lhes facilita a carreira escolar. Os alunos urbanos, pelo fato de viverem nas cidades, também dominam noções e aptidões importantes para a aprendizagem. Gramsci defende que na escola unitária devem-se criar condições para que todos os indivíduos tenham acesso a esse repertório de informações que facilitam o processo de ensino aprendizagem. A criação de uma rede de auxílios à infância que atuem paralelamente à escola unitária, também é prevista e tem como objetivo desenvolver nas crianças noções e aptidões pré-escolares, assim como certa disciplina coletiva.

No caso do Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas, principalmente, na rede das Escolas Técnicas, como criar essas condições para que os indivíduos menos favorecidos, excluídos, marginalizados em nossa sociedade, possam ter acesso e permanência a essas instituições, conforme propõe Gramsci?

Ao encerrarmos este trabalho, mas não esse estudo, que ainda necessita de muitas e muitas considerações, deixamos uma dentre tantas reflexões que merecem ser trabalhadas.

A História da Educação Profissional Brasileira, presente nos últimos 500 anos, foi pontuada pela chegada dos Jesuítas em nosso país, caracterizando-se desde lá, pelo imprevisto para atender às necessidades mais prementes, sendo modificada por leis, decretos e resoluções que, ou atendiam os interesses de alguns ou

evidenciavam a vaidade de outros que queriam deixar escrito seu nome na história deste país.

Os anos se sucederam, e chegamos aos nossos tempos, onde a realidade não é tão diferente assim. Nos palanques, fala-se da importância de uma educação profissional, fala-se da qualidade de nossas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, mas descuida-se de suas carências mais básicas, como número de professores compatíveis com as necessidades dessas instituições, de recursos para equipar e modernizar seus laboratórios; supre-se a carência de professores por professores substitutos que, mesmo com a competência que têm, não atendem as nossas necessidades por serem temporários e, por isso, terem que ser substituídos a cada dois anos, o que provoca uma rotatividade perniciosa ao ensino e à educação. Busca-se, através da simples revogação de um dispositivo legal por outro, resolver os problemas que não são de origem tão simples, mas que passam pelas dificuldades enfrentadas por jovens e adultos, desde seus ingressos na escola (aqueles que nela um dia conseguiram ingressar...); passam pelo descaso evidente e descabido com os problemas educacionais que se avolumam e, apenas enfeitam os programas de governo; passam pelos cursos de formação de professores, quer sejam eles de formação regular ou de capacitação; passam por investimentos nessa área, o que muitos, ou a grande maioria chama de custo/aluno.

Em nome da solução desses e de outros tantos problemas, aqui não relacionados, criam-se novas escolas, novas unidades de ensino que terão essas e outras tantas dificuldades, bem maiores do que as aqui enumeradas, porque nascem em condições mínimas de funcionamento e assim permanecem no decorrer do tempo.

É necessário que compreendamos que educação de qualidade, para todos e em todos os recantos deste País e, muito especialmente a educação profissional, necessita, para cumprir seu verdadeiro papel, de políticas públicas sólidas, duradouras, não “eternas”, que reconheçam o valioso investimento que se faz quando nos apropriamos do verdadeiro sentido do que é educar, do que é oferecer educação profissional com o propósito de preparar trabalhadores para o mundo do trabalho e não simplesmente jogá-los num mercado cruel, que os descarta na primeira inovação que se faz sentir sob a alegação de que, nesse posto, não há mais lugar para eles.

No ano de 2009, serão celebrados 100 anos de criação das Escolas Técnicas Federais. Um século de história não pode ser esquecido nem desprezado, pois que essas instituições, enquanto escolas públicas, gratuitas e de qualidade, são ainda um grande marco de referência para a História da Educação Profissional Brasileira, exemplo a ser seguido. Não obstante, é mister que essas instituições federais repensem constantemente seu saber e modifiquem suas atuações, no sentido de, e acima de tudo, permitir a universalização da educação profissional, também para os mais desfavorecidos. Temos clareza das dificuldades de atingirmos tal objetivo, sobretudo por vivermos em uma sociedade capitalista, perpassada pela divisão social do trabalho, contudo, buscar este ideal é imprescindível.

Neste novo século, caracterizado pela sociedade do conhecimento, cujos avanços tecnológicos nos surpreendem a cada dia, as Escolas Técnicas, Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica muito têm a contribuir na formação do homem, um novo trabalhador, comprometido com o seu tempo, concebendo-o um ser mais criativo, mais adaptável às rápidas mutações a que todos estamos sujeitos. Homem este, conhecedor das necessidades de preservação do seu meio ambiente, capaz de perpetrar uma leitura político-social da sua coletividade e consciente de sua competência para mudá-la.

No dizer de Nilo Peçanha:

“O ensino profissional, técnico e prático, abrigando uma infância abandonada e delinqüente, está fundado em todos os Estados do Brasil, transformando uma sociedade de burocratas em um povo de trabalhadores. O Brasil sentiu bem n’esta reforma, que não lhe bastava crear a machina; era preciso fazer o homem também” (PEÇANHA, [191_], p. 284).

A idéia de criar a máquina, nos tempos de hoje, não pode estar atrelada a simples conceituação de que a máquina se basta por si só. A máquina foi criada por um homem que tem sentimentos, que tem medos, que tem esperanças, que constrói seus próprios conhecimentos, conhecimentos esses que irão influir na construção de outros tantos conhecimentos, de tantos e tantos cidadãos que estão ao seu redor.

Avaliar o real significado da oferta de uma educação profissional de qualidade e compatível com o mundo do trabalho é buscar nesse mundo do trabalho o significado do sentido da palavra cidadão. Não se pode pretender que os trabalhadores desse nosso país armazenem informações a respeito de uma profissão e se considerem “eternamente” detentores de conhecimentos capazes de

os definirem como profissionais competentes. A competência implica o atualizar-se dia-a-dia, o buscar as informações, o descobrir, o criar.

A história da educação profissional brasileira carece de um capítulo onde esteja claro que a máquina, o avanço tecnológico, os conhecimentos do mundo e da vida, estão associados à formação de um cidadão crítico, pró-ativo e cômico de suas responsabilidades, onde se possa perceber que a oferta dessa modalidade de educação está embasada em um projeto de mundo, em um projeto de cidadão, em que as diferenças sociais devem ser respeitadas e as individualidades tratadas como tal, sem esquecer que a todos, indistintamente, devem ser dadas todas as oportunidades para o acesso a uma educação de qualidade. Pensar educação profissional é pensar uma educação que esteja ao alcance daqueles que realmente a desejem e para um mundo que, diuturnamente, está a clamar por um trabalhador com capacidade de criar, enfrentar obstáculos, liderar e saber ser liderado, conviver com todos, respeitando-os como cada um é, fazer escolhas e escolher, é, enfim, pensar uma educação que não se restrinja a informar, mas, sobretudo, se proponha a formar.

Eis aí o nosso grande desafio: **fazer o homem!**

[...] Formar seres humanos para o presente, qualquer presente. Seres nos quais qualquer outro ser humano possa confiar e respeitar, seres capazes de pensar tudo e de fazer o que é preciso como um ato responsável a partir da sua consciência social.

Humberto Maturana

11. REFERÊNCIAS

Um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número e tipos de fontes a que se recorreu e com quanto maior rigor tenha sido exercido o trabalho de confronto com elas (LOPES&GALVÃO, 2001, p. 93).

ALTHUSSER, Louis. ***Aparelhos Ideológicos de Estado***. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A Educação Brasileira no Período Republicano*. In. BREJON, Moysés. Org. ***Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras***. 24 ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. ***História da Educação***. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

Aristóteles, s.d., livro IV, cap. 8, parágrafo 2º. In: CUNHA, Luiz Antonio. ***O Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata***. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. ***O longo século XX***. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. ***A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil***. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *O Estado, a política educacional e a regulação do setor de educação no Brasil: uma abordagem histórica*. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. Orgs. ***Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos***. São Paulo: Cortez, 2004.

BARREIRA, Luiz Carlos. ***História e Historiografia: As escritas recentes da História da Educação Brasileira (1971-1988)***. (Doutorado em Filosofia e História da Educação) Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação. Campinas, SP. 1995.

BABBIE, Earl. ***Métodos de Pesquisa de Survey***. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BANCO MUNDIAL. ***Informe sobre el desarrollo mundial 1991: la tarea acuciante del desarrollo***. Washington, 1991.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Org. ***Tecnologia & Interação***. Curitiba: CEFET-PR, 1998.

BRANDÃO, Mariza. ***Da Arte do Ofício à Ciência da Indústria: A conformação do Capitalismo Industrial no Brasil vista através da Educação Profissional***. Boletim Técnico do SENAC, v.25, n.3, set./dez.1999. Disponível em:<<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/253/boltec253b.htm> > acesso 11 jan. 2007, 00:07.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >Acesso jun. 2007.

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. *Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte*.

BRASIL. MEC / SEMTEC. **Educação Tecnológica: Legislação Básica**. Brasília: SEMTEC, 1994.

BRASIL. **Educação Profissional: Legislação Básica**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2001.

BRASIL. **Educação Profissional: Legislação Básica**. Brasília: MEC/SETEC, 2005.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *A Educação na Constituição de 1946*. In FÁVERO, Osmar. Org. **A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 -1988**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **“A educação brasileira e a sua periodização”: Vestígio de uma identidade disciplinar**. In Revista Brasileira de História da Educação – SBHE – Jan./Jul. 2003. nº. 5. p. 43-68.

CALVI, Lourdes Margareth. **As transformações sociais e a instrução pública - Uma análise dos projetos de reforma educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879**. Maringá: UEM, 2003 [Dissertação de Mestrado].

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis: RJ. Vozes, 1998.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980.

CARVALHO, Laerte Ramos. **A Educação Brasileira e a sua Periodização**. In. Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. Jul./Dez. 2001. nº. 2. p.137-152.

CASTRO, Cláudio de Moura. Oficinas mecânicas para formar advogados? **Revista Veja**, n. 1520, p.142, nov.1997.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Despertar do Gigante: Com menos ufanismo e mais direção, a educação brasileira acorda**. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2003.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Crônicas de uma Educação Vacilante**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

CASTRO, Cláudio de Moura Castro. Há novos rumos para a educação no Brasil? In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Orgs. ***Novo Modelo de Educação para o Brasil***. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CATANI, A.D. ***Formação Profissional***. In: _____.Org. Dicionário Crítico. Sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CERQUEIRA, João da Gama. ***Tratado da Propriedade Industrial***. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1946, Vol. I, Parte I.

CHIZZOTTI, Antônio. *A Constituinte de 1823 e a Educação*. In FÁVERO, Osmar. Org. ***A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 - 1988***. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

CIAVATTA, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. Orgs. ***Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições***. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. Orgs. ***Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições***. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. Parecer ao projeto de Dissertação de Mestrado: ***O Resgate Histórico da função social da educação profissional brasileira à luz do decreto 2.208/97: Um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS***. Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Maurício. ***Globalização exige mais educação***. Gazeta Mercantil, São Paulo, 26 nov.1996.

CUNHA, Luiz Antônio C.R. ***Política Educacional no Brasil: A Profissionalização no Ensino Médio***. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca LTDA, 1977.

CUNHA, Luiz Antonio. ***O Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata***. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005a.

CUNHA, Luiz Antonio. ***O Ensino de Ofícios nos primórdios da industrialização***. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005b.

CUNHA, Luiz Antonio. ***O Ensino profissional na irradiação do industrialismo***. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005c.

DECCA, Edgar Salvadori. *Questões Teórico-Metodológicas da História*. In. SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. ***História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual***. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Questões Teórico-Metodológicas da História da Educação*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. ***História e História da***

Educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL in: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1977. 7. v. p. 3636.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Instrução Elementar no século XIX*. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. Orgs **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão**. In: Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação – v. 22, n.01, jan./jun.2004. UFSC, Florianópolis, 2004.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1910 -40)**. João Pessoa: A União, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIDALGO, Fernando, MACHADO, Lucila. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2000.

FONSECA, Celso Suckow da Fonseca. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA 1986a. v.1.

FONSECA, Celso Suckow da Fonseca. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA 1986b. v.2.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho Franco. SAUERBRONN, Sidnei. **Breve Histórico da Formação Profissional do Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 7º ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Orgs. **Ensino Médio: Ciência, cultura e trabalho**. SETEC. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. Orgs. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Orgs. **A Formação do Cidadão Produtivo: A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. 12. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História da Idéias Pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2005.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. ***História da Educação***. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. ***História da Educação Brasileira***. São Paulo: Cortez, 2006.

GIANINI, Rivo. *O Ensino Profissional no Brasil: das artes e ofícios dos tempos coloniais ao fim da República Velha*. In GRANATO, Terezinha Accioly Corseuil. org. ***A Educação em Questão: Novos caminhos para antigos problemas***. Petrópolis: Vozes, Universidade Católica de Petrópolis, 2000.

GRAMSCI, Antonio. ***Os Intelectuais e a organização da cultura***. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1982.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. Org. ***Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas***. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HAIR JR, Joseph F. ***Fundamentos de métodos de pesquisa em administração***. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *A Instrução Popular no Brasil, antes da República*. In. BREJON, Moysés. Org. ***Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras***. 24 ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, TANURI, Leonor Maria. *Educação Básica no Brasil: Dos primórdios até a primeira Lei de Diretrizes e Bases*. In MENEZES, João Gualberto de Carvalho. BARROS, Roque Spencer Maciel de. et alii. ***Estrutura e Funcionamento da Educação Básica***. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2004.

HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII*. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Orgs. ***Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação***. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HEMÉRITAS, Adhemar Batista. MAIA, Luís Carlos Zanirato. ***Reflexos da Reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo***. Campinas: Editora Komedi, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. ***História da Educação Brasileira: Leituras***. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBSBAWM, E. ***Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. *A Educação no Congresso Constituinte de 1966-1967*. In FÁVERO, Osmar. Org. ***A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 -1988***. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. – A Época Colonial: Administração, Economia, Sociedade**. Tomo I, v.2. 6.ed. São Paulo: Difel, 1985.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Modernização Tecnológica e Formação Técnico Profissional no Brasil: Impasses e desafios**. Brasília: IPEA, 1993.

KUENZER, Acácia. Ensino de 2º Grau: **O trabalho como princípio educativo**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. *A reforma do Ensino Técnico no Brasil e suas conseqüências*. In: FERRETI, Celso J. SILVA JR, João dos Reis. OLIVEIRA, Maria Rita N.S. Orgs. **Trabalho, Formação e Currículo: Para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado neoliberal** – 3º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia. Org. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAUDARES, João Bosco; FIÚZA, Jalmira Regina; ROCHA, Simone. *Educação Tecnológica: Os impactos nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos dos CEFETs Minas Gerais e Paraná pelos Decretos 2.208/97 e 5.154/04*. In: ARANHA, Antonia Vitória S., CUNHA, Daysi Moreira, LAUDARES, João Bosco. Orgs. **Diálogos sobre Trabalho: Perspectivas multidisciplinares**. Campinas: Papirus, 2005.

LEMME, Paschoal. **Educação Democrática e Progressista**. São Paulo: Editorial Pluma, 1961.

LEMOES, Renato do Couto Neto. **Benjamin Constant: Biografia e Explicação Histórica**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº. 19, 1997. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/210.pdf>> Acesso em 20 jun.16 horas.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. São Paulo: Ed. Harbra, 1987.

LOMBARDI, José Claudinei Lombardi, JACOMELI, Mara Regina M, SILVA, Tânia Mara T. **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira Concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados HISTEDBR; UNISAL, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval, Orgs. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LOPES, Eliane M.T.; GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em Debate: A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX*. In. STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Orgs. ***Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol.2: Século XIX***. Petrópolis: Vozes, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. ***História da Educação***. São Paulo: Cortez, 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. ***Educação Profissional no Brasil***. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. ***Textos sobre educação e ensino***. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MATTOS, Luiz Alves de. ***Primórdios da Educação no Brasil: O período heróico (1549 a 1570)***. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. ***Educação Profissional: Uma visão Histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998)***. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: RS, 2002.

MIDDLETON, John. ***Vocational Education and training***. 3. ed. World Bank Discussion papers, nº. 51, Washington: World Bank, 1993.

MIRANDA, M. do Carmo T. de. ***Educação no Brasil: esboço de estudo histórico***. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

MOACYR, Primitivo. ***A instrução e o Império – Subsídios para a história da educação no Brasil (1850-1887). Vol. 2***. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *Instrução “Popular” e Ensino Profissional: Uma Perspectiva Histórica*. In. VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Orgs. ***Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação***. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NAGLE, Jorge. ***A Reforma e o Ensino***. São Paulo, EDART; Brasília, INL, 1976.

NAGLE, Jorge. *Questões Relativas à Trajetória da Pesquisa em História da Educação no Brasil*. In. SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. ***História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual***. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

NAGLE, Jorge. ***Educação e Sociedade na Primeira República***. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NETO, Othílio Magela. ***Quinhentos anos de História do Ensino Técnico no Brasil: de 1500 ao ano 2000***. Belo Horizonte: CEFET MG, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio. Orgs. Pierre Bourdieu: ***Escritos de Educação***. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOSELLA, Paolo. ***A escola de Gramsci***. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓVOA, António. In: SAVIANI, Dermeval, ALMEIDA, Jane Soares, SOUZA, Rosa de Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa. ***O Legado Educacional do Século XIX***. Campinas: Autores Associados, 2006.

NUNES, Maria Thétis. ***Ensino Secundário e Sociedade Brasileira***. 2.ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 1999.

OLIVEIRA, Ramon de. ***Agências Multilaterais e a Educação Profissional Brasileira***. Campinas: Editora Alínea, 2006.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *A Educação na Assembléia Constituinte de 1946*. In FÁVERO, Osmar. Org. ***A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 - 1988***. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

PAIR, Claude. *A Formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanhã*. In: DELORS, Jaques. Org. ***A Educação para o Século XXI: Questões e perspectivas***. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PAIVA, Vanilda. ***Um século de educação republicana***. In: Revista Proposições, UNICAMP – jul./ 1990 - nº. 2.

PAIVA, José Maria de. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial*. In. LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia. Org. ***500 Anos de Educação no Brasil***. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEÇANHA, Nilo. ***Impressões da Europa (Suíça, Itália, Espanha)***. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, [191_].

PEIL, João Manoel. ***Estudo da Importância das Escolas Técnicas Federais no Contexto da Educação Brasileira***. Pelotas: Gráfica da Escola Técnica Federal de Pelotas, 1995.

PEREIRA, Eva Waisros. TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *A educação básica redimensionada*. In. BRZEZINSKI, Iria. Org. ***LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam***. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. ***História & História Cultural***. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSOA, Fernanda. ***Legislação Educacional 3 em 1: Constituição – LDB –ECA***. São Paulo: R.C.N. Editora e Distribuidora, 2005.

PETEROSS, Helena Gemignani. ARAÚJO, Almério Melquíades de. *Políticas Públicas de Educação Profissional: Uma Reforma em Construção no Sistema de*

Escolas Técnicas Públicas em São Paulo. In. SEVERINO, Antônio Joaquim, FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Orgs. **Políticas Educacionais: O Ensino Nacional em Questão**. Campinas: Papirus, 2003.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **História da Educação**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

PNE - **Plano Nacional de Educação – A proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte: Ponto Gráfico, 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006a.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006b.

PUCCI, Bruno. *Considerações sobre a Formação do Professor de Educação Profissional*. in. RIVERO, Cléia da Luz, JUNIOR, Waldemar de Oliveira. Orgs. **Educação Profissional: caminhos na formação do professor**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da Educação?** Educar Curitiba, nº. 18. p 13 a 28. Curitiba: Editora da UFPR. 2001.

RAMOS, Marize. *A Reforma do Ensino Médio Técnico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica: Da Legislação aos Fatos*. In. FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Orgs. **A Formação do Cidadão Produtivo: A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

REIS, José Carlos. *Os Annales: A renovação teórico-metodológica e “utópica” da História pela reconstrução do tempo Histórico*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís. Orgs. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. 18 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **O Ensino Industrial: Memória e História**. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Orgs. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, Vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/ 1973)**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do Mestre Artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANDER, Benno. **Educação Brasileira: Valores formais e valores reais**. São Paulo: Pioneira; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar; São Paulo: Fundação Biblioteca Patrícia Bildner, 1977.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas: Reconstruindo o Conceito*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. Org. **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

SANTOS, Jailson Alves dos. *A Trajetória da Educação Profissional*. p. 205-224, In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. Orgs. **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Sandro. *Expansão do ensino técnico abre 74 mil vagas*. Boletim MEC/SETEC. 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Educação e Colonização: As idéias pedagógicas no Brasil*. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Org. **Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol.1: Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Vozes, 2004a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2004b.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

SAVIANI, Dermeval, ALMEIDA, Jane Soares, SOUZA, Rosa de Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006a.

SAVIANI, Dermeval, ALMEIDA, Jane Soares, SOUZA, Rosa de Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas: Autores Associados, 2006b.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000.

SHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n.37,p.59-84, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100004&script=sci_arttext> Acesso em 23 maio de 2007, 23h15min.

SILVA, Geraldo Bastos da Silva. **A Educação Secundária: Perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Marinete S. **A educação brasileira no Estado Novo**. São Paulo: Livramento/Panorama, 1980.

SIMONSEN, Roberto C. ***História Econômica do Brasil: 1500/1820***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SNYDERS, Georges. ***Escola, Classe e Luta de Classes***. São Paulo: Centauro, 2005.

SOUZA FILHO, Tarquínio de. ***O Ensino Técnico no Brasil***. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1887.

STEPHANOU, Maria. *Aprender Trabalhando: A experiência do Instituto Técnico-Profissional Parobé (1907-1930)*. In: BASTOS, Maria Helena Câmara. TAMBARA, Elomar. KREUTZ, Lúcio. Orgs. ***História e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul***. Pelotas: Seiva, 2002.

STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Org. ***Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol.2: Séculos XIX***. Petrópolis: Vozes, 2004.

SUCUPIRA, Newton. O Ato adicional de 1834 e a Descentralização da Educação. In FÁVERO, Osmar. Org. ***A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823 -1988***. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

TAMBARA, Elomar. *Problemas teórico-metodológicos da história da Educação*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. ***História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual***. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998. p. 79 - 87.

TAMBARA, Elomar. ARRIADA, Eduardo. Orgs. ***Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz; Reforma Leôncio de Carvalho***. Pelotas: Seiva, 2005a.

TAMBARA, Elomar. ARRIADA, Eduardo. Orgs. ***A Instrução Pública no Brasil: Pelo Conselheiro Dr. José Liberato Barroso – 1867***. Pelotas: Seiva, 2005b.

VECHIA, Ariclê. ***O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as Elites***. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Orgs. ***Histórias e memórias da educação no Brasil***, Vol. II: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Orgs. ***Novo Modelo de Educação para o Brasil***. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

VIANNA, A. C. ***Educação Técnica***. Brasília: Fundação IBGE/MEC. 1970

WORLD BANK. ***Vocational and technical education and training***. A World Bank policy paper, Washington, 1991.

WEINSTEIN, Bárbara. ***(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil – 1920-1964***. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

WEREBE, Maria José Garcia. ***30 Anos Depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil***. São Paulo: Ática, 1997.

WERLANG, Canrobert Kumpfer. ***A Reforma da Educação Profissional: uma reflexão no Colégio Agrícola de Santa Maria***. Santa Maria: Imprensa Universitária -UFSM, 1999.

ANEXOS

Anexo 1

PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2000 LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONOMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

2-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Capão do Leão
Candiota
Canguçu
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pelotas
Pedro Osório
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do Sul
Turuçu
Outra

3-Indique qual sua idade

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

4-Como você fez seu ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

5-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 1998
Estou concluindo em 1999

6-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.

Sim, só revisão.

7-Quantas vezes você já prestou o exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco ou mais

8-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingressar na Universidade

Oferece ensino gratuito

É o mais próximo da minha residência

É o escolhido pela maioria dos meus amigos

Outro motivo

9-Ingressar em curso técnico concomitante ou após a conclusão?

Não pretendo

Não pretendo, desejo ingressar na Universidade

Sim pretendo

10-Qual é a renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 136,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 272,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 408,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 680,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.360,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 2.720,00)

Acima de vinte salários mínimos

11-Total por turno

Manhã

Tarde

Noite

Anexo 2
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS / 2001
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

3-Se você marcou (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Outro

4-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Capão do Leão
Candiota
Canguçu
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pelotas
Pedro Osório
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

5-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

6-Como você fez seu ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

7-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1990
De 1991 a 1994

De 1995 a 1999
Estou concluindo em 2000

8-Quantas vezes você já prestou o exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

9-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

10- Qual motivo o levou a frequentar o curso preparatório?

Minha escola não prepara para o processo seletivo.
Minha escola prepara, mas o curso preparatório ensina “macetes”.
Para atualizar-me, pois parei de estudar há algum tempo.
Meus amigos estavam fazendo curso preparatório.
Minha escola fez convênio com curso preparatório.
Recebi uma bolsa para o curso preparatório.
Outro motivo.

11-Se você não frequentou curso preparatório, qual o motivo?

O ensino de minha escola é suficiente.
Dificuldades financeiras.
Horário do curso preparatório coincidiu com horário de trabalho.
Achei que poderia estudar por conta própria.
Minha escola oferece curso preparatório integrado ao curso regular.
Não existe curso preparatório em minha cidade.
Outro motivo.

13-Principal fator para passar no exame do CEFET?

Muito estudo pessoal
Uma boa escola de educação fundamental
Um bom curso preparatório
Sorte
Outro fator

14- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingressar na Universidade.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opinião fosse outra.
Outro motivo.

15- Deseja ingressar em curso técnico concomitante ou após a conclusão?

Não pretendo.
Não pretendo, desejo ingressar na Universidade.
Sim, pretendo.

16-Qual é a renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 151,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 302,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 453,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 755,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.510,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 3.020,00)
Acima de vinte salários mínimos

17-Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma
Duas

Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

18-Seu Pai

Trabalha fora.
Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.
Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.
É aposentado e continua trabalhando regularmente.
É aposentado.
Está desempregado.
Vive de rendas.
É falecido.
Não tenho informações.

19-Sua Mãe

Trabalha fora.
Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.
Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.
É aposentada e continua trabalhando regularmente.
É aposentada.
Está desempregada.
Vive de rendas.
É falecida.
Não tenho informações.

20-Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

21-Sua família possui automóvel?

Não
Possui 01 automóvel.
Possui 02 automóveis.
Possui mais de 02 automóveis.

22-Qual o nível de instrução de seu pai?

Não freqüentou a escola.
Ensino fundamental incompleto
Ensino fundamental completo
Ensino médio
Superior
Pós-Graduação
Não sei informar.

23-Qual o nível de instrução de sua mãe?

Não freqüentou a escola.
Ensino fundamental incompleto
Ensino fundamental completo
Ensino médio
Superior
Pós-Graduação
Não sei informar.

24-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

25-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros
De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

26-Além de textos técnicos, que textos você mais lê?

Romance

Crônica

Conto

Poesia

Nenhum

27- Meio que você mais utiliza para informações?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 3
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2002
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

3-Se você marcou (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Outro

4-Se você marcou televisão, qual a emissora?

RBS
SBT
Outros

5-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pelotas
Pedro Osório
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

6-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

7-Como você fez o ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública

Maior parte em escola particular

Supletivo

8-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1990

De 1991 a 1994

De 1995 a 1999

Estou concluindo em 2000

9-Quantas vezes prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco ou mais

10-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não

Sim, por mais de um ano.

Sim, por um ano.

Sim, por um semestre.

Sim, por menos de um semestre.

Sim, só revisão.

11- Qual motivo o levou a frequentar o curso preparatório? nos anos posteriores)

Minha escola não prepara para o processo seletivo.

Minha escola prepara, mas o curso preparatório ensina “macetes”.

Para atualizar-me, pois parei de estudar há algum tempo.

Meus amigos estavam fazendo curso preparatório.

Minha escola fez convênio com curso preparatório.

Recebi uma bolsa para o curso preparatório.

Outro motivo

12-Se você não frequentou curso preparatório, qual o motivo?

O ensino de minha escola é suficiente.

Dificuldades financeiras.

Horário do curso preparatório coincidiu com horário de trabalho.

Achei que poderia estudar por conta própria.

Minha escola oferece curso preparatório integrado ao curso regular.

Não existe curso preparatório em minha cidade.

Outro motivo

13-Principal fator para passar no exame do CEFET?

Muito estudo pessoal

Uma boa escola de educação fundamental

Um bom curso preparatório

Sorte

Outro fator

14- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingresso na Universidade.

Pretendo fazer um curso técnico

Oferece ensino gratuito.

É o mais próximo da minha residência.

É o escolhido pela maioria dos meus amigos.

Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opinião fosse outra Outro motivo

15- Deseja ingressar em curso técnico concomitante ou após a conclusão?

Não pretendo.

Não pretendo, desejo ingressar na Universidade.

Sim, pretendo.

16-Qual sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 151,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 302,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 453,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 755,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.510,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 3.020,00)

Acima de vinte salários mínimos

17-Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

18-Seu Pai

Trabalha fora.

Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.

Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.

É aposentado e continua trabalhando regularmente.

É aposentado.

Está desempregado.

Vive de rendas.

É falecido.

Não tenho informações.

19-Sua Mãe

Trabalha fora.

Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.

Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.

É aposentada e continua trabalhando regularmente.

É aposentada.

Está desempregada.

Vive de rendas.

É falecida.

Não tenho informações.

20-Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

21-Sua família possui automóvel?

Não

Possui 01 automóvel.

Possui 02 automóveis.

Possui mais de 02 automóveis.

22-Qual o nível de instrução de seu pai?

Não freqüentou a escola.

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio

Superior

Pós-Graduação

Não sei informar.

23-Qual o nível de instrução de sua mãe?

Não freqüentou a escola.

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio

Superior

Pós-Graduação

Não sei informar.

24-Você utiliza computador?

Não

Sim, com acesso a INTERNET.

Sim, sem acesso a INTERNET.

25-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum

De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

26-Além de textos técnicos, que textos você mais lê?

Romance

Crônica

Conto

Poesia

Nenhum

27- Que meio que você mais utiliza para informações?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 4
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2003
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

3-Se você marcou (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

4-Se você marcou televisão, qual a emissora?

RBS
SBT
Outros

5-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

6-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos

7-Como você fez o ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

8-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1995
De 1996 a 1998
De 1999 a 2001
Estou concluindo em 2002

9-Quantas vezes prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

10-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

11-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingresso na Universidade.
Pretendo fazer um curso técnico.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opção fosse outra.
Outro motivo

12-Você pretende ingressar num curso técnico?

Sim, pretendo, após concluir o Ensino Médio.
Pretendo, concomitante com o Médio.
Não pretendo.

13-Qual sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 200,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 400,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 600,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 800,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.000,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.000,00)
Acima de vinte salários mínimos

14-Quantas pessoas em sua família vivem dessa renda?

Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

15-Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

16-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

17-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros
De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

18-Qual o meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 5
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2004
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

3-Se você marcou “5” (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

4-Se você marcou televisão, qual a emissora?

RBS
SBT
Outros

5-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

6-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
Acima de 19 anos

7-Como você fez o ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

8-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1996
De 1997 a 1999
De 2000 a 2002
Estou concluindo em 2003

9-Quantas vezes prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

10-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

11-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingresso na Universidade.
Pretendo fazer um curso técnico.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opção fosse outra.
Outro motivo

12-Você pretende ingressar num curso técnico?

Sim, pretendo, após concluir o Ensino Médio.
Pretendo, concomitante com o Médio.
Não pretendo.

13-Qual sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 240,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 480,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 720,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 1.200,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.400,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.800,00)
Acima de vinte salários mínimos

14-Quantas pessoas em sua família vivem dessa renda?

Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

15-Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

16-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

17-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros
De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

18-Qual meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 6
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2005
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

3-Se você marcou “5” (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

4-Se você marcou televisão, qual a emissora?

RBS
SBT
Outros

5-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

6-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
Acima de 19 anos

7-Como você fez o ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

8-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1996
De 1997 a 1999
De 2000 a 2002
Estou concluindo em 2003

9-Quantas vezes prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

10-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

11-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingresso na Universidade.
Pretendo fazer um curso técnico.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opção fosse outra.
Outro motivo

12-Você pretende ingressar num curso técnico?

Sim, pretendo, após concluir o Ensino Médio.
Pretendo, concomitante com o Médio.
Não pretendo.

13-Qual sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 240,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 480,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 720,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 1.200,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.400,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.800,00)
Acima de vinte salários mínimos

14-Quantas pessoas em sua família vivem dessa renda?

Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

15-Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

16-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

17-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

18-Qual meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 7
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2006
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO MÉDIO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

3-Se você marcou “5” (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

4-Se você marcou televisão, qual a emissora?

RBS
SBT
Outros

5-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

6-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
Acima de 19 anos

7-Como você fez o ensino fundamental?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

8-Quando você concluiu o ensino fundamental?

Antes de 1996
De 1997 a 1999
De 2000 a 2002
Estou concluindo em 2003

9-Quantas vezes prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

10-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

11-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingresso na Universidade.
Pretendo fazer um curso técnico.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Meus pais optaram pelo CEFET, embora minha opção fosse outra.
Outro motivo

12-Você pretende ingressar num curso técnico?

Sim, pretendo, após concluir o Ensino Médio.
Pretendo, concomitante com o Médio.
Não pretendo.

13-Qual sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 240,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 480,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 720,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 1.200,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.400,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.800,00)
Acima de vinte salários mínimos

14-Quantas pessoas em sua família vivem dessa renda?

Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

15-Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

16-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

17-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

18-Qual o meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 8
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2000
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1- De que forma tomou conhecimento do Exame no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

2- Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Capão do Leão
Candiota
Canguçu
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pelotas
Pedro Osório
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do Sul
Turuçu
Outra

3-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

4-Quando você concluiu o Ensino Médio?

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 1998
Não concluí, estou cursando a 1ª série do Ensino Médio no CEFET.
Não concluí, estou cursando a 1ª série do Ensino Médio em outra escola.
Não concluí, estou cursando a 2ª série do Ensino Médio no CEFET.
Não concluí, estou cursando a 2ª série do Ensino Médio em outra escola.
Estou concluindo em 1999.

5-Você frequentou curso preparatório para ingresso?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

6-Quantas vezes você já prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas

Três
Quatro
Cinco ou mais

7-Qual o Curso escolhido?

Desenho Industrial
Edificações
Eletromecânica
Eletrônica
Eletrotécnica
Mecânica
Química
Telecomunicações

8-Por que você escolheu este curso?

Pela divulgação efetuada.
É o curso que sempre desejei fazer.
Meus pais/amigos me incentivaram a fazê-lo.
Não é o curso que gostaria de fazer para empregos.
Outro motivo

9-Por que resolveu fazer um curso técnico no CEFET?

Não consegui ingressar na Universidade.
Desejo obter uma profissão para o mercado de trabalho.
Irá preparar-me para melhor cursar um curso superior.
Outro motivo

10-Qual é a sua renda familiar?

Menos de um salário mínimo (R\$ 136,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 272,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 408,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 680,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.360,00)
Acima de vinte salários mínimos

11-Desenho Industrial

Manhã
Tarde
Noite

12-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

13-Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

14-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

15-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

16-Mecânica

Manhã
Tarde
Noite

17-Química

Manhã
Tarde
Noite

18-Telecomunicações

Manhã

Tarde
Noite
19-Total por turno
Manhã
Tarde
Noite

Anexo 9
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2001
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

3-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

4-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

5-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

6-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

8-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

9-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

10-De que forma tomou conhecimento do Exame no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

11-Se respondeu a anterior (família/amigo) como o familiar/amigo tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Outro

12-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Capão do Leão
Candiota
Canguçu

Cerrito
 Jaguarão
 Morro Redondo
 Pelotas
 Pedro Osório
 Pinheiro Machado
 Piratini
 Rio Grande
 Santa Vitória do Palmar
 São Lourenço do sul
 Turuçu
 Outra

13-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
 15 anos
 16 anos
 17 anos
 18 anos
 19 a 20 anos
 21 a 25 anos
 26 a 30 anos
 Acima de 30 anos

14- Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública
 Todo em escola particular
 Maior parte em escola pública
 Maior parte em escola particular
 Supletivo

15-Quando você conclui o Ensino Médio?

Antes de 1990
 De 1991 a 1994
 De 1995 a 1999
 Estou concluindo em 200

16- Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
 Uma
 Duas
 Três
 Quatro
 Cinco ou mais

17-Você freqüentou/freqüenta curso preparatório para ingresso?

Não
 Sim, por mais de um ano.
 Sim, por um ano.
 Sim, por um semestre.
 Sim, por menos de um semestre.
 Sim, só revisão.

18- Qual motivo o levou a freqüentar o curso preparatório?

Minha escola não prepara para o processo seletivo.
 Minha escola prepara, mas o curso preparatório ensina “macetes”.
 Para atualizar-me, pois parei de estudar há algum tempo.
 Meus amigos estavam fazendo curso preparatório.
 Minha escola fez convênio com curso preparatório.
 Recebi uma bolsa para o curso preparatório.
 Outro motivo

19-Se você não freqüentou curso preparatório, qual foi o motivo?

O ensino de minha escola é suficiente.
 Dificuldades financeiras.
 Horário do curso preparatório coincidiu com horário de trabalho.
 Achei que poderia estudar por conta própria.

Minha escola oferece curso preparatório integrado ao curso regular.

Não existe curso preparatório em minha cidade.

Outro motivo

20-Principal fator para ter sucesso no processo seletivo do CEFET?

Muito estudo pessoal

Uma boa escola de Ensino Médio (antigo 2º grau)

Um bom curso preparatório

Sorte

Outro fator

21- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingressar na Universidade.

Oferece ensino gratuito.

É o mais próximo da minha residência.

É o escolhido pela maioria dos meus amigos.

Meus pais optaram, embora minha opção fosse outra.

Outro motivo

22-Qual é a sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 151,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 302,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 453,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 755,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.510,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 3.020,00)

Acima de vinte salários mínimos

23-Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

24-Seu Pai

Trabalha fora.

Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.

Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.

É aposentado e continua trabalhando regularmente.

É aposentado.

Está desempregado.

Vive de rendas.

É falecido.

Não tenho informações.

25-Sua Mãe

Trabalha fora.

Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.

Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.

É aposentada e continua trabalhando regularmente.

É aposentada.

Está desempregada.

Vive de rendas.

É falecida.

Não tenho informações.

26-Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

27-Sua família possui automóvel?

Não

Possui 01 automóvel.
Possui 02 automóveis
Possui mais de 02 automóveis.

28-Qual o nível de instrução de seu pai?

Não freqüentou a escola.
Ensino fundamental incompleto
Ensino fundamental completo
Ensino médio
Superior
Pós-Graduação
Não sei informar.

29-Qual o nível de instrução de sua mãe?

Não freqüentou a escola.
Ensino fundamental incompleto
Ensino fundamental completo
Ensino médio
Superior
Pós-Graduação
Não sei informar.

30-Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

31-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros
De 03 a 05 livros
De 06 a 10 livros
11 livros ou mais

32-Além de textos técnicos e didáticos que outro tipo você lê?

Romance
Crônica
Conto
Poesia
Nenhum

33- Meio que você mais utiliza para informações?

Jornal
Televisão
Rádio
Revistas
INTERNET
Outras pessoas
Não mantenho informado.

Anexo 10
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2002
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Sistemas de Informação

Manhã
Tarde
Noite

3-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

4-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

5-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

6-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

8-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

9-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

10-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

11-Design de Móveis

Manhã
Tarde
Noite

12-De que forma tomou conhecimento do Exame no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Curso Preparatório/Escola
Família/Amigo
Outro

13-Se respondeu a anterior (família/amigo) como o familiar/amigo tomou conhecimento?

Televisão
Rádio

Jornal
Cartaz/Folder
Outro

14-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Capão do Leão
Candiota
Canguçu
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pelotas
Pedro Osório
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

15-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

16- Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

17-Quando você conclui o Ensino Médio?

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 1999
Estou concluindo em 2000.

18- Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

19-Você freqüentou/freqüenta curso preparatório para ingresso?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

20- Qual motivo o levou a freqüentar o curso preparatório?

Minha escola não prepara para o processo seletivo.
Minha escola prepara, mas o curso preparatório ensina "macetes".
Para atualizar-me, pois parei de estudar há algum tempo.

Meus amigos estavam fazendo curso preparatório.
 Minha escola fez convênio com curso preparatório.
 Recebi uma bolsa para o curso preparatório.
 Outro motivo

21-Se você não frequentou curso preparatório, qual o motivo?

O ensino de minha escola é suficiente.
 Dificuldades financeiras.
 Horário do curso preparatório coincidiu com horário de trabalho.
 Achei que poderia estudar por conta própria.
 Minha escola oferece curso preparatório integrado ao curso regular.
 Não existe curso preparatório em minha cidade.
 Outro motivo

22-Principal fator para ter sucesso no processo seletivo do CEFET?

Muito estudo pessoal
 Uma boa escola de Ensino Médio (antigo 2º grau)
 Um bom curso preparatório
 Sorte
 Outro fator

23- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece boa preparação para ingressar na Universidade.
 Oferece ensino gratuito.
 É o mais próximo da minha residência.
 É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
 Meus pais optaram, embora minha opção fosse outra.
 Outro motivo

24-Qual é a sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 151,00)
 De um a dois salários mínimos (R\$ 302,00)
 De dois a três salários mínimos (R\$ 453,00)
 De três a cinco salários mínimos (R\$ 755,00)
 De cinco a dez salários mínimos (R\$ 1.510,00)
 De dez a vinte salários mínimos (R\$ 3.020,00)
 Acima de vinte salários mínimos

25-Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma
 Duas
 Três
 Quatro
 Cinco
 Seis
 Sete ou mais

26-Seu Pai

Trabalha fora.
 Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.
 Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.
 É aposentado e continua trabalhando regularmente.
 É aposentado.
 Está desempregado.
 Vive de rendas.
 É falecido.
 Não tenho informações.

27-Sua Mãe

Trabalha fora.
 Trabalha em atividade remunerada, dentro de casa.
 Trabalha em atividade não remunerada dentro de casa.
 É aposentada e continua trabalhando regularmente.
 É aposentada.
 Está desempregada.
 Vive de rendas.
 É falecida.

Não tenho informações.

28-Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

29-Sua família possui automóvel?

Não

Possui 01 automóvel.

Possui 02 automóveis.

Possui mais de 02 automóveis.

30-Qual o nível de instrução de seu pai?

Não frequentou a escola.

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio

Superior

Pós-Graduação

Não sei informar.

31-Qual o nível de instrução de sua mãe?

Não frequentou a escola.

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio

Superior

Pós-Graduação

Não sei informar.

32-Você utiliza computador?

Não

Sim, com acesso a INTERNET.

Sim, sem acesso a INTERNET.

33-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum

De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

34-Além de textos técnicos e didáticos que outros tipos você lê?

Romance

Crônica

Conto

Poesia

Nenhum

35- Meio que você mais utiliza para informações?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não mantenho informado.

Anexo 11
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2003
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Sistemas de Informação

Manhã
Tarde
Noite

3-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

4-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

5-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

6-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

8-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

9-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

10-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

11-Design de Móveis

Manhã
Tarde
Noite

12-De que forma tomou conhecimento do Exame no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

13-Se respondeu a anterior "5" (família/amigo) como o familiar/amigo tomou conhecimento?

Televisão
Rádio
Jornal

Cartaz/Folder

INTERNET

Outro

14- Se você marcou “Televisão” qual o canal?

RBS

SBT

Outros

15-Em que cidade você reside?

Arroio Grande

Bagé

Camaquã

Candiota

Canguçu

Capão do Leão

Cerrito

Jaguarão

Morro Redondo

Pedro Osório

Pelotas

Pinheiro Machado

Piratini

Rio Grande

Santa Vitória do Palmar

São Lourenço do Sul

Turuçu

Outra

16-Indique qual sua idade.

Até 14 anos

15 anos

16 anos

17 anos

18 anos

19 a 20 anos

21 a 25 anos

26 a 30 anos

Acima de 30 anos

17- Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública

Todo em escola particular

Maior parte em escola pública

Maior parte em escola particular

Supletivo

18-Quando você conclui o Ensino Médio?

Antes de 1990

De 1991 a 1994

De 1995 a 2001

Estou concluindo em 2002

19- Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco ou mais

20-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não

Sim, por mais de um ano

Sim, por um ano

Sim, por um semestre

Sim, por menos de um semestre

Sim, só revisão

21- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece um bom caminho para o mercado de trabalho.

Oferece boa preparação para a Universidade.

Pretendo fazer um curso Tecnológico.

Oferece ensino gratuito.

É o mais próximo da minha residência.

É o escolhido pela maioria dos meus amigos.

Outro motivo

22- Qual sua situação perante o CEFET-RS?

Nunca estudei.

Já fui aluno.

Estou cursando o médio.

23- Qual é a sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 200,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 400,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 600,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 800,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.000,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.000,00)

Acima de vinte salários mínimos

24- Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

25- Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

26- Você utiliza computador?

Não

Sim, com acesso a INTERNET.

Sim, sem acesso a INTERNET.

27- Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum

De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

28- Qual o meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não mantenho informado.

Anexo 12
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2004
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Sistemas de Informação

Manhã
Tarde
Noite

3-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

4-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

5-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

6-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

8-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

9-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

10-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

11-Design de Móveis

Manhã
Tarde
Noite

12-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

13-Se respondeu a anterior “5” (família/amigo) como o familiar/amigo tomou conhecimento?

Televisão

Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

14- Se você marcou “Televisão” qual o canal?

RBS
SBT
Outros

15-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do Sul
Turuçu
Outra

16-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

17- Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

18-Quando você conclui o Ensino Médio?

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 2001
Estou concluindo em 2002

19- Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

20-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.

Sim, por um semestre.
Sim, por menos de um semestre.
Sim, só revisão.

21- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece um bom caminho para o mercado de trabalho.
Oferece boa preparação para a Universidade.
Pretendo fazer um curso Tecnológico.
Oferece ensino gratuito.
É o mais próximo da minha residência.
É o escolhido pela maioria dos meus amigos.
Outro motivo

22- Qual sua situação perante o CEFET-RS?

Nunca estudei.
Já fui aluno.
Estou cursando o médio.

23- Qual é a sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 200,00)
De um a dois salários mínimos (R\$ 400,00)
De dois a três salários mínimos (R\$ 600,00)
De três a cinco salários mínimos (R\$ 800,00)
De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.000,00)
De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.000,00)
Acima de vinte salários mínimos

24- Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco
Seis
Sete ou mais

25- Onde você mora?

Na casa dos meus pais
Na casa de parentes ou amigos
Em imóvel de minha propriedade
Em imóvel alugado
Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

26- Você utiliza computador?

Não
Sim, com acesso a INTERNET.
Sim, sem acesso a INTERNET.

27- Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum
De 01 a 02 livros
De 03 a 05 livros
De 06 a 10 livros
11 livros ou mais

28- Qual meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal
Televisão
Rádio
Revistas
INTERNET
Outras pessoas
Não me mantenho informado.

Anexo 13
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2005
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Sistemas de Informação

Manhã
Tarde
Noite

3-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

4-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

5-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

6-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

8-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

9-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

10-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

11-Design de Móveis

Manhã
Tarde
Noite

12-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

13-Se respondeu a anterior (família/amigo) como o familiar/amigo tomou conhecimento?

Televisão
Rádio

Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

14- Se você marcou “Televisão”, qual o canal?

RBS
SBT
Outros

15-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do Sul
Turuçu
Outra

16-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

17- Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

18-Quando você conclui o Ensino Médio

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 2001
Estou concluindo em 2002

19- Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

20-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.

Sim, por menos de um semestre.

Sim, só revisão.

21- Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece um bom caminho para o mercado de trabalho.

Oferece boa preparação para a Universidade.

Pretendo fazer um curso Tecnológico.

Oferece ensino gratuito.

É o mais próximo da minha residência.

É o escolhido pela maioria dos meus amigos.

Outro motivo

22- Qual sua situação perante o CEFET-RS?

Nunca estudei.

Já fui aluno.

Estou cursando o médio.

23- Qual é a sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 200,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 400,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 600,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 800,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.000,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.000,00)

Acima de vinte salários mínimos

24- Quantas pessoas na família vivem da renda citada?

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

25- Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

26- Você utiliza computador?

Não

Sim, com acesso a INTERNET.

Sim, sem acesso a INTERNET.

27- Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum

De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

28- Qual o meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 14
PROCESSO SELETIVO CEFET-RS 2006
LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS ENSINO TÉCNICO

1-Total por turno

Manhã
Tarde
Noite

2-Sistemas de Informação

Manhã
Tarde
Noite

3-Edificações

Manhã
Tarde
Noite

4-Programação Visual

Manhã
Tarde
Noite

5-Manutenção Eletromecânica

Manhã
Tarde
Noite

6-Mecânica Industrial

Manhã
Tarde
Noite

7-Eletrotécnica

Manhã
Tarde
Noite

8-Eletrônica

Manhã
Tarde
Noite

9-Análise de Processos Industriais Químicos

Manhã
Tarde
Noite

10-Sistema de Telecomunicações

Manhã
Tarde
Noite

11-Design de Móveis

Manhã
Tarde
Noite

12-De que forma tomou conhecimento do Processo Seletivo no CEFET?

Televisão
Rádio
Jornal
Cartaz/Folder
Família/Amigo
INTERNET
Outro

13-Se você marcou "5" (família/amigo) como o familiar tomou conhecimento?

Televisão
Rádio

Jornal
Cartaz/Folder
INTERNET
Outro

14-Se você marcou “televisão”, qual o canal?

RBS
SBT
Outros

15-Em que cidade você reside?

Arroio Grande
Bagé
Camaquã
Candiota
Canguçu
Capão do Leão
Cerrito
Jaguarão
Morro Redondo
Pedro Osório
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São Lourenço do sul
Turuçu
Outra

16-Indique qual sua idade.

Até 14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos
19 a 20 anos
21 a 25 anos
26 a 30 anos
Acima de 30 anos

17-Como você fez o ensino médio?

Todo em escola pública
Todo em escola particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
Supletivo

18-Quando você concluiu o ensino médio?

Antes de 1990
De 1991 a 1994
De 1995 a 2001
Estou concluindo em 2002

19-Quantas vezes você prestou exame para ingresso no CEFET?

Nenhuma
Uma
Duas
Três
Quatro
Cinco ou mais

20-Você frequentou ou frequenta curso preparatório?

Não
Sim, por mais de um ano.
Sim, por um ano.
Sim, por um semestre.

Sim, por menos de um semestre.

Sim, só revisão.

21-Que motivo principal o levou a optar pelo CEFET?

Oferece um bom caminho para o mercado de trabalho.

Oferece boa preparação para a Universidade.

Pretendo fazer um curso Tecnológico.

Oferece ensino gratuito.

É o mais próximo de minha residência.

É o escolhido pela maioria dos meus amigos.

Outro motivo

22- Qual sua situação perante o CEFET-RS?

Nunca estudei.

Já fui aluno.

Estou cursando o Médio.

23-Qual é sua renda familiar?

Até um salário mínimo (R\$ 240,00)

De um a dois salários mínimos (R\$ 480,00)

De dois a três salários mínimos (R\$ 720,00)

De três a cinco salários mínimos (R\$ 1.200,00)

De cinco a dez salários mínimos (R\$ 2.400,00)

De dez a vinte salários mínimos (R\$ 4.800,00)

Acima de vinte salários mínimos

24-Quantas pessoas em sua família vivem dessa renda?

Uma

Duas

Três

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

25-Onde você mora?

Na casa dos meus pais

Na casa de parentes ou amigos

Em imóvel de minha propriedade

Em imóvel alugado

Em pensão, pensionato, república ou assemelhado

26-Você utiliza computador?

Não

Sim, com acesso a INTERNET

Sim, sem acesso a INTERNET

27-Quantos livros, em média, você lê por ano?

Nenhum

De 01 a 02 livros

De 03 a 05 livros

De 06 a 10 livros

11 livros ou mais

28-Qual o meio que você utiliza para se manter informado?

Jornal

Televisão

Rádio

Revistas

INTERNET

Outras pessoas

Não me mantenho informado.

Anexo 15
Distribuição de Qui quadrado - χ^2

GL\p	0,99	0,95	0,90	0,80	0,70	0,50	0,30	0,20	0,10	0,05	0,02	0,01	0,001
01	,0002	0,004	0,016	0,064	0,148	0,455	1,074	1,642	2,706	3,841	5,412	6,635	10,827
02	0,020	0,103	0,211	0,446	0,713	1,386	2,408	3,219	4,605	5,991	7,824	9,210	13,815
03	0,115	0,352	0,584	1,005	1,424	2,366	3,665	4,642	6,251	7,815	9,837	11,345	16,266
04	0,297	0,711	1,064	1,649	2,195	3,357	4,878	5,989	7,779	9,488	11,668	13,277	18,467
05	0,554	1,145	1,610	2,343	3,000	4,351	6,064	7,289	9,236	11,070	13,388	15,080	20,515
06	0,872	1,635	2,204	3,070	3,828	5,348	7,231	8,558	10,645	12,592	15,033	16,812	22,457
07	1,239	2,167	2,833	3,822	4,671	6,346	8,383	9,803	12,017	14,067	16,622	18,475	24,322
08	1,646	2,733	3,490	4,594	5,527	7,344	9,524	11,030	13,362	15,507	18,168	20,090	26,125
09	2,088	3,325	4,168	5,380	6,393	8,343	10,656	12,242	14,684	16,919	19,679	21,666	27,877
10	2,558	3,940	4,865	6,179	7,267	9,342	11,781	13,442	15,987	18,307	21,161	23,209	29,588
11	3,053	4,575	5,578	6,989	8,148	10,341	12,899	14,631	17,275	19,675	22,618	24,725	31,264
12	3,571	5,226	6,304	7,807	9,034	11,340	14,011	15,812	18,549	21,026	24,054	26,217	32,909
13	4,107	5,892	7,042	8,634	9,926	12,340	15,119	16,985	19,812	22,362	25,472	27,688	34,528
14	4,660	6,571	7,790	9,467	10,821	13,339	16,222	18,151	21,064	23,685	26,873	29,141	36,123
15	5,229	7,261	8,547	10,307	11,721	14,339	17,322	19,311	22,307	24,996	28,259	30,578	37,697
16	5,812	7,962	9,312	11,152	12,624	15,338	18,418	20,465	23,542	26,296	29,633	32,000	39,252
17	6,408	8,672	10,085	12,002	13,531	16,338	19,511	21,615	24,769	27,587	30,995	33,409	40,790
18	7,015	9,390	10,865	12,857	14,440	17,338	20,601	22,760	25,989	28,869	32,346	34,805	42,312
19	7,633	10,117	11,651	13,716	15,532	18,338	21,689	23,900	27,204	30,144	33,687	36,191	43,820
20	8,260	10,851	12,443	14,572	16,266	19,337	22,775	25,038	28,412	31,410	35,020	37,566	45,315

Como utilizar a tabela de Qui Quadrado

No ponto de intersecção entre a linha referente ao número de graus de liberdade (número de classes -1)

e a coluna referente a 5% de probabilidade encontra-se o valor crítico de qui quadrado ($\chi^2_{0,05}$), com o

qual deve ser comparado o valor calculado de χ^2 .

GL / P	0,99	0,95	0,90	0,80	...	χ^2_c 0,05
1	0,0002	0,004	0,016	0,064	...	3,841
2	0,020	0,103	0,211	0,446		5,991

...

Aceita-se a hipótese nula, de igualdade estatística entre os números de observados e de esperados. Os desvios não são significativos.

A associação é casual.

0,02	0,01	0,001
5,412	6,635	10,827
7,824	9,210	13,815

Aceita-se a hipótese alternativa. Os números de observados e esperados são estatisticamente diferentes. Os desvios são significativos.

A associação não é casual.